FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.286 | QUARTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2023 | R$ 6,00

Minuta de golpe vira prova contra Bolsonaro

TSE avaliza inclusão de documento achado com ex-ministro em ação que pode tornar ex-presidente inelegível

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu ontem manter a minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro Anderson Torres (Justiça) nos autos de uma investigação que pode tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível.

O documento, cuja apreensão pela Polícia Federal durante busca na casa de Torres foi revelada pela **Folha**, trazia uma proposta de decreto para o ex-chefe do Executivo decretar estado de defesa no TSE e reverter o resultado da eleição que levou Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência. O texto foi anexado à ação que examina ataques ao sistema eleitoral por Bolsonaro em reunião com embaixadores em julho de 2022.

O ex-presidente, que está fora do país desde o fim do ano, nega ter havido intenção golpista. Ele havia recorrido contra a inclusão do documento no processo, mas o corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, recusou o pedido.

O plenário do tribunal referendou sua decisão, reforçando a tese, encampada por oponentes do ex-mandatário, de que o papel recolhido na casa de Torres deve ser avaliado no contexto de uma estratégia para desacreditar o sistema eleitoral.

Torres está preso por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do inquérito sobre os ataques às sedes dos Poderes em janeiro. Política A4

Ex-presidente diz que voltará em março para liderar oposição

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está desde 30 de dezembro nos Estados Unidos, afirmou que pretende retornar ao Brasil em março para liderar a direita e que no momento não vê ninguém mais apto a assumir esse papel.

As declarações estão em entrevista ao Wall Street Journal publicada ontem.

Indagado se mudaria algo em seu período no Planalto, fez um raro mea-culpa: disse que teria se calado sobre a Covid e deixado a questão para o Ministério da Saúde.

Bolsonaro disse ao jornal estar ciente de que pode ser preso. Argumentou ser inocente nos ataques de 8 de janeiro e negou ter havido tentativa de golpe. Política A5

Elio Gaspari

Não será fácil conviver com um Bolsonaro inelegível Política A7

Morro da Oficina, em Petrópolis, ainda com escombros de 1 ano atrás Eduardo Anizelli/Folhapress

Após 1 ano, foco da tragédia de Petrópolis está sob escombros

A maioria dos 235 mortos no temporal ocorrido há um ano em Petrópolis vivia no Morro da Oficina. Escadas e rampas que levavam às casas mais altas viraram uma trilha repleta de escombros, que permanecem intocados. Sobre a demora, a prefeitura afirma ter feito 48 obras na cidade desde então e que o foco agora serão intervenções de "grande porte" no morro. Cotidiano B1

ilustrada C1 e C4

Estamos fora do ar

Cancelamentos repentinos de séries deixam fãs inconformados

Teté Ribeiro

Rihanna no Super Bowl pôs gravidez acima da música

Ilustrada C2 e C3

ilustrada C8

Morre diretor Djalma Limongi Batista, de 'Asa Branca' e 'Brasa Adormecida'

esporte B7

Clubes da elite querem reduzir de 4 para 3 rebaixados no Brasileiro

Volks vai parar produção no país por falta de peças

Montadora concederá férias coletivas e suspenderá atividade de forma temporária em 3 das 4 fábricas. Escassez de semicondutores é principal fator. A16

Falta a autoria do genocídio yanomami, afirma ministro

O ministro Silvio Almeida (Direitos Humanos e Cidadania) diz à **Folha** já existir elementos suficientes para apontar que houve crime de genocídio contra os yanomamis. Para ele, falta apenas achar a autoria.

Segundo Almeida, "há fortes indícios de omissão" de Jair Bolsonaro (PL) e da ex-ministra Damares Alves. Cotidiano B3

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, em entrevista à Folha Pedro Ladeira/Folhapress

No pré-pandemia, Brasil tinha 32 mi até 17 anos na pobreza, diz Unicef

Cotidiano B2

Governo decide elevar mínimo para R$ 1.320 a partir de maio

O governo Lula (PT) decidiu conceder reajuste adicional no salário mínimo neste ano. O piso nacional deve ser elevado dos atuais R$ 1.302 para R$ 1.320 a partir de 1º de maio. Segundo interlocutores, o novo valor já está alinhado entre o presidente e ministros. Mercado A15

Lula relança Minha Casa para renda mensal até R$ 8 mil A13

EDITORIAIS A2

Centro, volver

Sobre fragilidade da base de apoio ao governo Lula.

Ar quente

Acerca de crise entre EUA e China devido a balões.

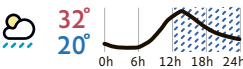
ATMOSFERA

São Paulo hoje

32° 20°

0h 6h 12h 18h 24h

ISSN 1414-5723

9 771414 572049 34286

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Centro, volver

Histórico de votação na Câmara reforça que Lula terá de fazer concessões ideológicas para governar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) até pode insistir em se mostrar mais à esquerda hoje do que em seu primeiro mandato, mas, pelo bem de seu governo, é bom que tenha planos de deslocar sua pauta mais para o centro da régua ideológica.

Não só porque o petista, durante a campanha no ano passado, alardeou uma frente ampla para derrotar Jair Bolsonaro (PL). Há, além desse dever de honestidade eleitoral, uma outra razão, bem mais pragmática, para Lula começar a fazer concessões na arena política.

É que o Congresso Nacional, em sua atual composição, tem pouca afinidade com os interesses do PT. E não se trata apenas de constatar que a base governista alcança meros 223 deputados na Câmara, número insuficiente para a aprovação de PECs (proposta de emenda à Constituição), que demanda 308 votos, ou mesmo de projetos de lei complementar (257 votos).

Como mostrou reportagem da **Folha** ao analisar o histórico de votação na Câmara nas últimas duas décadas, a dissintonia ocorre mesmo entre os aliados. PSD, MDB, Avante, Solidariedade e Pros, contabilizados no arco lulista, têm votado em sentido contrário ao do PT desde pelo menos o final do governo Dilma Rousseff (PT).

Embora esse comportamento passado não defina o futuro, ele no mínimo indica que não existe nenhuma proximidade ideológica entre essas agremiações e o PT.

Dito de outra forma, elas até podem votar em bloco com o governo Lula —como, aliás, já ocorreu na década de 2000—, mas não o farão por compatibilidade de princípios.

Situação semelhante, se bem que ainda mais acentuada, vivem legendas autodeclaradas independentes em relação ao governo Lula: União Brasil, PP e Republicanos.

Somando 149 dos 188 deputados federais ditos independentes, essas três agremiações evitaram vestir o figurino oposicionista, mas seu histórico na Câmara sugere grande distanciamento do PT.

A União Brasil, por exemplo, que até angariou três ministérios sob Lula, surgiu da fusão do PSL com o DEM —isto é, um partido que cresceu na esteira do bolsonarismo e outro que sempre votou com o sinal trocado dos petistas.

Se Lula quiser governar sem sofrer revés atrás de revés no Legislativo, precisará oferecer a esses partidos algo que os faça votar em consonância com o Planalto.

Há duas opções conhecidas: distribuir cargos e verbas; conduzir negociação programática. Enquanto a primeira não passa de resposta fisiológica, tão instável quanto rasteira, a segunda implica buscar solução de compromisso em torno de acordos republicanos.

Não há como ter dúvida quanto ao melhor caminho a escolher.

Ar quente

Única certeza na crise entre EUA e China acerca de balões espiões é trava na reaproximação dos rivais

Crises entre grandes potências podem ter motivações claras, como a oposição do Ocidente à Rússia devido à agressão contra a Ucrânia, ou descer a níveis de opacidade que, em outras circunstâncias, seriam vistos como farsescos.

É o caso da corrente disputa entre as duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China, devido ao suposto emprego de balões espiões por parte dos chineses.

Essa, ao menos, é a alegação dos americanos, que derrubaram um desses artefatos no dia 4 e, desde a sexta passada (10), abateram mais outros três menores.

Se no caso do primeiro balão a suspeita estava estabelecida por imagens que mostravam um objeto do tamanho de três ônibus, com equipamentos pendurados, nada se sabe sobre os demais abatidos.

O governo dos EUA apenas afirma que eles, objetos voadores não identificados que são, não pertencem a alguma raça alienígena. O fato de ter sido necessária tal declaração por parte do porta-voz da Casa Branca mostra o grau de surrealismo da atual contenda.

Pequim sustenta que o primeiro balão era de fato chinês, mas civil, e destinava-se a pesquisa meteorológica. Havia apenas saído de curso. Depois, acusou os EUA de fazer mais de dez incursões semelhantes no ano passado.

De lado a lado, a história soa imprecisa. Se chineses sofreram violações americanas de seu espaço aéreo, como não houve queixa formal, se, no ambiente de confronto estabelecido entre ambos, quase todos os temas viram contenciosos? O mesmo vale para os EUA, que alegam terem recalibrado seus radares, gerando a onda de avistamentos e derrubadas de óvnis.

O imbróglio mais parece remeter à paranoia dos anos 1950 —quando homens verdes de Marte e comunistas habitavam o mesmo escaninho na imaginação coletiva americana— do que coadunar com transparência governamental.

Talvez por um bom motivo: rivais geopolíticos se espionam desde sempre na história mundial.

O que é certo até aqui é que o caso fez com que o secretário de Estado americano, Antony Blinken, cancelasse uma ida a Pequim. A reaproximação aberta pelo regime de Xi Jinping no fim do ano passado, quando o líder chinês encontrou-se com o presidente Joe Biden, está emperrada.

Isso interessa a muitos nos EUA, a começar pela oposição republicana ao mandatário democrata, de olho nas eleições do ano que vem.

A pulverização do poder

Hélio Schwartsman

Guardadas as proporções, há semelhança entre o que acontece no Brasil e em Israel. Nos dois países, os governantes entraram em rota de choque com outras esferas de poder do Estado, provocando uma discussão sobre o sistema de freios e contrapesos que caracteriza as democracias.

O caso israelense é muito mais grave que o brasileiro. Ali, o premiê Binyamin Netanyahu, que lidera uma coalizão de extrema direita, propôs uma reforma do Judiciário que, se aprovada, reduzirá drasticamente o poder da Suprema Corte. O projeto não só dá ao Parlamento poderes para anular decisões da corte como ainda altera as regras para a nomeação de seus magistrados, ampliando as indicações de políticos. Não à toa, a proposta está sendo vista como um ataque à repartição dos Poderes e, portanto, à democracia.

No Brasil, Lula, que foi eleito com a promessa de restaurar a institucionalidade vandalizada por Bolsonaro, vem se indispondo com o presidente do Banco Central e atacando a autonomia legal da autarquia. Ao que tudo indica, é um jogo de pressão política, pois não há plano sério para rever a autonomia.

Tanto os partidários de Netanyahu como os de Lula alegam que autoridades não eleitas não podem tornar-se empecilhos aos projetos de dirigentes legitimamente eleitos. Será?

Como se sabe desde a Antiguidade, o caminho para evitar a tirania é justamente espalhar obstáculos institucionais que impeçam a concentração excessiva do poder. Aristóteles já falava na necessidade de uma constituição híbrida. Outros teóricos como Locke e, principalmente, Montesquieu desenvolveram mais essa ideia, que ganhou lugar central na Constituição americana. Mais recentemente, agências reguladoras e outras autarquias ampliaram ainda mais essa pulverização do poder.

Obstáculos institucionais são frustrantes quando você simpatiza com o governante de turno, mas são a boia de salvação quando o dirigente exibe apetites totalitários.

helio@uol.com.br

A conversão do Congresso

Bruno Boghossian

Dois disparos feitos por Lula nas últimas semanas ressoaram no Congresso. Primeiro, o presidente chamou de "bobagem" a autonomia do Banco Central, que recebeu aval dos parlamentares em 2021. Depois, ele disse que tópicos da privatização da Eletrobras, aprovada no mesmo ano, eram "quase uma bandidagem".

O Congresso que Lula terá do outro lado da rua é praticamente o mesmo que deu sinal verde à agenda econômica de Jair Bolsonaro. Ainda que a aliança do PT tenha ganhado cadeiras, partidos perfilados à direita preservaram força na nova legislatura. Os mesmos presidentes da Câmara e do Senado continuam no poder.

Lula tem nas mãos um cardápio extenso de cargos e verbas para construir uma maioria que atue a seu favor no Congresso, mas o petista também depende de um realinhamento das bancadas na economia.

Dentro de sua base, parlamentares da União Brasil, do MDB e do PSD de Rodrigo Pacheco vêm emprestando votos para uma agenda liberal desde o governo Michel Temer, assim como o Republicanos, o PP de Arthur Lira e outras legendas do centrão.

Em geral, há duas maneiras de obter uma conversão ideológica nessa área: pagando o preço cobrado pela adesão ou aplicando pressão política. Quando Lula diz que obteve nas urnas o "direito de estabelecer sua política econômica", ele usa a segunda ferramenta (e seu alvo não é apenas o Banco Central).

O discurso do petista pela redução de juros, contra privatizações e com destaque para outros itens da agenda econômica tem o objetivo de provocar ecos também no mundo político. O plano é incluir ou manter tópicos de sua plataforma na agenda de eleitores e parlamentares.

O presidente pode não ter dificuldades para aprovar uma reforma tributária que já foi abraçada pela cúpula do Congresso, mas precisará de boa vontade em outros pontos da agenda econômica —principalmente aqueles que representarem uma guinada em relação aos projetos aprovados nos últimos anos por esses mesmos parlamentares.

Lula e os influenciadores

Mariliz Pereira Jorge

Na semana passada, o presidente Lula recebeu uma turma de artistas e influenciadores, a primeira reunião de muitas, segundo Janja pôs em suas redes. O movimento em relação à classe artística, maltratada por Jair Bolsonaro, parecia correto. Entre os influenciadores havia perfis que representam minorias, não menos demonizadas pela gestão passada.

Mas na pauta do encontro não foram abordados, por exemplo, investimento em cultura ou ações para proteger a comunidade LGBTQIA+. Houve uma apresentação institucional do governo, com a seguinte agenda: "sua participação não acaba nas eleições —vamos povoar as redes; como disseminar informação e combater desinformação". Ora, ora.

Ingenuidade dos presentes engrossar a audiência de um evento que era um afago do governo para garantir a própria milícia digital? (Do bem, mas milícia). Alguns dos presentes, porém, segundo relatos, se queixaram da falta de "direcionamento", houve sugestão de "lives periódicas", sim, como as feitas por Bolsonaro, "controle de narrativas". Ora ora.

Janja teria dito que as iniciativas devem ser livres. Concordo e vou além. A relação promíscua entre o governo Bolsonaro e os influenciadores de direita foi um dos elementos mais nocivos à democracia. Dezenas de canais ganharam projeção, fizeram dinheiro com a monetização de fake news e o apoio indiscriminado. A gestão passada distribuiu dinheiro entre simpatizantes do bolsonarismo para exaltar iniciativas criminosas. Gabinete do ódio e parlamentares faziam a engrenagem da propaganda política rodar, mantendo a milícia digital abastecida de pautas.

Qual a diferença do que se propõem os influenciadores de esquerda? Por melhores que sejam as intenções, formadores de opinião, preocupados com a democracia, deveriam manter a independência e o olhar crítico sobre qualquer governo. Falar de política exige responsabilidade, isenção, distanciamento, desapego. Ora, ora.

Os lucros da escravidão

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Quem lucrou com a escravidão?

A resposta parece óbvia. Os cafeicultores brasileiros e os plantadores de cana-de-açúcar do Caribe e de tabaco e algodão dos Estados Unidos, certo? Segundo a Nova História do Capitalismo, a escravidão é o pecado original e a semente da economia moderna.

Marx e Engels haviam dito que o lucro da pirataria explicava o enriquecimento da Europa.

Eles e seus numerosos seguidores acrescentaram a exploração, por exemplo, dos trabalhadores britânicos. Marxistas posteriores disseram que o lucro obtido com o imperialismo era a semente. Então eles disseram que era o lucro do tráfico de escravos. Agora os novos historiadores estão dizendo que foi a própria escravização.

Nada disso faz sentido. O erro histórico é esquecer que a pirataria, a contratação de mão de obra, o imperialismo e, sobretudo, a escravidão aconteceram em todos os tempos e em todos os lugares, repetidamente, há milênios. Por exemplo, um vigoroso comércio de escravos ao longo da costa leste da África abasteceu os mercados do Cairo. Era tão grande quanto o comércio que existia na costa oeste do continente, que abastecia Recife, Kingston e Charleston. No entanto, nenhuma economia moderna adveio.

O erro econômico é confundir ganhos comuns, como nossos salários, com ganhos extraordinários, o "lucro" definido economicamente.

As muitas pessoas que são tão inteligentes ou enérgicas quanto você e eu competem para reduzir nossos salários ao normal. Mas a mulher que descobre que as crianças gostam de ler sobre um mágico infantil chamado Harry Potter obtém lucro. A empresa que descobre petróleo insuspeito na costa do Brasil obtém lucro.

É bom porque é compartilhado em longo prazo, com ficção mais barata e petróleo mais barato. Nunca é bom quando alguém descobre como corromper o governo de uma nova maneira. E nunca é bom quando alguém escraviza outro.

Mas os fazendeiros brasileiros ou americanos competiam, aumentando o preço dos escravos. Nenhum lucro aí. Não para os comerciantes que competiam nos embarques da África.

O lucro econômico foi para os senhores da guerra africanos. Os perdedores na guerra sempre foram escravizados. Os demandantes também são culpados, é claro, ao encorajar os senhores da guerra a fazê-lo. Mas os senhores da guerra, não os europeus, obtiveram o lucro econômico.

Voltando ao erro histórico. Se o lucro explica o maior enriquecimento, a África, não a Europa ou suas ramificações, é que deveria ter sido levada ao Grande Enriquecimento. Não foi.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Política Nacional de Cuidados é investimento em infraestrutura

Gasto público não é assistencialismo: gera receita e movimenta a economia

Guita Grin Debert e Jorge Félix
Antropóloga, é professora emérita da Unicamp e pesquisadora da Fapesp e do CNPq; autora de "A Reinvenção da Velhice" (Edusp)
Doutor em sociologia (PUC-SP), é professor da pós-graduação em gerontologia da USP e pesquisador da Fapesp; autor de "Economia da Longevidade" (ed. 106 Ideias)

Em discurso anual à nação, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, dedicou um grande trecho ao tema do cuidado. Seu esforço foi convencer os parlamentares republicanos a ampliarem os recursos nos programas de saúde, sobretudo o Medicare, que atende principalmente idosos, e cuidados de crianças, pessoas com deficiência, trabalhadores doentes e veteranos de guerra. Foi um discurso contra o preconceito típico que a visão fiscalista da economia costuma ter sobre os gastos sociais. Com o acelerado envelhecimento da população do Brasil e o debate sobre uma Política Nacional de Cuidados Continuados na agenda, é preciso atentar para a perspectiva trazida por Biden.

Apesar de ampla bibliografia sobre o tema destacar o seu potencial de geração de valor, a ponto de hoje a economia do cuidado ser uma profícua área de pesquisa, muitos economistas tendem a enxergar a velhice pelas lentes assistencialistas ou, na melhor das hipóteses, apenas como um dever moral, humanista e solidário, como se não houvesse nenhuma justificativa econômica para a alocação de recursos públicos no cuidado.

Alguns fatos recentes, porém, mostram uma tendência de mudança. A economista Cecília Todesca escolheu o tema da economia do cuidado como plataforma para a disputa pela presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no fim do ano passado, cobrando do BID uma nova posição sobre o tema. Como abordado por nós aqui nesta **Folha** ("Precisamos quebrar o silêncio e politizar o cuidado de idosos", 27/7/22), o projeto da nova Constituição do Chile também abarcava uma ousada Política Integrada de Cuidado. Cita-se ainda os pacotes econômicos pós-pandemia de Biden e de Emmanuel Macron, com ênfase no aumento salarial dos profissionais do cuidado. O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, assumiu a presidência do G20 falando em dar prioridade a cuidar das pessoas. A despeito da concretização ou não dessas intenções manifestas, o importante é sublinhar que elas estão menos no âmbito da dívida moral com vulnerabilizados e mais no campo econômico.

Em setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em reunião com militantes e pesquisadores da área do envelhecimento, assumiu relevantes compromissos em saúde, Previdência, educação e cuidados continuados. No entanto, Lula apresentou argumentos ainda ligados a questões alheias à economia. "Nós precisamos ensinar as pessoas a cuidar, ser mais humanistas, mais fraternas", disse. Em sua visão, que não está errada, as pessoas idosas têm direito a uma proteção do Estado porque já contribuíram para a sociedade. Sem descredenciar esses argumentos, sabemos o quanto o "mercado" é resistente a justificativas de gastos apenas por razões humanitárias. Não é só por isso que é urgente entender o cuidado como investimento em infraestrutura.

> **[...]**
> Estudos econométricos mostram que o investimento em cuidado por parte do Estado pode ser tão relevante quanto o da indústria da construção e, assim, deve ser encarado como um segmento da infraestrutura, pois garante retornos de longo prazo

É essa a visão da britânica Susan Himmelweit, economista do cuidado e professora emérita da Open University. Seus estudos econométricos mostram que o investimento em cuidado por parte do Estado pode ser tão relevante quanto o da indústria da construção e, assim, deve ser encarado como um segmento da infraestrutura, pois garante retornos de longo prazo. Himmelweit mostrou como o investimento público em cuidado gera mais empregos do que no setor de construção. No entanto, os trabalhadores do cuidado recebem remuneração e reconhecimento menores. Ela defende que a alocação de recursos para o cuidado é eficiente e gera receita e os gastos serão, portanto, compensados satisfatoriamente na política fiscal. Sem citá-la, Biden concordou: "Quando fazemos todas essas coisas, aumentamos a produtividade, aumentamos o crescimento econômico".

No momento em que se inicia o debate aqui de uma política de cuidado, em meio ao tradicional conflito orçamentário, é preciso trazer à luz novas interpretações de novos campos de conhecimento. Talvez esses argumentos sejam tão fortes quanto o apelo ao humanismo em tempos tão difíceis que vive o mundo.

O genocídio nosso de cada dia

Conceito não se encerra em sentenças de tribunal ou páginas do dicionário

Juliano Medeiros
Historiador e cientista político, é presidente nacional do PSOL

As imagens das crianças indígenas yanomamis chocaram o mundo. Como seria possível que, em plena terceira década do século 21, com todos os recursos tecnológicos e humanos disponíveis, uma crise humanitária dessas proporções pudesse acontecer, ainda mais num país plenamente integrado ao sistema internacional como o Brasil? Como definir tamanha degradação?

Dias atrás o sociólogo Demétrio Magnoli, colunista desta **Folha**, questionou o uso do termo "genocídio" para classificar a ação do Estado brasileiro em relação aos yanomamis, alimentando uma intensa polêmica nas redes sociais. Ele já havia afirmado, em 2020, que a CPI da Covid no Senado "teria se desmoralizado" caso colocasse o genocídio dos povos indígenas em seu relatório final.

Segundo o sociólogo, o crime de genocídio só pode ser caracterizado quando há ação deliberada do Estado para o extermínio de uma população. Por isso, além do Holocausto, só teriam existido outros três episódios de genocídio no século passado: Armênia (1915-1917), Camboja (1975-1979) e Ruanda (1994). Qual o critério utilizado por Magnoli para definir o que é e o que não é genocídio? As decisões do Tribunal Penal Internacional.

Parece uma apreciação bastante formal para um cientista social diante de um conceito que, como qualquer outro que se refere a fenômenos da vida social, está em permanente transformação. Democracia, justiça, igualdade, genocídio são conceitos "em disputa", cujo significado não se encerra nas sentenças de um tribunal ou nas páginas de um dicionário. Ainda assim —para que não reste espaço a qualquer relativismo— vale lembrar que, mesmo no dicionário Oxford, o conceito de genocídio é amplo, abarcando desde "o extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade ou grupo étnico" até "a submissão de grupos humanos a condições insuportáveis de vida".

De qualquer forma, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) denunciou Jair Bolsonaro ao Tribunal Penal Internacional pelo tratamento dispensado aos povos indígenas durante a pandemia. Também tramita uma ação junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação do povo yanomami. Não demorará muito, portanto, para que os tribunais internacionais também se posicionem em relação às acusações de genocídio contra o ex-presidente.

> **[...]**
> Olhar para as crianças yanomamis, assoladas pela fome e pelo abandono, e admitir que algo poderia ter sido feito, significa assumir parte da culpa. E isso é duro demais para parcela de nossas elites

A questão de fundo, no entanto, é mais complexa. Magnoli representa a voz dos omissos que não suportam conviver com a ideia de que, à luz do dia, se produzia um genocídio no Brasil enquanto nossas instituições dormiam em berço esplêndido. Olhar para as crianças yanomamis, assoladas pela fome e pelo abandono, e admitir que algo poderia ter sido feito, significa assumir parte da culpa. E isso é duro demais para parcela de nossas elites.

Todos sabemos que Bolsonaro poderia ter sido detido, fosse pela Câmara dos Deputados, comprada pelo orçamento secreto, fosse pelas instituições do Judiciário, que transitaram entre a omissão dos tribunais superiores e a cumplicidade do procurador-geral da República. O ex-presidente ter concluído seu mandato depois de todos os crimes que cometeu é um verdadeiro escárnio. Ainda mais quando lembramos que poucos anos antes uma mandatária foi destituída por razões eminentemente políticas.

A volta da polêmica em torno do uso do termo genocídio nada tem a ver com a disputa em torno de seus sentidos, ademais, legítima. Ela esconde na verdade a incapacidade de admitir a banalidade com que parte de nossas elites tratou o projeto de aniquilação liderado por Bolsonaro. Afinal, enquanto a morte não bater à sua porta, ela está longe demais para gerar qualquer empatia verdadeira.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em sua participação no programa Roda Viva Nadja Kouchi/TV Cultura

Alinhamento

"'Mudar meta de inflação agora vai ter efeito contrário ao desejado', diz Campos Neto" (Mercado, 13/2). Em entrevista ao programa Roda Viva, o presidente Roberto Campos Neto rebateu as críticas que vem recebendo e deu explicações claras e objetivas sobre as condutas do Banco Central. Mas seria interessante uma reunião presencial com Lula e os ministros da área econômica, para que o presidente do Banco Central possa fazer um desenho da real situação econômica do país.
Arcangelo Sforcin Filho (São Paulo, SP)

*

"Precisamos ter mais boa vontade de com o governo Lula, diz Campos Neto" (Mercado, 14/2). O presidente Lula é que precisa de compaixão e boa vontade do mercado? Que raciocínio mais egoísta e arrogante, como se dissesse "calma, deem uma chance a ele para que entenda o que estamos fazendo", quase um "ele não sabe o que diz".
Maria Irene de Freitas (Rio de Janeiro, RJ)

*

Os elogios a Haddad são falsos. Campos Neto age com má-fé. Sua imagem conciliadora não cai bem para alguém que aplaudia Guedes quando este colocava granadas no bolso do assalariado e aposentado.
Braulio Alves Fernan (Rio de Janeiro, RJ)

Minuta

"TSE analisa se mantém minuta golpista em ação que mira Bolsonaro inelegível" (Política, 13/2). Excluir a minuta é dizer que não houve tentativa de golpe porque o golpe fracassou. Chega de impunidade. O Brasil precisa respeitar as leis ou não haverá país nenhum em breve.
Luciana Saddi Mennucci (São Paulo, SP)

*

O ex-presidente fugitivo esparramou e ainda continua esparramando mentiras a respeito do processo eleitoral. Que o TSE faça sua parte.
Antônio Carlos de Paula (Mogi Mirim, SP)

Reparação

"Operário torturado por engano pela ditadura militar pede reparação após 53 anos" (Política, 13/2). Não há reparação que fará justiça a esse pobre senhor. Revoltante, esse é um caso que veio à tona, mas e os outros escondidos no porão da ditadura?
Geraldo de Carvalho Jr. (São Paulo, SP)

*

Essa terrível história mostra mais uma vez a covardia e a crueldade da ditadura civil-militar e nos faz perguntar onde estão os monstros responsáveis por esse e outros crimes hediondos. Ao mesmo tempo vemos a clivagem de classe da justiça reparatória. É vergonhoso e revoltante.
Vera Luz (São Paulo, SP)

*

A manchete dá a entender que existe alguma tortura que não seja um erro, ou melhor, um crime. Toda tortura é um crime. E ainda bem que conseguimos nos livrar do presidente criminoso que faz apologia da tortura e cultua um torturador.
Sônia Maluf (Florianópolis, SC)

Festa

"Lula chama Bolsonaro de genocida, enaltece PT e agradece Dirceu em festa do partido" (Política, 13/2). Engana-se quem pensa que só o núcleo central do PT agradece a postura do Zé Dirceu. Num restaurante da periferia de Brasília, onde muitos eleitores de esquerda costumam ir, ele foi muito aplaudido quando chegou para almoçar no dia seguinte à posse.
Léa Cristina Gomes (Niterói, RJ)

*

Lula, por favor, governe para todos. Em menos de dois meses de governo, a palavra que mais fala é "Bolsonaro". Cadê o discurso de união, de pacificação? Era só balela para vencer o pleito?
Jonas Almeida (Goiânia, GO)

*

E quem não caiu no conto do mensalão? Eu caí. Retirou na base do lawfare todos os nomes presidenciáveis do PT. Orçamento secreto seria um escândalo absurdamente maior, mas não foi porque a moralidade dos nossos paladinos é seletiva.
Alexandre Sartori Barbosa (Curitiba, PR)

Rochas de plástico

Os oportunistas torram dinheiro público em campanha autolaudatória. Deveriam fazer campanha para conscientizar a população a não jogar plástico e papel nas ruas e mares ("Cientistas descobrem rochas de plástico em arquipélago do Espírito Santo", Cotidiano, 13/2).
Neli de Faria (São Paulo, SP)

*

Já bebemos e comemos microplásticos há tempos. Porém, não sabemos ainda qual o grau de prejuízo para a saúde humana.
Marcos Antônio (Manaus, AM)

Máscara

"Presidente do CFM critica uso de máscara contra Covid" (Painel S.A., 13/2). Que moral tem esse senhor para falar de máscara depois de tudo que vimos na CPI da Covid, em que o presidente do CFM se mostrou um negacionista de extrema direita, ideologicamente comprometido com o "desgovernante" genocida, que tantos males nos trouxe? Cale-se, homem, e pare de falar asneiras em nome da medicina.
Vera Queiroz (Rio de Janeiro, RJ)

Ambulantes

"A vida à venda no metrô" (Cristiano Cipriano Pombo, 14/2). São empreendedores empreendendo aqui o que o Guimarães Rosa classificava como uma tarefa arriscada: empreendem sobrevivência.
Marcos Benassi (Valinhos, SP)

*

É triste, mas onde eu pego metrô os ambulantes são engraçados. Tem um que fala: os seguranças são nossos melhores clientes, não podem nos ver que levam toda a mercadoria. E um outro sempre diz: o guarda não entrou e o contrabando voltou.
Ricardo Batista (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

COTIDIANO (14.FEV., PÁG. B4) Cilene Pereira sofreu um AVC hemorrágico na terça-feira (7), não na quarta (8), como publicado no texto "Jornalista, era referência na cobertura de saúde" em parte dos exemplares.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Sindicalismo 2.0

Centrais como CUT, Força Sindical e UGT elaboraram um plano que prevê mudanças radicais nas relações de trabalho no Brasil na próxima década. A primeira versão, obtida pelo Painel, propõe uma espécie de agência reguladora das relações de trabalho, além de reforço da negociação coletiva e cobrança de representatividade mínima e limites de mandatos dos sindicatos. A ideia é, após debates com diferentes categorias e o Ministério do Trabalho, apresentar o texto como um projeto de lei.

RECEIO Uma das propostas é criar o Conselho de Autorregulação das Relações de Trabalho, agência pública que teria como missão auxiliar na organização do sistema sindical e gerir as relações de trabalho. O entendimento é que a entidade poderia atuar na mediação de conflitos, reduzindo custos com a Justiça. Segundo Ricardo Patah, da UGT, o texto é uma reação aos processos de pulverização da representação sindical promovidos nos últimos anos no Brasil.

É GUERRA O presidente da CUT, Sérgio Nobre, subiu o tom contra Roberto Campos Neto nesta terça (14), durante protesto contra os juros altos em Brasília. "Campos Neto, pode esperar. Tua batata está no forno. Esses atos vão acontecer até esse canalha cair, tomar vergonha na cara e entregar o posto para alguém decente", afirmou. Centrais e movimentos sociais prometem não dar trégua ao chefe do BC.

CLASSIFICADOS O novo presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Hélio Doyle, enviou uma mensagem para contatos nesta terça-feira (14) relatando ter recebido 350 pedidos de emprego desde que foi anunciado para o comando da estatal, no mês passado. No texto, ele se justifica por não estar conseguindo atender a essas demandas.

SEM CHANCE "Peço a compreensão dos que me pediram uma vaga na empresa e não estão sendo contemplados", disse. Segundo Doyle, a EBC tem cerca de 1.700 concursados e 427 vagas de livre provimento —destas, apenas 128 podem ser ocupadas por profissionais sem concurso.

CEP Especialistas em habitação e urbanismo escreveram um manifesto com sugestões ao governo Lula em relação à retomada do Minha Casa, Minha Vida, anunciada nesta terça-feira (14). Sugerem que municípios, estados e cooperativas sejam chamados a participar da definição de projetos e da escolha de terrenos mais bem localizados na malha urbana.

TIME O texto conta com mais de mil assinaturas e tem entre os apoiadores diversos especialistas que ajudaram na recriação do Ministério das Cidades, como Ermínia Maricato, João Whitaker e Celso Carvalho.

OMBUDSMAN O PL criará uma estrutura para fiscalizar de forma permanente o governo Lula, fornecendo subsídios para a atuação de sua bancada e de outros partidos no Congresso. O Observatório da Oposição começa a funcionar em março, com uma equipe que ainda está sendo montada. Outra função será receber denúncias de corrupção contra o governo federal.

CADA UM POR SI Após a divisão na bancada evangélica, um novo racha afeta a base política associada ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Desta vez, envolve a frente parlamentar da segurança pública, conhecida como "bancada da bala".

SPY VS SPY Na raiz da disputa está a briga por espaço entre as PMs e as demais forças que atuam na área. A rixa opõe Alberto Fraga (PL-DF), coronel aposentado da Polícia Militar, e Nicoletti (União-RR), egresso da Polícia Rodoviária Federal, que promete uma frente mais "participativa", para contemplar também guardas municipais e policiais penais, rodoviários, federais e civis.

SURFANDO A base de apoio do prefeito Ricardo Nunes (MDB) aprovou nesta terça (14) na Câmara Municipal de SP projeto de lei que confere validade indeterminada a laudos médicos que atestem deficiência permanente para fins de acesso a programas e serviços públicos no município.

INSPIRAÇÃO Na semana passada, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vetou um projeto com a mesma proposta, e na justificativa escreveu que o autismo em crianças pode passar. Ele depois pediu desculpas pelo erro.

BRAÇOS DADOS O deputado estadual eleito Guto Zacarias (União Brasil) será um dos vice-líderes do governo Tarcísio na Assembleia de SP. Parlamentar de primeiro mandato, ele é ligado ao MBL, o que representa um gesto de aproximação do movimento liberal com o Executivo.

VISITA À FOLHA Zhu Qingqiao, embaixador da China no Brasil, esteve no jornal nesta terça-feira (14). Acompanhavam-no Li Qi, ministro conselheiro, Xia Nian, chefe da seção de imprensa, Guo Yue, secretária do embaixador, e Liang Tian, intérprete.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

TSE referenda inclusão de minuta golpista em ação que mira Bolsonaro

Tribunal investiga se houve abuso de poder político na disputa eleitoral do ano passado; ação pode tornar ex-presidente inelegível

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu nesta terça-feira (14), por unanimidade, manter a minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro Anderson Torres (Justiça) nos autos de investigação que pode levar Jair Bolsonaro (PL) à inelegibilidade.

O documento foi anexado à ação que mira o ex-presidente pelos ataques ao sistema eleitoral em reunião com embaixadores no Palácio do Alvorada, em julho do ano passado.

A decisão reforça a tese de adversários do ex-mandatário de que o papel recolhido na casa de Anderson Torres deve ser avaliado no contexto de uma estratégia para desacreditar o sistema eleitoral.

Bolsonaro havia recorrido contra a inclusão do documento no processo, mas o corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, negou o pedido e submeteu sua decisão a referendo do plenário.

O TSE é composto por Alexandre de Moraes (presidente), Ricardo Lewandowski (vice), Cármen Lúcia, Benedito Gonçalves (corregedor-geral eleitoral), Raul Araújo, Sérgio Banhos e Carlos Horbach.

O advogado Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, que representa a chapa encabeçada por Bolsonaro no TSE, pediu ao presidente da corte para fazer da tribuna a defesa de seus argumentos contra a inclusão do documento. Moraes negou, sob o argumento que de não há previsão regimental para a sustentação oral na classe de processo em que a controvérsia era discutida.

Em seu voto, Gonçalves afirmou que a apuração que mira Bolsonaro não limita a análise aos fatos inicialmente narrados, devendo examinar tudo que possa influir no julgamento. Existe, segundo o ministro, "inequívoca" relação entre os fatos originais da ação e os novos fatos.

"É inequívoco que o fato do ex-ministro da Justiça do governo do primeiro investigado [Bolsonaro] ter em seu poder uma proposta de intervenção nesta tribunal e de invalidação do resultado das eleições presidenciais possui aderência aos pontos controvertidos, em especial no que diz respeito à correlação entre o discurso e a campanha", afirmou.

A minuta golpista foi apreendida pela Polícia Federal durante busca na casa de Anderson Torres, que também é ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. A apreensão do documento foi revelada pela **Folha**.

O texto tratava de uma proposta de decreto para instauração de um estado de defesa no TSE e, com isso, reverter o resultado da eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

Após deixar o Ministério da Justiça, Torres assumiu a Secretaria de Segurança Pública do DF no início do ano. Na véspera dos ataques do dia 8 de janeiro, ele viajou de férias para os Estados Unidos.

Torres está preso por determinação de Moraes, no âmbito de inquérito do STF sobre os ataques golpistas. O ministro atendeu a pedido da PF no inquérito que apura omissão de autoridades distritais.

Bolsonaro é alvo de uma série de investigações na corte eleitoral sob a alegação de abuso de poder político ou econômico, além do uso indevido dos meios de comunicação na tentativa de se reeleger.

Esse leque pode ser ampliado se houver indícios do uso da máquina pública nos gastos com o cartão corporativo nos meses que coincidem com o período da campanha.

Na ação em que a minuta golpista foi anexada, o corregedor-geral determinou algumas diligências, incluindo oitiva de testemunhas.

Na semana passada, na condição de testemunha de Bolsonaro, o senador e ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira (PP-PI) disse que não conhecia o documento. O almirante Flávio Viana Rocha, ex-assessor de Bolsonaro, também afirmou que a desconhecia.

O pedido para incluir a minuta golpista na investigação foi feito pelo PDT, autor da representação que deu início à apuração sobre o encontro de Bolsonaro com embaixadores no Alvorada.

Advogados do partido afirmaram que o papel recolhido na casa de Torres foi o "embrião gestado com pretensão a golpe de Estado" e, portanto, apto a "densificar os argumentos que evidenciam a ocorrência de abuso de poder político tendente a promover descrédito a esta Justiça Eleitoral e ao processo eleitoral, com vistas a alterar o resultado do pleito".

> **"Essa estratégia de defesa, como facilmente se observa, busca um esvaziamento da legítima vocação da ação para tutelar bens jurídicos de contornos muito complexos, como a isonomia, a normalidade eleitoral e a legitimidade dos resultados**
>
> **Benedito Gonçalves**
> corregedor-geral eleitoral, negando a exclusão da minuta golpista dos autos de investigação que pode levar Bolsonaro à inelegibilidade

Ao deliberar sobre a inclusão da minuta golpista nos autos sob sua relatoria, Gonçalves ponderou que a tese do PDT é, desde o início, a de que o discurso de Bolsonaro aos embaixadores, realizado em 18 de julho, não mirava apenas representantes estrangeiros, mas estaria inserido na estratégia de campanha de "mobilizar suas bases" por meio de fatos sabidamente falsos sobre o sistema de votação.

A minuta de decreto de estado de estado de defesa no TSE estaria inserida nesse contexto ao propor a alteração do resultado do pleito, sustentou o partido.

Os advogados de Bolsonaro e de Walter Braga Netto, candidato a vice e também alvo da apuração, argumentaram que a anexação do documento na ação representaria "a admissão de fato novo, e não de documento novo, em momento tão avançado da marcha processual".

Também disseram que a minuta não representa prova para a causa, "uma vez que é apócrifa", que não foi encontrada em posse dos investigados e nem é assinada por eles.

Além disso, sustentou não haver indícios de que a dupla tenha participado de sua redação ou que tenha agido "para que as providências supostamente pretendidas pelo documento fossem materializadas".

O corregedor-geral, porém, sustentou que o documento se conecta às alegações iniciais da autora da ação, no sentido de que o discurso de Bolsonaro no encontro com embaixadores "era parte da estratégia de campanha consistente em lançar graves e infundadas suspeitas sobre o sistema eletrônico de votação."

"Essa estratégia de defesa, como facilmente se observa, busca um esvaziamento da legítima vocação da ação para tutelar bens jurídicos de contornos muito complexos, como a isonomia, a normalidade eleitoral e a legitimidade dos resultados", disse Gonçalves.

LULA DIZ QUE VAI TIRAR BOLSONARISTAS 'ESCONDIDOS ÀS PENCAS' NO GOVERNO
Durante evento de recriação do programa Minha Casa, Minha Vida, em Santo Amaro (a 80 km de Salvador), o presidente pediu paciência aos seus apoiadores, disse que ainda está terminando de montar sua equipe e que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tem a responsabilidade de 'tirar aquela gente infiltrada' Arisson Marinho/AFP

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
344.969 exemplares (dezembro de 2022)

Jair Bolsonaro em evento no Trump National Doral resort, em Miami Chandan Khanna - 3.fev.23/AFP

Bolsonaro afirma que volta em março para liderar oposição

Ex-presidente diz ao Wall Street Journal que, se pudesse voltar no tempo, não teria falado nada sobre a pandemia

SÃO PAULO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está nos Estados Unidos desde 30 de dezembro, afirmou que voltará ao Brasil em março para liderar a oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ele anunciou o retorno em entrevista ao Wall Street Journal e afirmou, de acordo com o jornal, que o movimento de direita no Brasil está vivo e vai continuar.

Bolsonaro viajou para a Flórida antes de terminar o mandato e rompeu a tradição de passar a faixa para seu sucessor, evitando assim um encontro com o adversário Lula.

O ex-presidente vinha indicando nas últimas semanas que retornaria ao Brasil em breve, mas não havia especificado uma previsão de data.

Ao WSJ ele declarou que perder faz parte de uma eleição e que não dá para falar em fraude, mas que o processo foi enviesado, o que o jornal descreveu como uma aparente tentativa de moderar as críticas ao sistema eleitoral brasileiro, depois de nunca ter reconhecido abertamente sua derrota nas urnas para Lula.

Bolsonaro também rebateu na entrevista as tentativas de associá-lo aos ataques de 8 de janeiro em Brasília, argumentando que nem sequer estava no Brasil na data e que é inocente.

Minimizando os atos promovidos por apoiadores de sua candidatura, o ex-presidente sugeriu ser inapropriado falar em uma tentativa de golpe, porque não existiam na ocasião comandantes, tropas e bombas.

Cercado por investigações que analisam tanto sua eventual responsabilidade nos atos violentos quanto a prática de abusos na campanha que podem torná-lo inelegível, o ex-presidente disse ainda que está ciente das possíveis consequências de seu retorno ao Brasil, o que incluiria o risco de ser preso.

Ele lembrou o caso do ex-presidente Michel Temer (MDB), que foi parar na prisão logo após deixar o cargo.

O ex-mandatário afirmou ainda que se vê como o líder nacional da direita e que não há ninguém mais apto no momento a assumir o papel de organizador desse grupo.

O ex-presidente acrescentou que vai apoiar candidatos conservadores nas eleições municipais marcadas para o ano que vem.

Bolsonaro afirmou na entrevista, ao ser questionado se faria algo diferente do que fez durante a pandemia de Covid-19 caso pudesse, que não iria dizer nada sobre o assunto, deixando a questão para o Ministério da Saúde.

Afirmou ainda que a sua frase de que pessoas que fossem vacinadas virariam jacaré foi apenas uma força de expressão.

No início deste mês, Bolsonaro afirmou, durante entrevista a um influenciador de direita americano, que apoia o ex-presidente americano Donald Trump, que é investigado por envolvimento na invasão ao Capitólio em 2021, e que seu retorno ao Brasil ocorreria nas semanas seguintes.

Como noticiou o Painel, há a possibilidade de o ex-presidente passar por uma cirurgia assim que desembarcar no país por causa de problemas de saúde relacionados à facada sofrida na campanha de 2018.

O médico Antônio Luiz Macedo, que cuida dele desde o atentado, disse estar de prontidão para o procedimento no intestino do paciente.

Ao WSJ Bolsonaro ironizou a recente visita de Lula aos Estados Unidos para um encontro com o presidente Joe Biden e disse que o petista viajou ao país com o único objetivo de ser o centro das atenções.

A agenda foi vista como bem-sucedida pelo governo brasileiro, que considerou se tratar de uma retomada das relações diplomáticas entre os dois países após a saída de Bolsonaro da Presidência.

Bolsonaro solicitou visto de turista para poder permanecer mais tempo nos Estados Unidos. Ele havia chegado ao país com o visto diplomático e tinha 30 dias para mudar esse status a partir do momento em que deixou o cargo.

O escritório de advocacia contratado por Bolsonaro solicitou um visto B2 para o ex-presidente.

O documento permite a permanência por até seis meses no país, mas não autoriza a realização de atividades remuneradas, o que atrapalharia o plano de financiar a estadia com palestras para empresários.

Em declaração dada em evento recente nos Estados Unidos, o ex-presidente afirmou que, por ter avós nascidos na Itália, é italiano e enfrentaria pouca burocracia para solicitar a cidadania ao país.

"Pela legislação, eu sou italiano. Tenho avós nascidos na Itália, e a legislação de vocês diz que eu sou italiano. Pouquíssima burocracia e eu teria cidadania plena", afirmou ao ser questionado por uma repórter do jornal Corriere della Sera se havia solicitado cidadania italiana.

Pedido contra ex-presidente vai para Justiça Eleitoral

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux enviou para a Justiça Eleitoral, nesta terça-feira (14), um pedido da Polícia Federal para ser instaurado inquérito contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por suspeita de uso indevido de crianças e adolescentes na sua campanha do ano passado.

Segundo esse pedido, que está em segredo de Justiça, esses menores de idade foram usados em situações que incitariam o uso de armas.

A solicitação de inquérito foi feita ao Supremo em 25 de novembro, quando Bolsonaro ainda era presidente e tinha foro especial na corte.

Na decisão desta terça, Fux afirma que, considerando o fim do mandato de Bolsonaro, o caso não é mais de responsabilidade do STF.

"Promovo o declínio da competência desta corte e determino de remessa dos presentes autos à Justiça Eleitoral do Distrito Federal, por ser a autoridade judiciária em tese competente para o prosseguimento do feito", afirmou.

Desde o último dia 10, ministros do Supremo começaram a encaminhar pedidos de investigação de Bolsonaro às primeiras instâncias das Justiças Federal e do Distrito Federal, sob o argumento de perda de foro especial.

Estes foram os primeiros pedidos de investigação contra Bolsonaro que o STF mandou para a primeira instância. A maioria das solicitações trata de falas do então presidente antes e durante comemorações do 7 de Setembro de 2021.

José Marques

PF prende seis e busca mais dois em nova operação contra ataque golpista

SÃO PAULO E BRASÍLIA A Polícia Federal prendeu nesta terça-feira (14) seis bolsonaristas em ação contra financiadores e participantes dos atos golpistas de 8 de janeiro. Duas pessoas ainda são procuradas.

A operação para cumprir os oito mandados de prisão preventiva e 13 mandados de busca e apreensão foi deflagrada nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo. Os pedidos foram expedidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

As prisões ocorreram em Indaiatuba (SP), Inhumas (GO), Santo Antônio da Platina (PR) e nas cidades mineiras de Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Uberlândia (MG).

Esta é a 6ª fase da Operação Lesa Pátria, deflagrada como parte da investigação que apura os responsáveis pelos atos em Brasília, quando bolsonaristas invadiram e depredaram prédios dos três Poderes.

As pessoas envolvidas nos atos golpistas podem responder pelos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

A PF trabalha com quatro linhas de investigação. Além de financiadores e daqueles que participaram da depredação ao patrimônio pública, os investigadores buscam os autores intelectuais dos ataques. Essa frente é a que pode alcançar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), alvo da apuração.

Uma outra linha de apuração é para identificar autoridades que se omitiram diante das ameaças de invasão às sedes do Executivo, Judiciário e Legislativo.

É nessa frente que são investigados Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, e o governador afastado do DF Ibaneis Rocha (MDB), além dos ex-comandantes da Polícia Militar.

Nesta terça, a CPI dos Atos Antidemocráticos, em andamento na Câmara Legislativa do DF, aprovou a convocação de Torres, titular da Secretaria de Segurança Pública à época dos fatos, além da quebra de seus sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático.

A comissão aprovou ainda o interrogatório do ex-secretário executivo da pasta Fernando de Sousa Oliveira, o ex-comandante da PM coronel Fábio Augusto Vieira e integrantes do governo local.

Foi aprovado requerimento para que seja também ouvido Antônio Cláudio Alves Ferreira, que apareceu em vídeo do sistema de segurança destruindo relógio histórico do Palácio do Planalto. Ferreira foi localizado e preso pela PF no dia 23 em Uberlândia (MG).

Ainda nesta terça, a PGR (Procuradoria-Geral da República) enviou ao STF denúncias contra 139 pessoas por envolvimento nos ataques.

Desses, 137 são bolsonaristas presos em flagrante dentro do Palácio do Planalto, além de outras duas pessoas detidas na praça dos Três Poderes portando materiais como rojões, facas, cartuchos de gás lacrimogêneo e itens usados para produzir explosivos caseiros.

O grupo é acusado dos crimes de associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado contra o patrimônio da União, além de deterioração de patrimônio tombado.

A Procuradoria pediu o bloqueio de bens dos denunciados para assegurar eventual reparação pelos danos, estimados em R$ 9 milhões.

A quantidade de pessoas denunciadas pela PGR supera 800, sendo a maioria (645) acusada de incitar as Forças Armadas contra os Poderes, mas sem envolvimento direto no vandalismo.

Também foram formalmente acusados pela Procuradoria 189 executores (responsáveis pelos atos diretos de invasão, vandalismo e depredação, incluído o grupo destino no Planalto), além um agente público por omissão. O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes.

Cada acusado, segundo as peças enviadas ao STF, "participou ativamente e concorreu com os demais agentes para a destruição dos móveis que ali se encontravam. Todos gritavam palavras de ordem demonstrativas da intenção de deposição do governo legitimamente constituído".

De acordo com a Procuradoria, o objetivo dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) era "implantar um governo militar, impedir o exercício dos Poderes Constitucionais e depor o governo legitimamente constituído e que havia tomado posse em 1º de janeiro de 2023".

Com UOL

Comissão de Ética deve explicar suspeita de porta giratória, diz ex-chefe do órgão

Mauro Menezes afirma que lei ampara Lula (PT) na troca de conselheiros ligados a Bolsonaro (PL)

ENTREVISTA
MAURO MENEZES

Alexa Salomão

BRASÍLIA Até pela falta de transparência nos últimos anos, não é possível afirmar que a Comissão de Ética Pública destrancou a chamada porta giratória para autoridades transitarem livremente entre os setores público e privado, mas é certo que agora ela tem a oportunidade de esclarecer as decisões apontadas como duvidosas. A avaliação é do advogado Mauro Menezes, ex-presidente do órgão de controle.

Ligada à Presidência República, a comissão nasceu em 1999 para evitar e punir casos de conflito de interesse e recomendar punições por desvios praticados por servidores públicos de alto escalão, especialmente ministros e secretários.

"Estamos identificando um mal-estar relacionado à porta giratória e a aplicação da Lei de Conflito de Interesses", afirma Menezes.

Causou estranhamento, por exemplo, que ministros da gestão bolsonarista tenham sido liberados para cargos em empresas privadas sem quarentena, o descanso remunerado de seis meses que busca evitar que autoridades compartilhem com empregadores informações estratégicas.

Bruno Bianco, ex-advogado-geral da União, e Fábio Faria, ex-ministro das Comunicações, aceitaram convites do BTG, que atua em diferentes segmentos de negócio, inclusive fibra ótica, tema acompanhado por Faria no governo. Marcelo Sampaio, ex-ministro da Infraestrutura, vai para Vale, dona de ferrovias e portos.

"A Comissão de Ética terá a missão de promover uma análise criteriosa, caso a caso, e verificar se houve distorções e vícios, promover as necessárias correções e fazer a prestação de contas à sociedade", diz Menezes.

Mateus Bonomi/Folhapress

Mauro Menezes, 56
Graduado em direito pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), mestre na área pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e doutorando em ciências jurídicas e políticas pela Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, na Espanha. Professor convidado da Universidade Castilla-La Mancha (Espanha). Foi conselheiro e presidente da Comissão de Ética Pública, e integrou o Conselho de Transparência Pública. É diretor-geral da Mauro Menezes & Advogados

> "O governo Bolsonaro, em vários aspectos, debilitou as ferramentas de controle. Questões de ética pública, muitas delas suscitadas pela própria imprensa, eram menosprezadas. O noticiário está farto de exemplos

> "Um ministro no exercício do cargo não pode ser nomeado para uma função que controla a conduta de todos os outros ministros de Estado

*

Na virada de mandato presidencial, a Comissão de Ética Pública tomou decisões que alimentaram debates. Concedeu grande número de quarentenas remuneradas e liberou ministros para irem diretamente à iniciativa privada. O sr. considera as decisões atípicas? É da jurisprudência da comissão conceder quarentena sem apresentação de proposta de trabalho em casos notórios, como o de ministro da Fazenda e presidente do Banco Central. Não se cobra nessa instância que busquem propostas em uma instituição financeira, por exemplo, para que possam gozar da quarentena, uma decorrência nessa esfera de responsabilidades.

Agora, se você me fala de um DAS 5 ou 6 (Direção e Assessoramento Superior nível 5 e 6, cargos de confiança mais altos), na maioria dos casos, se espera que o proponente traga a evidência de que foi convidado para trabalhar em determinada função em uma empresa privada; e um eventual conflito será avaliado.

No caso de liberação da quarentena dos ministros, existe uma atenção maior, e me parece que geram mais tensão.

De fato, é preciso verificar como tramitaram os processos em que uma instituição financeira contrata dois ministros que sequer são da área financeira. Também é preciso ver como um ministro da área de infraestrutura vai para uma corporação como a Vale sem cumprir quarentena.

Ninguém está dizendo que eles não possam trabalhar nessas instituições. Podem. No entanto, a lei 12.813 prevê quarentena de seis meses para casos sensíveis. Um ministro tem informações que podem resultar em ganho econômico-financeiro e oportunidades de contratos públicos imediatamente após a saída. Depois de seis meses, tudo muda muito, e isso já não é um valor tão importante.

Em suma, eu precisaria examinar caso a caso para fazer um juízo. Abrir o envelope e olhar o voto, porque precisa ser disponibilizado após o processo de consulta. Mas, em princípio, não vejo atipicidade.

Por que essas informações não são públicas? Uma vez o processo findo, ele é público pela Lei de Acesso à Informação.

Mas não estão disponíveis no site da Comissão, por exemplo. Pode ser demandado. Segundo um dispositivo no regimento da comissão, os processos são sigilosos enquanto tramitam. Durante o trâmite, antes, a Comissão divulgava os andamentos — relator do caso tal é o fulano de tal, a data do julgamento tal é dia tal.

Uma vez que o processo termina, não há impedimento para o acesso.

A comissão também costumava divulgar o voto prevalecente. Nele estão os fundamentos da decisão. Para preservar alguma circunstância íntima, de natureza privada ou comercial, utilizava-se uma tarja nesses trechos sensíveis.

Quem acompanha esse tema afirma que a Comissão de Ética ficou menos transparente nos últimos anos, por diferentes motivos, mas também por ter reduzido a divulgação de informações como essas que o sr. mencionou. Concorda com essa percepção? Houve, de fato, uma mutação na maneira como a Comissão encara a questão da transparência e, em consequência, da publicidade de suas decisões. No início, tinha uma sobriedade um pouco excessiva. Na década passada, a partir de 2012, experimentou uma maior abertura, se comprometeu ao exame social, muitas vezes por meio de análises feitas até pela imprensa.

A Comissão de Ética tem o propósito e a obrigação de lançar um olhar ético sobre a atividade pública e suas relações com o setor privado. Foi atuante como freio e contrapeso. No governo de Dilma Rousseff, autoridades receberam sanções, foram compelidos a deixarem seus cargos. No governo de Michel Temer também.

O governo Bolsonaro, em vários aspectos, debilitou as ferramentas de controle. Questões de ética pública, muitas delas suscitadas pela própria imprensa, eram menosprezadas. O noticiário está farto de exemplos. Assim, a comissão submergiu e pouco dialogou com a sociedade para o cumprimento do seu papel.

A falta de dados não permite fazer comparações no tempo, como se o número de dispensas da quarentena aumentou ou diminuiu. Porém, quem acompanha o tema avalia que houve uma espécie de "liberou geral" no governo Bolsonaro. O sr. concorda? Não tenho elementos para dizer que tenha havido um número maior de concessões sem critério. Não vejo esse fenômeno. Eu já estive na comissão e posso dizer que ela precisa impor a quarentena. Imposta corretamente, ela não é uma benesse pelo fato de haver uma remuneração compensatória, mas uma proteção de informações que podem gerar conflito de interesse na iniciativa privada.

Reforço isso porque chamou a atenção a liberação da quarentena não apenas de ministros, como agora, mas até em outros escalões. Citando um exemplo, Diogo Mac Cord saiu de secretário Especial de Desestatização do Ministério da Economia e no dia seguinte se tornou sócio da consultoria EY, autorizado pela comissão. Pois é. Por isso é preciso que se abra o conteúdo das decisões. Temos situações que saltam aos olhos. Você acompanhou o que ocorreu com a Lei de Acesso à Informação. Multiplicaram-se os casos de sigilo, o que reduziu a transparência. Eu participei da transição de governo como relator do grupo de trabalho sobre transparência, integridade e controle. O coordenador era o hoje ministro Jorge Messias [Advocacia-Geral da União].

Havia um mal-estar generalizado quanto aos sigilos. O grupo de transição elaborou um trabalho que foi aproveitado pela CGU [Controladoria-Geral da União]. Há poucos dias, o ministro-chefe da CGU divulgou relação de 12 critérios para reexame desses sigilos, e também eventuais imposições de novos sigilos. Com base neles, identificaram mais de 200 casos em que os sigilos ficaram à margem desses critérios. Vai haver uma análise caso a caso e a eventual divulgação.

Isso vale para Comissão de Ética Pública.

Estamos identificando um mal-estar relacionado à porta giratória e à aplicação da Lei de Conflito de Interesses. Seriam dois vícios, em dois polos diferentes. Autoridades, com alto potencial de deterem informações privilegiadas, teriam sido liberadas para trabalharem em setores sensíveis.

Mas também se questiona a concessão de quarentenas para autoridades que não precisariam, com a liberação inadequada de remuneração compensatória e ônus desnecessário ao erário.

A Comissão de Ética terá a missão de, assim como aconteceu na CGU em relação à Lei de Acesso à Informação, promover uma análise criteriosa, caso a caso, e verificar se houve distorções e vícios, promover as necessárias correções e fazer a prestação de contas à sociedade.

Na sequência do caso dos ministros, Lula trocou três conselheiros que pelo regimento —não pela lei— têm mandato de três anos. Qual a sua avaliação sobre esse gesto? Não acho que existe relação de causa e efeito aí. Há incompatibilidades. Fábio Prieto estava na comissão e assumiu, em janeiro, como secretário de Justiça e Cidadania do estado de São Paulo —um cargo de confiança do governador em outra unidade da federação. Me parece incompatível que ele acumule as funções. É uma restrição de âmbito federativo.

A Comissão de Ética Pública é regida pelo decreto 6.029, que regula o sistema de gestão da ética. Embora no artigo terceiro diga que os integrantes têm mandato de três anos, no artigo dez, considera indispensável para o exercício da função a imparcialidade e a independência. Na condição de secretário do estado de São Paulo, Prieto não mais detém a imparcialidade para a função.

Além do mais, o mandato dos membros da comissão não tem fundamento em lei, senão neste decreto e em outro. Então, não existe direito adquirido decorrente de lei. A sua dispensa foi um ato lógico e fundamentado juridicamente.

Os ex-presidentes da República têm um estafe de assessores que cuidam de seu dia a dia, que dá apoio institucional e se subordinam à autoridade daquele ex-presidente. João Henrique Nascimento foi nomeado em dezembro para o cargo de assessor de Bolsonaro.

É evidente que, nessa posição, não pode atuar como membro de uma comissão que controla a conduta dos integrantes do novo governo eleito. Até presumo que isso foi feito com a intencionalidade de promover um tipo de longa manus de um governo que se encerra sobre um governo que se inaugura.

Célio Faria Júnior foi chefe de gabinete do ex-presidente Bolsonaro. Quando foi nomeado para a comissão, ocupava o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Governo, ali mesmo no Palácio do Planalto. A sua nomeação já foi viciada nos estertores do governo.

Um ministro no exercício do cargo não pode ser nomeado para uma função que controla a conduta de todos os outros ministros de Estado.

Aquilo foi uma aberração do ponto de vista jurídico e teve como objetivo, mais uma vez, distorcer o caráter isento da comissão.

Pacheco aumenta benefícios de senadores, inclusive licenciados

João Gabriel e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a Mesa Diretora da Casa aumentaram os benefícios dos senadores, inclusive dos licenciados para serem ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em ato de 7 de fevereiro, logo após a reeleição de Pacheco, a Mesa reajustou a chamada cota de atividade parlamentar em 18,13%. O aumento será escalonado em três parcelas de cerca de 6% entre 2023 e 2025.

A cota pode ser usada, dentre outras coisas, para compra de passagens aéreas, custeio de combustível e materiais de divulgação —o valor pago ao parlamentar varia conforme o estado. Os senadores também ganharam direito a quatro viagens para suas bases, sem desconto desta rubrica.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, chega ao plenário da Casa para sessão deliberativa Roque de Sá - 8.fev.23/Agência Senado

Assim, Pacheco repetiu o gesto feito pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que concedeu o direito a mais passagens de avião para os deputados e turbinou o auxílio moradia pouco antes de ser reeleito com votação recorde.

Antes da mudança, a norma dizia que perderia direito a habitação funcional quem "vier a ser licenciado para exercer cargo de ministro de Estado ou de secretário de Estado, do Distrito Federal ou de prefeitura de capital". A nova redação cortou o trecho "ministros de Estado".

O Senado afirmou que o valor da cota parlamentar não era reajustado desde 2011 e que, mesmo com o aumento, continuará defasado.

"Respeitando-se os mesmos índices aplicados ao reajuste dos servidores do Legislativo (6% em 2023, 6% em 2024 e 6,13% em 2025), chegou-se ao reajuste de 18,3%. Para se ter uma ideia dessa defasagem, o IPCA acumulado dos últimos dez anos, está em 77%, de acordo com o IBGE", disse em nota.

Sobre os imóveis funcionais, disse que "todo senador da República tem direito a ocupar tais imóveis. Por serem tais unidades pertencentes à União, parlamentares licenciados para assumir cargos de ministros de Estado no governo federal têm a prerrogativa de permanecer nas suas respectivas unidades, uma vez que, mesmo licenciados, mantêm seus mandatos parlamentares."

Atualmente, cinco senadores são ministros de Lula: Renan Filho (MDB-AL, dos Transportes), Wellington Dias (PT-PI, do Desenvolvimento Social), Camilo Santana (PT-CE, da Educação), Flávio Dino (PSB-MA, da Justiça) e Carlos Fávaro (PSD-MT, da Agricultura).

Um Bolsonaro inelegível

A decisão será do TSE e seu efeito é imprevisível

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Pelo andar da carruagem, é provável que Jair Bolsonaro seja tornado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral. Motivos, ele os deu de sobra. Acima de tudo, mesmo que isso não seja do gosto do capitão, sentença judicial não se discute, cumpre-se.

Afastar Bolsonaro das eleições é uma coisa. Conviver com sua presença inelegível, bem outra. O cenário político nacional terá que se adaptar a isso, e não será fácil.

Bolsonaro tem dois herdeiros de sangue e pelo menos dois de alma.

Os de sangue são dois de seus filhos. Flávio é senador pelo Rio de Janeiro e tem bases na política local. Se ele disputar a eleição para prefeito da cidade, submeterá a herança do pai a um teste de fogo. Já Eduardo, deputado por São Paulo, tem um futuro mais esmaecido. O petista Fernando Haddad perdeu a eleição para governador, mas prevaleceu na capital.

Os herdeiros de alma são os governadores Tarcísio de Freitas, de São Paulo, e Romeu Zema, de Minas Gerais. O primeiro é uma criação do capitão. Já o segundo, teve origem própria. Ambos serão mais ou menos bolsonaristas na medida em que o capitão consiga realizar o seu sonho de liderar a direita nacional. Ele tirou-a do armário, mobilizou-a e levou-a à derrota de 2022.

O arco democrático que elegeu Lula mostrou que a direita civilizada abandonou Bolsonaro. Parte da direita troglodita foi para a rua no 8 de janeiro e sabe-se que tinha raízes mais profundas. Ela pode ter encolhido, mas não desapareceu.

Um Bolsonaro inelegível vestirá o manto do proscrito perseguido. Tornado inelegível por decisão da Justiça dentro de um regime de franquias democráticas, Bolsonaro ficaria numa posição um pouco parecida com aquela em que Lula foi colocado em 2017. Lula foi afastado da eleição de 2018 por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, influenciado pela consistência jurídica do famoso tuíte do general Eduardo Villas Bôas. Deu no que deu em 2022.

As malfeitorias do consulado petista e os excessos politicamente orientados do lavajatismo, ajudaram a produzir a onda bolsonarista de 2018. Quatro anos depois, Jair Bolsonaro ajudou a formar o arco democrático que elegeu Lula. Na noite em que Lula deixou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e se apresentou à Polícia Federal, eram poucos os que admitiam a cena da sua subida na rampa do Planalto, em janeiro passado.

Lula soube construir o arco democrático de sua vitória. Bolsonaro, por seu lado, não construiu o arco político que o levou ao poder. Apenas juntou sentimentos e preconceitos atirados ao vento. Uma vez no poder, isolou-se no irracionalismo e em fantasias golpistas. Ainda assim, em números brutos, teve mais votos em 2022 do que em 2018.

O chamado bolsonarismo é coisa nenhuma. Seu oxigênio é o antipetismo, uma percepção política formada por diversos ingredientes. Nela, a mais desagregadora é a tendência do PT a um hegemonismo que consegue conviver com o centrão, mas tem dificuldade para coexistir com uma direita racional. Foi ela quem decidiu a parada na eleição do ano passado.

Bolsonaro foi parar na Flórida porque ciscou para fora. Lula está no Planalto porque ciscou para dentro.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Reinaldo Azevedo** | SÁB. Demétrio Magnoli

Pacheco afirma que discutir mandato no STF é legítimo

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça-feira (14) que é legítima a discussão sobre mandatos para ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e sobre o alcance de decisões monocráticas —tomadas por apenas um dos magistrados, e não por todos.

Durante evento do banco BTG Pactual, Pacheco afirmou que fazer esse debate é muito melhor do que "ficar aquela insanidade de ficar atacando a figura, a pessoa do ministro" do Supremo e que a própria limitação de competência do STF é "muito palatável".

"Você discutir alcance de decisão monocrática de ministro do STF ou de qualquer ministro de tribunal superior é uma discussão honesta. O limite do prazo de vista em processos judiciais é uma discussão também honesta. A própria limitação da competência do STF é uma discussão muito palatável.", disse.

Hoje, ministros do STF não têm mandato, mas são obrigados a se aposentar aos 75 anos. Eles são indicados pelo presidente da República, sabatinados pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aprovados pelo plenário da Casa.

Diante da ofensiva da candidatura do senador Rogério Marinho (PL-RN) contra o STF e o ministro Alexandre de Moraes, Pacheco vem acenando com a possibilidade de discutir o funcionamento do STF.

STF avalia restringir alcance da Justiça Militar em ações de GLO

Ação pede que Justiça comum julgue militares por crimes durante operações

José Marques

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) volta a analisar nesta semana uma ação que restringe a possibilidade de julgamentos de crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas na Justiça Militar.

O julgamento será retomado pouco mais de um mês depois dos ataques antidemocráticos contra as sedes dos três Poderes em Brasília e em meio ao debate sobre a quem cabe julgar militares que tenham participado desses atos.

Apresentada em 2013 pelo então procurador-geral da República Roberto Gurgel, a ação questiona o dispositivo de uma lei que torna a Justiça Militar responsável por analisar crimes que acontecem dentro do âmbito do chamado "exercício das atribuições subsidiárias das Forças Armadas", como em operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem).

Um exemplo de crime citado por entidades ligadas aos direitos humanos e que também se opõem a esse dispositivo é a tortura. Hoje, dizem as entidades, se um integrante do Exército torturar alguém durante uma operação de GLO em uma favela, ele não é julgado pela Justiça comum, mas pela Justiça Militar.

Embora a ação não tenha relação direta com os atos golpistas de janeiro, o julgamento acontece em meio a um cenário de muitos questionamentos a respeito de investigações sobre os militares que participaram dos ataques antidemocráticos.

Há várias divergências sobre o órgão que deve ser responsável pelo julgamento de eventuais crimes cometidos pelos fardados —são diferentes as visões entre especialistas, na Polícia Federal e no governo.

Ministros em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal
Nelson Jr. - 9.fev.23/Divulgação STF

A questão pode eventualmente chegar ao STF, que teria que definir de quem é a competência para o julgamento.

A ação da PGR de 2013 demorou para ser julgada no STF. À época, Gurgel queria que houvesse urgência na análise. Ele argumentou que as Forças Armadas estavam atuando no combate ao crime no Rio de Janeiro, por meio da ocupação de favelas, "o que significa que delitos cometidos por militares contra civis estão sendo submetidos à Justiça castrense [Militar], com toda a carga de violação a direitos humanos que o fato significa", afirmou.

O processo só começou a ser analisado no plenário do STF em 2018, com a relatoria do ministro Marco Aurélio, que tratou o assunto como "matéria sensível" e votou pela manutenção da lei atual.

"Esta ação direta enseja discussão de envergadura maior, não devendo ser tomada como simples deliberação a respeito dos limites de competência da Justiça castrense", argumenta o voto de Marco Aurélio.

À época, Alexandre de Moraes seguiu Marco Aurélio em seu posicionamento. "No caso sob julgamento, portanto, não houve aumento de hipóteses de crimes militares e não houve aumento da incidência da lei penal militar ou processual penal militar em relação a civis", diz o voto do ministro.

Edson Fachin foi o primeiro dos ministros a divergir. "É incompatível com o ideal republicano, mediado pelo direito à igualdade, a criação de jurisdições que, sem base normativa constitucional, criem distinções entre as pessoas."

Fachin afirmou ainda que a competência da Justiça Militar é restrita e limitada aos crimes militares. "Não cabe, portanto, ao legislador, ampliar o escopo da competência da Justiça Militar às 'atividades' ou, ainda, apenas ao 'status' de que gozam os militares."

À época, Luís Roberto Barroso pediu vista (mais tempo para análise) da ação e a devolveu, no fim do ano passado, em plenário virtual, plataforma na qual os ministros depositam os seus votos durante um determinado período de tempo. Barroso votou com Marco Aurélio e Moraes.

Após mais um pedido de vista, dessa vez do ministro Ricardo Lewandowski, a ação volta a ser julgada no plenário virtual até esta sexta (17). Lewandowski votou com Fachin.

"A norma questionada cria uma espécie de hipótese de foro por prerrogativa de função. Contudo, esta Suprema Corte já decidiu que só o texto constitucional pode elencar os agentes públicos que gozam de tal privilégio", disse.

Na tarde desta terça (14), Fux votou com Marco Aurélio, Barroso e Moraes, o que deixou o placar em 4 a 2, a favor de não restringir as competências da Justiça Militar, reafirmando a responsabilidade desse braço do Judiciário para julgar crimes ocorridos durante operações de GLO.

Até o final da tarde, não tinham sido publicados os votos de Kassio Nunes Marques, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. André Mendonça, que substituiu Marco Aurélio, não vota.

Governo Lula é aprovado por 40% e reprovado por 20%, afirma Quaest

Carolina Linhares

SÃO PAULO O terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é considerado positivo por 40% dos entrevistados em pesquisa da Quaest. Após 45 dias de governo, a gestão petista é vista como regular por 24% e como negativa por 20%. Outros 16% não responderam ou não opinaram.

A pesquisa ouviu 2.016 pessoas de sexta (10) a segunda (13) e tem margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. O levantamento é financiado pela corretora de investimentos digital Genial Investimentos, controlada pelo banco Genial.

Para 38%, o governo Lula não está melhor nem pior do que esperado. Para 33%, está melhor, e 18% o veem pior que esperado —11% não responderam ou não sabem.

A maioria (60%) diz que o governo Lula será melhor do que o de Jair Bolsonaro (PL), mas 27% dizem que será pior —para 8% será igual e 5% não sabem ou não responderam.

Em relação aos governos anteriores de Lula, o otimismo se mantém: 53% dizem crer que será melhor do que as outras gestões do petista; 25% dizem que será pior e 14% dizem que será igual.

Aprovam a forma como Lula se comporta como presidente 65% dos ouvidos, e 29% desaprovam. A pesquisa mostra que 55% afirmam que o presidente está buscando ser mais moderado —34% dizem que ele tenta ser mais radical.

Dos ouvidos, 44% gostam de Lula, 29% não gostam nem desgostam e 25% não gostam. Os índices são piores para Bolsonaro: 43% não gostam dele, 31% não têm sentimento e 25% gostam dele.

O tema do novo governo mais lembrado entre os entrevistados é a ajuda aos yanomamis e a ação contra o garimpo, citado por 9%. A volta e o aumento do Bolsa Família vêm depois, com 6%.

O principal problema do Brasil é a economia para 30%, junto a questões sociais, com 29%. Em terceiro lugar vêm saúde e pandemia, com 11%.

Foi perguntado também se as pessoas souberam do embate de Lula com o Banco Central sobre a taxa de juros —67% responderam que não e 30%, sim. Para 76%, o petista está certo em tentar forçar a queda da taxa de juros —16% acham que não.

Sobre os ataques às sedes dos três Poderes em 8 de janeiro, 94% desaprovam a ação e 4% aprovam. Para 51%, Bolsonaro teve influência nas invasões (38% acham que não) —e Lula saiu mais forte para 72% (14% o veem mais fraco).

Fatia de 42% diz que os golpistas representam os eleitores de Bolsonaro, e 49% discordam. Para 54%, a intenção era tirar Lula do poder à força, mas 40% só veem um protesto contra o governo.

A pesquisa quis saber da avaliação da primeira-dama Rosângela Silva, a Janja, positiva para 41%, regular para 22% e negativa para 19%. O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) é visto como positivo por 32%, regular por 34% e negativo por 19%.

A imagem do STF é regular para 36%; negativa para 29% e positiva para 23%

Juiz manda União pagar pensão a filhos de petista morto

CURITIBA Decisão anunciada pela Justiça Federal do Paraná obriga a União a pagar pensão alimentícia aos três filhos menores de idade de Marcelo Arruda, o guarda municipal e militante petista que foi morto a tiros pelo policial penal bolsonarista Jorge Guaranho em julho de 2022, na cidade de Foz do Iguaçu.

Atendendo a um pedido feito pela família de Marcelo, o juiz federal substituto Diego Viegas Veras, da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, determinou que a União pague o valor de R$ 1.312,16 para cada um dos três filhos menores de idade, num valor total de R$ 3.936,49.

A decisão foi assinada no domingo (12).

Em nota, a AGU informou à reportagem que foi notificada da decisão e que "neste momento ainda avalia qual a medida jurídica cabível".

Em sua decisão, o juiz aponta que o STF (Supremo Tribunal Federal) tem reconhecido a responsabilidade do Estado em casos assim.

"Curvo-me ao entendimento da Suprema Corte para entender que há responsabilidade omissiva do Estado quanto aos atos praticados pelo seu servidor, ainda que fora de serviço, uma vez que utilizada a arma pertencente ao referente ente público."

Guaranho é servidor público federal, ligado ao Depen (Departamento Penitenciário Nacional), e a arma que foi utilizada para atirar contra Marcelo fazia parte do arsenal da União. Por ser agente penitenciário federal, ele possuía porte de arma, independentemente de estar em serviço.

O valor da pensão alimentícia definido pelo juiz levou em conta os vencimentos líquidos de Marcelo em julho do ano passado (R$ 8.735,65), descontando a quantia de R$ 4.799,16, referente a uma pensão por morte que já está sendo paga aos dependentes reconhecidos pela lei previdenciária municipal. Marcelo era servidor público de Foz do Iguaçu.

Guaranho está preso e é réu sob acusação de homicídio duplamente qualificado.

Na noite de 9 de julho do ano passado, o policial penal invadiu a festa de aniversário de Marcelo, que comemorava 50 anos de idade com temática do PT, e atirou contra o guarda municipal. O petista, já ferido no chão, também baleou o bolsonarista, que ficou internado em um hospital antes de ser transferido para a prisão.

Câmeras de segurança registraram o crime.

Catarina Scortecci

STJ reduz de 8 para 4 anos pena de José Dirceu pela Lava Jato

BRASÍLIA | UOL O STJ (Superior Tribunal de Justiça) reduziu nesta terça (14) a pena do ex-ministro José Dirceu em condenação da Operação Lava Jato. De oito anos e dez meses foi a quatro anos e seis meses em regime semiaberto.

Por maioria, o colegiado excluiu a condenação por lavagem de dinheiro, mantendo só o crime de corrupção passiva.

A decisão é da Quinta Turma do STJ. Os ministros discutiram um recurso apresentado por Dirceu e seu irmão, Luiz Eduardo, contra a condenação derivada da 30ª fase da Lava Jato, a Operação Vício.

O ex-ministro petista foi acusado de receber R$ 2 milhões em propinas para intermediar contratos de uma empresa de tubos com a Petrobras —parte dos valores teria sido por meio do custeio de duas aeronaves.

Dirceu foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O entendimento da Quinta Turma seguiu o ministro João Otávio de Noronha, que divergiu do relator e votou para reduzir a pena.

Paulo Roberto Netto

Soldados ucranianos em estrada próxima de Bakhmut, cidade sob ataque russo Ievhenii Zavhorodnii - 11.fev.23/Reuters

> Qualquer opinião que você tenha sobre [a entrega dos] aviões, ela levará tempo. Minha prioridade é assegurar que as promessas dos aliados para blindados e tanques sejam cumpridas assim que possível
>
> **Jens Stoltenberg**
> secretário-geral da Otan

Rússia eleva pressão na Ucrânia; Otan diz que tanques vêm antes de caças

Forças de Putin avançam em cerco a Bakhmut, cidade-chave no leste que parece prestes a cair

Igor Gielow

SÃO PAULO Em um dos momentos mais delicados para a Ucrânia nos últimos meses da invasão russa de seu território, as forças de Moscou fecharam o cerco a uma cidade-chave no leste do país, enquanto a Otan, a aliança militar liderada pelos EUA, debate a natureza da ajuda militar a Kiev.

Unidades do Exército russo e do grupo mercenário Wagner, a serviço do Kremlin, tomaram posições em torno de Bakhmut que parecem ter inviabilizado a defesa da cidade, considerada um trampolim para a conquista do restante da província de Donetsk, que, com Lugansk já sob controle russo, forma o Donbass.

Essa área, no leste ucraniano, era um dos poucos objetivos declarados de Vladimir Putin quando o russo surpreendeu o mundo e invadiu o vizinho, ação que completará um ano no próximo dia 24. Ela foi anexada ilegalmente por Moscou em setembro, mesmo sem o controle total dos russos.

Analistas divergem sobre a importância de Bakhmut, dado que é uma cidade menor comparada com a capital homônima da província, sob controle de separatistas russos desde a guerra civil iniciada em 2014, e de Kramatorsk, sede do governo ucraniano sobre os cerca de 50% restantes da região em poder de Kiev.

Para Michael Kofman, do americano CNA (Centro de Análises Navais), o "moedor de carne" estabelecido nos últimos meses na região não compensará uma eventual vitória russa. Não há dados oficiais disponíveis, mas governos ocidentais estimam que a maior taxa de baixas de Moscou na guerra ocorre naquela frente, em especial entre os combatentes mercenários.

Já o analista russo Ivan Barabanov, que escreve para publicações de defesa, aponta que os reforços da convocação de 320 mil reservistas por Putin no final do ano passado têm garantido a escalada das últimas semanas. "Infelizmente, isso é a guerra. Mas nosso lado tem mais soldados", afirmou.

Tal assertiva já foi feita pelo governo ucraniano de Volodimir Zelenski e pela Otan, cujos ministros da Defesa estão reunidos nesta terça (14) e quarta-feira (15) em Bruxelas para discutir temas relativos à guerra. No centro do debate, o fornecimento de armas para Kiev.

Após ter assegurado a promessa de cerca de 140 tanques de guerra alemães de diversos países, algo que vinha sendo negado porque a aliança militar temia melindrar o Kremlin com uma arma mais poderosa, Zelenski está em campanha aberta para recompor sua Força Aérea com caças ocidentais.

A Otan já deixou claro que, mesmo que tome essa decisão, algo difícil, pois aumentaria o risco de ver Kiev usar suas armas contra o território russo, ela não seria imediata. "Defesa aérea foi um foco, e agora armamento pesado, [blindados] Strykers e Bradleys, veículos de combate de infantaria, morteiros da Alemanha e tanques de guerra", disse o norueguês Jens Stoltenberg, secretário-geral da Otan.

"Como vocês têm visto na mídia, há uma discussão em curso agora sobre a questão dos aviões, e eu espero que isso seja discutido amanhã. Mas uma coisa é velocidade, urgência. Porque qualquer opinião que você tenha sobre [a entrega dos] aviões, ela levará tempo. Minha prioridade é assegurar que as promessas dos aliados para blindados e tanques sejam cumpridas assim que possível", afirmou.

Mesmo os tanques demandam tratativas complexas. Já há cerca de 1.200 soldados ucranianos treinando a operação do modelo Leopard-2 na Alemanha, mas a entrega dos blindados deve ser espaçada. Nesta terça, a Noruega se uniu ao pool de países a fornecer o modelo, dizendo que irá ceder oito unidades a Kiev.

Em entrevista coletiva, Stoltenberg cedeu à realidade no caso da adesão de Suécia e Finlândia à aliança —a Turquia resiste ao pedido pela dificuldade em conseguir dos suecos a extradição de rivais exilados no país escandinavo ou a condenação de grupos que vê como terroristas. Ele afirmou que o mais importante é que ambos ingressem na aliança, não necessariamente ao mesmo tempo, como requisitado.

Em campo, as forças da Rússia prosseguiram também com ataques a alvos de infraestrutura energética em pontos da Ucrânia, sem repetir a grande onda de mísseis que lançam regularmente desde outubro contra o país.

Bombardeiros nucleares de Moscou voam na região da crise dos óvnis

SÃO PAULO Um novo elemento surgiu na nebulosa crise dos óvnis que opõe os Estados Unidos à China: a Rússia, principal aliada militar de Pequim e rival direta de Washington na Guerra da Ucrânia.

Nesta terça-feira (14), Moscou fez um voo com dois bombardeiros estratégicos capazes de empregar armas nucleares perto do Alasca. A região é o epicentro da confusão desde que um grande balão de Pequim entrou no espaço aéreo americano pelo estado, chegando perto de uma base militar em Montana.

O artefato foi abatido, sob protestos dos chineses, que alegam o uso do objeto para fins de medições meteorológicas. Isso ocorreu na semana passada e, desde sexta-feira (10), outros três objetos de tamanho menor foram derrubados por caças americanos, dois dos quais em regiões próximas ao Alasca.

O obscuro incidente foi seguido por uma acusação de Pequim de que ao menos dez balões dos Estados Unidos invadiram o espaço aéreo chinês em 2022 —o que leva a dúvidas sobre o motivo de os chineses não terem feito nenhum protesto sobre tal movimentação.

Seja como for, a tensão segue, e o voo de dois bombardeiros Tu-95MS próximo à área do contencioso apenas adiciona temperatura à crise. De acordo com o Ministério da Defesa russo, a missão estava programada, e os aviões, escoltados por caças Su-30, ficaram sete horas no ar.

"A Aviação de Longo Alcance conduz voos de rotina sobre águas neutras do Ártico, do Atlântico Norte, dos mares Negro e Báltico, assim como do Oceano Pacífico", disse a pasta. O estreito de Bering separa a Rússia do Alasca, vendido pelos russos aos americanos em 1867, e porta ao menos do primeiro balão.

Por óbvio, é impossível dizer que a missão teve algo a ver com a crise, mas seu "timing" é notável, além do fato de que China e Rússia incrementaram suas patrulhas aéreas e manobras militares conjuntas desde a guerra. Como escreveu nesta terça-feira o analista americano George Friedman, da consultoria Geopolitical Futures, nada parece impossível nesse enredo.

"Uma missão teórica [do balão chinês] pode ser para atrair atenção. A Rússia é muito mais próxima do Alasca do que a China e está engajada numa guerra em que os EUA têm, para dizer o mínimo, um papel. Ter um grande objeto voando sobre os EUA poderia, pensando assim, gerar pânico, com a população demandando que o governo fo-que a atenção na defesa nacional, não na Ucrânia", escreveu.

O próprio Friedman considera isso apenas uma hipótese, mas nota que tudo soa estranho no caso dos balões, a começar pelo fato de que eles não haviam sido detectados antes —os EUA dizem que mais objetos acabaram captados porque radares foram calibrados após a interceptação do primeiro objeto, uma explicação no mínimo frágil sobre suas capacidades de defesa.

Na terça, o governo da Romênia disse ter enviado dois caças para interceptar o que parecia ser um balão meteorológico, ampliando a intersecção entre a crise atual e o contexto da guerra no país vizinho.

Ainda no campo nuclear, que desde a invasão russa da Ucrânia ganhou um destaque não visto desde o fim da Guerra Fria, a Noruega acusou a Rússia de equipar seus navios da Frota do Norte com ogivas atômicas táticas —de emprego pontual em batalhas, não para obliterar cidades e forçar o fim de guerras.

Segundo o relatório anual do Serviço de Inteligência da Noruega, é a primeira vez que isso acontece desde o fim do conflito entre EUA e União Soviética, em 1991. A Frota do Norte é centrada em torno de Murmansk, no Ártico russo. No começo do ano, ela lançou em missão operacional a primeira fragata equipada com mísseis hipersônicos Tsirkon, capazes de empregar ogivas nucleares. A Rússia não comentou o relatório norueguês, que não crava que os Tsirkon estão armados com tais ogivas. **IG**

Locais aproximados onde artefatos foram derrubados

Fonte: AFP e governos dos EUA e Canadá

Membros da Marinha dos EUA recuperam partes de balão de alta altitude da China, que Washington alega ser instrumento de espionagem 10.fev.23/Marinha dos EUA/Reuters

China e EUA veem aumento de episódios de espionagem

Troca de acusações envolve agentes secretos, ataques hacker e até TikTok

Thiago Amâncio

WASHINGTON Após terem abatido um balão chinês que dizem servir para espionagem, os Estados Unidos ajustaram seus radares para identificar objetos menores, e pelo menos três óvnis foram descobertos nos últimos dias.

Diferentemente do que ocorreu com o balão, Pequim desta vez não assumiu a responsabilidade, e a Casa Branca disse na terça (14) não ter encontrado indícios de que os itens tivessem origem chinesa.

Em resposta às acusações em torno do balão, a chancelaria chinesa afirmou que, desde 2022, ao menos dez balões americanos entraram no espaço aéreo do país. Mais uma vez as duas nações disputam a narrativa sobre o episódio, mas fato é que a espionagem faz parte da história das relações entre elas — que se tornaram mais tensas desde que Pequim passou a disputar o posto de maior potência global.

Levantamento do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS, na sigla em inglês), baseado em Washington, identificou 160 episódios de conhecimento público de espionagem pelos chineses de 2000 a 2021. A pesquisa mostra um aumento recente: apenas um quarto desses episódios ocorreu na primeira década dos anos 2000, enquanto 76% deles foram identificados de 2010 a 2021. A lista não contabiliza 1.200 casos de roubo de propriedade intelectual, 50 de tentativa de contrabando de tecnologia controlada e de munição dos EUA para a China e ações contra cidadãos e empresas americanas baseadas na China.

Dentre os casos identificados, 42% dos autores foram militares ou autoridades do governo chinês, e 26%, pessoas de outras nacionalidades — a maioria dos quais americanos recrutados por Pequim.

A maior parte dos episódios mirava tecnologias comerciais, mas também houve casos de espionagem para obter informações de agências e políticos (16%) e tecnologia militar (34%). Para os EUA, "a maior ameaça de longo prazo às informações, à propriedade intelectual e à vitalidade econômica é aquela de contraespionagem e espionagem econômica da China", disse em 2020 o diretor do FBI, Christopher Wray.

Para Pequim, o perigo não é menor, e a espionagem americana "ameaça seriamente a segurança nacional da China", disse uma porta-voz da chancelaria no ano passado ao acusar a NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA) de promover "dezenas de milhares" de ciberataques e roubar dados sensíveis.

James Andrew Lewis, vice-presidente do CSIS e especialista em segurança, afirma que, além do aumento de casos em si, os EUA ficaram melhores em detectá-los. "Muito do esforço dos EUA para melhorar a cibersegurança nos últimos anos diz respeito ao desejo de se proteger da China", diz ele, citando a ameaça cibernética como a mais preocupante entre as diferentes formas de espionagem. O aumento da regulação da exportação de tecnologia americana também se deve à necessidade de controlar o acesso chinês, afirma Lewis, e os EUA passaram a agir mais firmemente para identificar espionagem humana.

Não é só de drones altamente tecnológicos ou balões de vigilância que a espionagem é feita. No fim de janeiro, a Justiça condenou a oito anos de prisão um cidadão chinês que atuava, de acordo com a sentença, como aliciador de engenheiros e cientistas americanos em um programa para obter tecnologia aeroespacial e de satélites desenvolvida nos EUA. Ji Chaoqun, 31, mudou-se aos EUA em 2013 com um visto de estudante e se alistou no Exército em 2016, até ser preso dois anos depois. Segundo a apuração, ele atuava sob supervisão de outro agente de inteligência, Xu Yanjun, condenado a 20 anos de prisão.

O uso de agentes secretos remonta à Guerra Fria, e o caso mais emblemático é o de Larry Wu-tai Chin, nascido na China e naturalizado americano. Ele trabalhou por mais de 30 anos para o governo dos EUA.

Contratado como tradutor no consulado americano em Xangai, em 1945, foi para a CIA nos anos 1950, até se aposentar, em 1981. Foi só em 1985 que a real atividade de Chin foi revelada: um oficial de inteligência de Pequim desertou e contou que o tradutor era um espião a serviço do Partido Comunista Chinês.

Com acesso a relatórios ultrassecretos, ele compartilhava informações com Pequim sobre agentes americanos, que eram presos e executados. Chin também adiantou ao regime, em 1970, que o então presidente Richard Nixon planejava retomar relações com os chineses, num movimento para enfraquecer a União Soviética — Nixon só foi à China em 1972. Preso e condenado, Chin se suicidou na prisão em 1986.

Do lado americano, o uso de espiões na China também é constante. Em 2019, Sun Bo, executivo do conglomerado da indústria naval China Shipbuilding Industry Corporation, foi condenado a 12 anos de prisão acusado de fornecer à CIA informações confidenciais sobre o desenvolvimento de um porta-aviões.

Reportagem de 2021 do jornal The New York Times mostrou que oficiais de inteligência do governo americano dispararam um telegrama à CIA alertando sobre o alto número de espiões e informantes presos e mortos em uma série de países nos últimos anos, entre os quais a China.

O avanço da tecnologia chinesa trouxe a espionagem para dentro de lares americanos, acusa Washington. Wray, diretor do FBI, já afirmou que Pequim pode usar dados coletados pelo TikTok, app mais baixado no mundo em 2022 — em dezembro, o governo de Joe Biden baniu a plataforma de aparelhos do governo alegando problemas de segurança nacional. Os EUA também avançam sobre o gigante chinês Huawei, porque as tecnologias da companhia facilitam, segundo a Casa Branca, a espionagem. A empresa nega.

Não fica de fora, também, certo pânico moral. O governo Donald Trump lançou em 2018 um programa conhecido como Iniciativa China, que avançava contra o que via como espionagem chinesa em universidades. Após uma série de casos em que pesquisadores foram processados e até demitidos para depois serem inocentados, o programa foi descontinuado em meio a acusações de racismo.

+

Líder do Irã vai a Pequim em meio a sanções e protestos

O Irã e a China reforçaram seus laços nesta terça (14), em visita do presidente iraniano, Ebrahim Raisi, a Pequim, onde se encontrou com o líder chinês, Xi Jinping, em meio a um contexto de isolamento do país persa no Oriente Médio e tentativas, até aqui pouco frutíferas, de retomada do acordo nuclear iraniano. Xi manifestou apoio ao retorno dos diálogos e disse que a China continuará a "trabalhar construtivamente" para a retomada do pacto, do qual os EUA saíram em 2018, sob Donald Trump. Assim, em 2020, o Irã deixou de cumprir as determinações do trato assinado em 2015 por Washington, Teerã e Pequim, além de França, Alemanha, Reino Unido e Rússia, o que gerou o aumento das sanções. "A China inabalavelmente continuará a desenvolver a cooperação amigável com o Irã", afirmou Xi sobre o encontro.

Candidatura de republicana à Casa Branca mexe xadrez contra Trump

WASHINGTON Donald Trump ganhou uma adversária pública, em meio a tantos velados, em sua intenção de disputar a Casa Branca em 2024. Nikki Haley, ex-embaixadora na ONU e ex-governadora da Carolina do Sul, anunciou nesta terça (14) que vai se candidatar à Presidência dos EUA.

É o primeiro desafio público a Trump desde que a figura mais popular do Partido Republicano anunciou sua candidatura, em novembro. No sistema eleitoral americano, pré-candidatos da mesma legenda se enfrentam em prévias nos 50 estados do país, que devem ocorrer de fevereiro a junho de 2024, em um processo de fritura interna que vai eliminando candidatos até restar apenas um nome nas urnas.

Trump tem mais resistência entre os figurões do partido, mas ainda é o nome mais forte entre os filiados. Pesquisa Reuters/Ipsos divulgada nesta terça mostrou que 43% dos registrados da sigla o apoiam. Depois, vem o governador da Flórida, Ron DeSantis, com 31%. O ex-vice Mike Pence tem 7%, e Haley, 4%.

DeSantis, 44, é hoje a maior ameaça ao plano de Trump de voltar à Casa Branca. Ele foi reeleito na Flórida com expressiva margem e passou a ser visto como um sucessor natural do ex-presidente.

Controverso e popular, o governador acumula polêmicas como o fretamento de aviões com imigrantes venezuelanos para outras partes do país e a recente proibição de um curso de história afro-americana no ensino médio do estado. Além disso, é jovem, enquanto o ex-presidente terá 78 anos no próximo pleito.

Trump sabe que o rival é forte e abriu uma guerra. "Eu diria muitas coisas sobre ele que não são muito lisonjeiras. Sei mais sobre ele do que qualquer pessoa", afirmou ele no ano passado à Fox News. No final de janeiro, DeSantis respondeu: "Há gente me atacando de todos os lados. Não só vencemos a reeleição, mas com a maior porcentagem que qualquer candidato republicano a governador na história da Flórida."

A influência de Trump é tamanha sobre o Partido Republicano que toda a lista de adversários está de alguma maneira ligada ao ex-presidente. O apoio dele a DeSantis na primeira eleição do governador, em 2018, foi considerado crucial para torná-lo governador. Outro possível adversário é o ex-vice-presidente Mike Pence, tido como traidor por radicais por não ter embarcado na tentativa de golpe do 6 de Janeiro.

Nikki Haley, ex-governadora da Carolina do Sul
Evelyn Hockstein - 14.jul.21/Reuters

Pence, contudo, está em uma fase ruim. Ele acaba de ser intimado a prestar depoimento à Justiça em processo que apura a tentativa de Trump de reverter a derrota nas eleições de 2020, e o FBI encontrou na última semana mais um documento confidencial do governo em sua casa.

Outros possíveis adversários são John Bolton, conselheiro de Segurança Nacional de Trump entre 2018 e 2019, e o ex-secretário de Estado Mike Pompeo. A própria ex-governadora Haley foi embaixadora na ONU entre 2017 e 2018 por indicação de Trump. No vídeo em que apresenta sua candidatura, nesta terça, ela afirmou que "é hora de uma nova geração de líderes". Trump já afirmou que ela não deveria concorrer.

A disputa fratricida entre os republicanos contrasta com a situação no Partido Democrata: não há nenhum nome competitivo nas bolsas de apostas para concorrer com Biden, apesar das críticas quanto à idade avançada do presidente, que terá quase 82 anos na próxima eleição. A expectativa é que o democrata anuncie nas próximas semanas que tentará a reeleição. **TA**

Fisco da Índia mira BBC após filme sobre Modi

Oposição e imprensa acusam governo de usar Receita Federal como fachada para retaliação contra rede britânica

SÃO PAULO A Receita Federal da Índia realizou uma operação nos escritórios da rede britânica BBC no país na terça (14) por suspeitas de evasão fiscal. Segundo funcionários, eles foram impedidos de entrar e sair dos edifícios da empresa em Nova Déli e Mumbai, e telefones e documentos de jornalistas foram confiscados.

O episódio ocorre semanas após o governo censurar um documentário sobre o primeiro-ministro Narendra Modi.

Intitulada "Índia: A Questão Modi", a produção da BBC questiona o papel do líder nos distúrbios de Gujarat, em 2002, devido a um documento que comprovaria que ele pediu à polícia para não intervir em agressões a muçulmanos. A onda de violência deixou ao menos mil mortos, a maioria membros da minoria islâmica.

Modi é frequentemente acusado de promover uma agenda nacionalista hindu, religião majoritária na Índia, incitando hostilidades e aprovando medidas que afetam muçulmanos de maneira desproporcional.

O governo chamou o documentário de "peça de propaganda" criada para reforçar uma "mentalidade colonial" e ressaltou que a Suprema Corte julgou Modi inocente de todas as acusações em 2012.

Embora a produção não tenha sido exibida na BBC Índia, o governo indiano recorreu a leis de bloqueio de informação vigentes desde 2021 para censurar links para o documentário no YouTube e no Twitter —as plataformas cumpriram as ordens. Em comunicado, a BBC afirmou estar "cooperando totalmente" com as autoridades indianas e disse esperar que a situação se resolva rapidamente.

A Receita Federal do país não respondeu a pedidos de comentário das agências de notícias AFP e Reuters. O partido de Modi, o Bharatiya Janata (BJP), afirmou em nota que as instituições indianas são independentes e que a Receita trabalha "dentro dos limites da lei".

> “ É doloroso assistir ao uso contínuo de agências do governo para intimidar e assediar organizações jornalísticas que criticam o establishment
>
> **Sindicato dos Editores Indianos**
> em nota sobre operação da Receita Federal indiana nos escritórios da BBC

Após as buscas, Gaurav Bhatia, porta-voz da sigla, descreveu a emissora britânica como a "organização mais corrupta do mundo", segundo o jornal The Guardian. Já representantes da imprensa e da oposição acusaram o governo de usar a Receita como fachada para exercer mais censura.

O Sindicato dos Editores Indianos disse estar preocupado com a visita do órgão à emissora, uma vez que ele teria realizado operações semelhantes em veículos como NewsClick, Newslaundry, Dainik Bhaskar e Bharat Samachar em 2021 depois que eles fizeram coberturas críticas ao governo.

"É doloroso assistir ao uso contínuo de agências do governo para intimidar e assediar organizações jornalísticas que criticam o establishment", afirmou o sindicato em nota.

A BBC tem estado sob escrutínio do governo desde o lançamento do documentário e chegou a ser alvo de uma petição enviada ao Supremo Tribunal para que fosse banida do país —o pedido foi indeferido.

Assim, a rede se junta a uma lista de organizações vítimas de um Estado crescentemente autoritário. A sede local da ONG Anistia Internacional, por exemplo, teve suas contas congeladas e acabou encerrando suas atividades no país.

Com AFP e Reuters

CICLONE DEIXA AO MENOS 3 MORTOS NA NOVA ZELÂNDIA, E GOVERNO DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA

AFP

A Nova Zelândia decretou estado de emergência nesta terça (14) pela terceira vez em sua história após um ciclone causar destruição no norte do país, no pior evento climático deste século, segundo o premiê Chris Hipkins. Ao menos três mortes foram confirmadas até agora, e cerca de 2.500 pessoas foram deslocadas. Os números devem aumentar à medida que áreas ainda inacessíveis são contatadas. "A gravidade e a extensão dos danos do ciclone Gabrielle não foram vistos nem experimentados em uma geração", afirmou Hipkins. "Ainda estamos compreendendo os efeitos, mas sabemos que o impacto é significativo e generalizado." Austrália e Reino Unido ofereceram ajuda. As duas outras vezes em que o estado de emergência entrou em vigor foram no terremoto de magnitude 6,3 que atingiu o país em 2011 e na pandemia, em 2020. As partes mais afetadas estão nas regiões norte e leste da ilha norte do país, onde fica a capital, Wellington. A cidade está ao sul da ilha, onde o ciclone ainda não chegou.

Terremoto na Turquia e na Síria afetou mais de 7 milhões de crianças, diz ONU

SÃO PAULO Mais de 7 milhões de crianças foram afetadas pelo terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a Turquia e a Síria, afirmou o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) na terça (14). Destas, 4,6 milhões estariam em território turco, e 2,5 milhões, em terras sírias, detalhou James Elder, porta-voz da entidade.

Não se sabe quantas delas morreram —a única cifra disponível até agora é o total de óbitos decorrentes do sismo, que ultrapassa 37 mil. Na Turquia, ao menos 31.974 morreram; o tremor que detém o recorde na história do país, ocorrido em 1939, deixou 33 mil vítimas. Na Síria, mais de 5.814 pessoas morreram, de acordo com dados divulgados pela ditadura de Bashar al-Assad e pela ONU.

Diretor da OMS para a Europa, Hans Kluge disse, também nesta terça, que a catástrofe não só representa "o pior desastre natural" da região em um século como sua amplitude está longe de ser compreendida. "Seu verdadeiro custo ainda é desconhecido, e a recuperação levará muito tempo e esforço", afirmou ele, que supervisiona uma área que abarca 53 países —incluindo Turquia e alguns países da Ásia Central.

O cenário trágico inclui, claro, as crianças. Muitas das que sobreviveram, acampadas junto às suas famílias em abrigos improvisados erguidos em estacionamentos e beiras de estrada, sofrem com frio, fome e sede. "Todos os dias somos informados sobre um número cada vez maior de crianças com hipotermia e infecções respiratórias", disse Elder, do Unicef. Outras tantas, retiradas dos escombros sozinhas, tiveram de ser encaminhadas a hospitais sem responsáveis. Segundo o vice-presidente da Turquia, Fuat Oktay, trata-se do caso de 574 crianças, das quais só 76 foram entregues depois a parentes.

Um grupo de cerca de 200 voluntários, entre psicólogos, advogados e médicos, montou centros nas dez províncias turcas atingidas para identificar jovens desacompanhados e reuni-los às suas famílias.

Hatice Goz é uma dessas voluntárias, atuando na província de Hatay. Ela, que contou receber milhares de ligações de pessoas que perderam crianças e adolescentes, é responsável por compilar informações como idade, características físicas e origem de filhos, sobrinhos e netos perdidos. Times especializados, então, comparam os dados aos dos registros hospitalares para encaminhar as crianças aos parentes.

Goz alerta, porém, para o fato de que essa operação se torna quase impossível se a criança ainda não fala.

Organizações também se esforçam para oferecer apoio psicossocial para as crianças afetadas e seus pais. Especialista em proteção de direitos infantis, Esin Koman relatou que as crianças tendem a se adaptar mais rapidamente do que os adultos a situações de catástrofe como a vista agora. Mas ressalta que, mesmo assim, políticas públicas com esse objetivo precisam ser elaboradas com urgência.

Sueda Deveci, psicóloga da da ONG Doctors Worldwide, corrobora a visão de Koman e relata que muitas das crianças não demonstram ter consciência do terremoto. Ele trabalha em vez disso com seus pais, muitos dos quais, traumatizados, não sabem como lidar com os filhos nesse contexto.

É o caso de Serkan Tatoglu, que salvou os quatro filhos —de 6, 11, 14 e 15 anos—, mas diz não conseguir explicar a eles a dimensão do que houve. "Perdi dez membros da família. A mais nova está traumatizada com os tremores secundários. Ela fica me perguntando: 'Papai, vamos morrer?'", conta ele, que se mudou com a família para uma barraca em um estádio em Kahramanmaras, perto do epicentro do sismo.

A situação se agrava na vizinha Síria, onde aqueles nascidos após o início da guerra civil, quase 12 anos atrás, tiveram suas experiências de vida marcadas por conflitos e mudanças constantes. "Algumas crianças foram deslocadas seis ou sete vezes", ressalta Elder, do Unicef. Kluge, da OMS, ressalta que cerca de 26 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária em ambos os países.

Com AFP e Reuters

mercado

Acordo livra contribuinte de multa e juros em caso de empate no Carf

Descontos são o 'preço do erro' do governo anterior ao derrubar voto de qualidade, diz Haddad

Idiana Tomazelli, Nathalia Garcia e José Marques

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) selou um acordo para livrar contribuintes de pagar juros e multas em caso de empate nos julgamentos administrativos envolvendo dívidas tributárias.

A expectativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), é conseguir, com isso, preservar o chamado voto de qualidade do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), que garante à Fazenda a manutenção das cobranças quando há empate —ainda que o acerto signifique conceder descontos no pagamento dos débitos.

A negociação, proposta por empresários e avalizada por Haddad, busca evitar um revés do governo na discussão do pacote econômico com o Congresso Nacional.

Os parlamentares derrubaram o voto de qualidade em 2020, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), e vinham resistindo à investida do governo Lula para retomar o instrumento. O presidente editou, em janeiro, uma MP (medida provisória) para restabelecer o voto de qualidade, com vigência imediata.

"Foi uma polêmica muito grande, todos nós aprendemos com a situação e encaminhamos, então, ao Supremo Tribunal Federal, um entendimento que tem a vigência enquanto durar a medida provisória no Congresso Nacional", disse Haddad a jornalistas, após reunião no STF para fechar o acordo.

Segundo ele, o acerto terá neste momento um efeito temporário —a MP tem vigência de até 120 dias, período em que precisa ser validada pelo Legislativo—, mas a expectativa é que os parlamentares incorporem os termos na votação.

"Espero que os parâmetros estabelecidos no acordo sirvam de guia para o julgamento do Congresso Nacional e eventual sanção do presidente da República", disse o ministro.

O acordo prevê uma espécie de "regulamentação" do voto de qualidade: em caso de empate, permanece a cobrança do valor principal do débito, mas caem as multas e os juros, desde que a dívida seja quitada ainda em âmbito administrativo.

Os contribuintes contemplados terão um prazo de 90 dias para sinalizar o interesse de encerrar a disputa e, neste caso, poderão efetuar o pagamento em até 12 parcelas mensais. Em caso de não pagamento nos termos previstos ou de inadimplência de qualquer uma das parcelas, a cobrança dos juros será retomada.

Além disso, se as empresas decidirem manter o questionamento por meio de recurso à Justiça, os juros também serão reincorporados ao débito, mas as multas permanecerão extintas.

"Nós passamos a reconhecer o empate como uma coisa que coloca o contribuinte numa situação que exclui a punibilidade. Se houve empate, a gente tem de levar em consideração o fato de que havia uma dúvida importante sobre aquele tributo. Então, cai a multa independentemente de ele pagar na esfera administrativa ou não", explicou Haddad.

Segundo ele, a partir da dúvida gerada no julgamento, não seria mais possível atribuir ao devedor uma multa por "má-fé" ao não recolher o imposto devido.

O acordo foi formalizado em petição do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que havia questionado a MP do governo no STF. A expectativa é que uma medida cautelar seja concedida pela corte permitindo a aplicação dos termos acertados.

Como mostrou a **Folha**, o acordo é alvo de críticas de técnicos da Receita Federal e do sindicato da categoria, que veem incentivo ao litígio pois mais empresas recorreriam ao Carf na tentativa de se livrar dos encargos.

Além disso, sem a correção por juros sobre o montante cobrado, a inflação vai corroer o valor real da dívida, ampliando as perdas da União e penalizando de forma indireta quem pagou o tributo em dia.

Haddad disse que as críticas são "válidas", mas a opção do governo foi negociar a reversão de uma situação que estava impondo prejuízos ao governo federal. Sem o voto de qualidade, o empate estava livrando as empresas de pagar qualquer valor ao fisco.

"Na minha opinião, o governo anterior errou. Temos de corrigir os erros cometidos pela gestão anterior, não é fácil desfazer esse tipo de erro", afirmou o ministro.

"O preço do erro é esse. Nós momentaneamente temos de abrir mão disso para reverter [a derrubada do] voto de qualidade."

Haddad ressaltou que a maior parte do estoque de dívidas no Carf está concentrada na mão de poucos contribuintes. "Estamos falando de 120, 130 empresas que respondiam por R$ 600 bilhões, metade do estoque em valor do Carf", disse.

"Uma [única] empresa está devendo R$ 100 bilhões para a Receita Federal. É uma estatal. Por aí vê o conjunto de coisas erradas que estavam sendo feitas contra o Estado brasileiro, contra a Constituição brasileira", acrescentou o ministro, sem citar o nome da companhia.

Com a negociação, ele prevê manter o volume de arrecadação projetado pelo governo no anúncio do pacote de medidas econômicas. Os "incentivos extraordinários" ligados ao Carf e à denúncia espontânea resultariam em arrecadação de R$ 50 bilhões neste ano, de acordo com a Fazenda.

+ Medida que reduz tributação sobre viagens de brasileiros ao exterior é aprovada na Câmara

O plenário da Câmara aprovou nesta terça (14), em votação simbólica, medida provisória que reduz alíquotas de Imposto de Renda retido na fonte para pagamentos relacionados a viagens de brasileiros ao exterior. A MP foi editada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em setembro de 2022. De acordo com o texto, a redução vale para pagamentos feitos a pessoas físicas ou empresas instaladas no exterior destinados à cobertura de gastos pessoais com viagens internacionais, até o limite de R$ 20 mil ao mês. O benefício tributário vale para despesas com "viagens de turismo, de negócios, de serviço ou de treinamento ou em missões oficiais", segundo o texto da medida, que busca favorecer empresas nacionais que fecham pacotes para viagens ao exterior. A proposta teve apoio da base de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Câmara para sua aprovação. A medida vai ao Senado.

O ministro Fernando Haddad; com acordo, governo espera preservar o voto de qualidade do Carf, que garante à Fazenda a manutenção das cobranças quando há empate Zanone Fraissat - 30.jan.23/Folhapress

Declaração do Imposto de Renda de 2023 será enviada de 15 de março a 31 de maio

Cristiane Gercina

SÃO PAULO A Receita Federal alterou o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2023. A partir deste ano, os contribuintes terão prazo maior, de 15 de março a 31 de maio. Em geral, a entrega do imposto começava no primeiro útil do mês de março e seguia até o final de abril.

Na pandemia, o prazo também havia sido estendido por três anos seguidos, em 2020, 2021 e 2022. Segundo o fisco, no entanto, a alteração que passa a valer a partir de agora tem como objetivo permitir que, desde o início do prazo de entrega, todos os contribuintes possam ter acesso à da declaração pré-preenchida.

Como a maioria das informações sobre a renda do contribuinte só chega à Receita no final do fevereiro, o prazo maior fará com que a campanha do IR já comece com todas as funcionalidades oferecidas a todos os contribuintes. Em 2022, a liberação foi em partes.

"A [declaração] pré-preenchida proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte", diz o auditor fiscal José Carlos Fernandes da Fonseca, supervisor nacional do IR.

As regras de preenchimento do documento serão anunciadas pela Receita no final deste mês. No entanto, elas não devem ser muito diferentes das do ano passado, pois estão atreladas à legislação própria do sobre o tema.

Embora o Congresso deva debater em breve uma proposta de reforma tributária que inclua o Imposto de Renda, as mudanças não devem valer para a declaração deste ano, que tem como base o ano de 2022.

A tabela de descontos não foi atualizada.

A nova modalidade de preenchimento começou a funcionar em 2022, mas estava disponível apenas para contribuintes com conta prata ou ouro no portal Gov.br. Ao todo, 10 milhões cidadãos foram beneficiados. O acesso ao documento pré-preenchido é feito no e-CAC, pelo programa instalado no computador ou por celular ou tablet, por meio do app Meu Imposto de Renda.

As principais fichas estão preenchidas. A primeira delas é a de informações do contribuinte, que vêm com os dados declarados à Receita Federal no ano anterior. Se há dependentes, os nomes e dados dos documentos deles também estarão na ficha "Dependentes".

O contribuinte consegue, no entanto, incluir ou excluir informações. É muito importante conferir todos os dados antes de enviá-lo ao fisco, porque são de responsabilidade do cidadão, e podem fazer com que a pessoa caia na malha fina.

+ Você será obrigado a declarar se, em 2022...

...recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70

...recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R$ 40 mil

...teve ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto

...teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

...fez operações na Bolsa

... tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R$ 300 mil

...obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R$ 142.798,50

...se quiser compensar prejuízos da atividade rural de 2022 ou anos anteriores

...passou a morar no Brasil em 2022 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

A [declaração] pré-preenchida proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte

José Carlos Fernandes da Fonseca
supervisor nacional do IR

Lula entrega chave no relançamento do Minha Casa, Minha Vida, em Santo Amaro (BA) Arisson Marinho/AFP

Lula assina MP do novo Minha Casa para famílias com renda de até R$ 8.000

Presidente diz que meta é entregar 2 milhões de unidades até o fim de seu governo; faixa 1 terá subsídio de 85% a 95% do valor do imóvel

João Pedro Pitombo

SANTO AMARO (BA) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a medida provisória que cria o novo Minha Casa, Minha Vida. A meta, segundo o ministro das Cidades, Jader Filho é gerar 1 milhão de empregos diretos e indiretos.

O programa foi lançado nesta terça-feira (14) em evento na cidade de Santo Amaro (80 km de Salvador), onde o presidente inaugurou dois residenciais que estavam com obras paralisadas desde 2016.

No caso de imóveis em áreas urbanas, a faixa 2 do programa será destinada às famílias com renda bruta mensal de R$ 2.640,01 a R$ 4.400. A faixa 3 inclui famílias com renda bruta mensal entre R$ 4.400,01 e R$ 8.000.

No caso das famílias que vivem áreas rurais, a faixa 1 será destina da famílias com renda bruta anual até R$ 31.680. A faixa 2 é voltada para aquelas com renda bruta familiar anual de R$ 31.680,01 a R$ 52,8 mil. Já a faixa 3 será voltada para as famílias com renda entre R$ 52.800,01 até R$ 96 mil.

O presidente anunciou como meta a contratação de 2 milhões de imóveis no Minha Casa, Minha Vida até o final de seu governo, em 2026, e disse que o relançamento do programa fará com que "a roda-gigante do país" comece a girar.

"A roda-gigante desse país começa a girar a partir de hoje. Eu vim entregar a chave de uma casa de uma mulher que quase não consegue pegar a chave de tanta emoção porque a casa dela era mobiliada. Eu vim aqui começar a provar que é possível a gente reconstruir um outro país", afirmou.

Nesta terça-feira, o presidente fez uma entrega simultânea de 2.745 unidades habitacionais nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Paraná em um investimento de R$ 206,9 milhões. Em Santo Amaro, foram 684 entregues unidades em dois conjuntos habitacionais.

O Minha Casa, Minha Vida foi substituído em 2020, no governo de Jair Bolsonaro (PL), pelo Casa Verde e Amarela, que não decolou. O programa sofreu reduções expressivas de verba ano a ano e tirou de seu foco a faixa 1, voltada às famílias mais pobres.

O relançamento do programa teve como principal novidade a retomada da faixa 1, destinada a famílias com baixa renda, extinta sob Bolsonaro.

+ A VOLTA DO MINHA CASA, MINHA VIDA

ÁREAS URBANAS

Faixa 1
Famílias com renda bruta mensal de até R$ 2.640

Faixa 2
Renda de R$ 2.640,01 a R$ 4.400

Faixa 3
Renda entre R$ 4.400,01 e R$ 8.000

ÁREAS RURAIS

Faixa 1
Famílias com renda bruta anual até R$ 31.680

Faixa 2
Renda anual de R$ 31.680,01 a R$ 52,8 mil

Faixa 3
Renda entre R$ 52.800,01 até R$ 96 mil

Essa faixa será voltada para famílias com renda bruta mensal de até R$ 2.640, valor equivalente a dois salários mínimos, já considerando o salário mínimo previsto para maio, de R$ 1.320.

No governo Bolsonaro, esse valor de referência passou a R$ 2.000 e depois para R$ 2.400, mas as contratações de novas moradias travaram para esse público. As entregas se concentraram nos financiamentos, uma vez que cortes do Orçamento limitaram a retomada de obras ou contratação de novas unidades.

A meta do governo é que até 50% das unidades financiadas e subsidiadas sejam destinadas a esse público. O subsídio oferecido a famílias dessa faixa de renda varia de 85% a 95% do valor do imóvel.

O governo também informou que os novos empreendimentos estarão mais próximos a comércio, serviços e equipamentos públicos.

A meta do governo federal é estabelecer parcerias com estados e municípios para acelerar a entrega de ao menos 170 mil imóveis em residenciais que estão com obras avançadas.

A **Folha** mostrou que o novo Minha Casa, Minha Vida herda um passivo de 130,5 mil moradias cujas obras estão atrasadas ou paralisadas.

O levantamento do Ministério das Cidades, obtido pela **Folha** em janeiro, mostra que são 1.115 empreendimentos atrasados ou paralisados, todos ainda do Minha Casa, Minha Vida. O mais antigo teve o contrato assinado em 2009, ano em que ele foi lançado, mas a maioria foi contratada entre 2014 e 2018.

Juntos, os empreendimentos já receberam aportes de R$ 4,8 bilhões, sendo que a maioria (R$ 3,8 bilhões) foi para obras paralisadas.

O Brasil tem deficiência de 5,9 milhões de casas, segundo diagnóstico da Fundação João Pinheiro para o ano de 2019, o mais recente disponível.

Reforma tributária prevê 'cashback de imposto' para os mais pobres, diz Appy

SÃO PAULO O secretário especial do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse nesta terça-feira (14) que a reforma tributária prevê um sistema de devolução de tributo para as famílias de baixa renda —que vem sendo chamado de "cashback de imposto".

"É uma forma muito eficiente de fazer política distributiva, e temos certeza de que, com esse mecanismo, o impacto da reforma tributária —ainda que o objetivo principal seja estimular o crescimento— vai ser positivo do ponto de vista distributivo", disse durante evento do BTG.

O secretário explicou que a definição do público-alvo será feita posteriormente, mas citou exemplo de pessoas cadastradas no CadÚnico, e que poderiam ter de volta o imposto correspondente ao gasto com cestas básicas.

"Para os 10% mais pobres [da população], o efeito disso é maior do que desonerar completamente a cesta básica."

Segundo ele, a medida visa desonerar a pessoa em vez do produto, o que acaba tendo um efeito mais justo, dado que a parcela mais rica da população também é beneficiada com isenções, sem que haja necessidade.

Durante o evento, Appy afirmou que os mais ricos não serão prejudicados pela reforma tributária, mas serão menos beneficiados que os mais pobres.

> **Para os 10% mais pobres [da população], o efeito disso é maior do que desonerar completamente a cesta básica**
>
> **Bernard Appy**
> secretário especial do Ministério da Fazenda

Ao falar sobre resistências que o tema deve sofrer no Congresso, o secretário disse que a reforma é um jogo de soma positiva, em que toda a sociedade ganha, mas com benefícios maiores para a população com menos renda e para os estados e municípios que hoje são desfavorecidos.

"É um jogo que os mais pobres ganham mais do que os mais ricos, e é uma mudança em que as unidades federativas mais pobres são mais beneficiadas do que as mais ricas", afirmou. "Significa que os mais ricos vão ser prejudicados? Não, eles serão menos beneficiados do que os mais pobres." **Thiago Bethônico**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Escudo

Enquanto se discute a independência do BC, cresce no setor privado um movimento para pedir proteção à autonomia das agências reguladoras. A adesão ao movimento ganhou força nesta terça (14), com um manifesto assinado por 30 entidades da saúde que criticam a emenda do deputado Danilo Forte (União-CE) à medida provisória que trata da organização do governo. A emenda propõe criar conselhos vinculados aos ministérios para deliberar junto com as agências.

MARCHA À RÉ A emenda de Danilo Forte é vista no setor como uma tentativa de enfraquecer a autonomia das agências reguladoras. O manifesto aponta o risco de um "retrocesso no controle sanitário".

FUNÇÃO "A proposta da emenda de transferir a competência normativa das agências reguladoras federais para conselhos externos fere a ordem jurídica constitucional, que consagra a independência administrativa, a estabilidade de dirigentes, a autonomia financeira, e, consequentemente, a independência decisória e política dessas autarquias", afirma o texto do manifesto.

CURRÍCULO O documento, assinado por entidades como Abraidi, CNSaúde, FarmaBrasil, Sindusfarma, SindHosp e Anahp, afirma que as agências são compostas por especialistas no assunto a ser regulado e suas decisões têm caráter técnico. Para o setor de saúde, a preocupação é com a ANS e a Anvisa.

EMERGÊNCIA "Suas decisões são tomadas com base em evidências, à revelia de pressões externas, o que aumenta sua credibilidade e sua confiança perante a sociedade, em defesa da saúde, a exemplo do vivenciado na pandemia", diz o texto. A emenda abrange outras agências, como ANTT (transportes), Anatel (telecomunicações) e Anac (aviação), cujos setores regulados também levantam críticas.

NA ESTRADA Levantamento do Sem Parar em sua base de clientes no estado de São Paulo aponta que 33% dos que vão viajar planejam pegar estrada antes do início do Carnaval, já na quinta (16). Segundo a empresa, a antecedência nas viagens pode impactar o fluxo das rodovias do estado antes do esperado. A antecipação é atribuída ao home office.

TRIO ELÉTRICO Bares e restaurantes localizados na rota dos blocos de rua da capital paulista relataram queda de faturamento durante o fim de semana, segundo a Abrasel-SP (associação do setor). No Largo do Arouche, na região central, o recuo foi de 75%, segundo a entidade. Em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, a queda na receita foi de 40%.

TELA Uma autuação divulgada nesta semana pelo Procon de João Pessoa ao iFood por cobrança de consumo mínimo nas compras feitas pelo app deve abrir uma nova frente de discórdia com a Abrasel nacional. Paulo Solmucci, presidente da associação, diz que comemora a medida do Procon porque ela pode ajudar a dar clareza no custo do frete. "O consumidor acha que não está pagando pelo frete quando recebe um preço único, mas não existe frete grátis."

ENCOMENDA O iFood, por sua vez, diz que não há determinação expressa ou proibição sobre a fixação de preço mínimo nas plataformas de intermediação, "não sendo cabível o argumento de prática de venda casada". A empresa afirma que não foi notificada.

MARTELO Enquanto grandes empresas buscam um acordo para amenizar o impacto da retomada do voto de qualidade no Carf, João Santana e Mônica Moura, ex-marqueteiros do PT envolvidos na Lava Jato, tiveram recurso negado no conselho. O casal foi multado pela Receita após as investigações apontarem sonegação de pagamentos recebidos na eleição de 2014.

VOTO As multas da Polis, empresa dos dois, superam R$ 21 milhões e envolvem tributos como CSLL, PIS e Cofins. Segundo a ata do julgamento, publicada nesta terça, os membros da 1ª turma da Câmara Superior do Carf votaram por unanimidade contra o recurso da Polis. O caso corria no órgão desde 2019.

TRÂMITE Em janeiro, o casal tentou impedir na Justiça o julgamento no Carf, argumentando que o voto de qualidade é injusto. O pedido foi negado. A defesa ainda pode levar o caso à Justiça comum.

UTI A tentativa de implantar o piso da enfermagem voltou a esquentar, com paralisações da categoria, nesta terça (14), para pressionar o governo pela medida. A confederação de Santas Casas também prepara uma manifestação para os próximos dias. "A implementação sem fonte de recursos perene para o seu custeio terá resultado desastroso", afirma a entidade no texto.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Fev., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,78

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Pano quente na querela dos juros

Tentativa de moderação da crise de governo e 'mercado' ajuda, mas derruba taxas na praça

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Gente graúda tenta baixar a fervura da querela das taxas de juros. Ministros, banqueiros, financistas.

Vai se chegar a um "acordo" sobre juros? Não, as coisas não funcionam assim e não é disso que se trata. Mas a moderação pode tirar pequenas gorduras das taxas de mercado, evitar degeneração maior do sururu e dar a quase todo mundo um tico de satisfação de seus interesses.

Enfim, Lula marcou seus pontos políticos, indicam as primeiras pesquisas. Custaram caro, desnecessariamente (juros mais altos). Resta saber se o presidente vai se dar por satisfeito.

As taxas de juros não vão cair no gogó ou no grito. Neste caso, se trata aqui das taxas de juros no mercado de atacadão de dinheiro.

O Banco Central determina a Selic, a taxa dos negócios de curtíssimo prazo (um dia) entre bancos, por meio de venda e compra de títulos públicos (ou operações assemelhadas), de acordo com a meta que define (em reuniões periódicas do Copom), ora em 13,75% ao ano.

A Selic influencia, mas não determina, as taxas para outros prazos no mercado financeiro, os "pisos" de todos os juros (de crediário ao mercado de capitais, passando por capital de giro e financiamento de casa), grosso modo as taxas cobradas de empréstimos para o governo deficitário.

O BC define sua meta para o nível da Selic a depender de sua projeção para a inflação, uma taxa suficiente, julga ou calcula, para levar a inflação (o IPCA) para a meta. Essa projeção de inflação depende, grosso modo:

De expectativas de inflação;

Da folga de recursos produtivos na economia (capital e trabalho. Escassez, empresas com muita utilização de sua capacidade ou desemprego muito baixo, o que tende a pressionar preços);

De inércia (o peso da inflação passada, indexação).

Expectativas de inflação de quem? No caso do BC do Brasil, de médias de uma centena de previsões que recolhe semanalmente, em geral elaboradas por "economistas de mercado", expectativa em alta faz uns dois meses, ora em 5,7% para os próximos 12 meses.

O IBRE/FGV faz também um levantamento de expectativas inflacionárias de consumidores, ora caindo, mas em 8,6% (a variação dessa expectativa parece muito correlacionada com a inflação presente).

As expectativas "de mercado" são resultado, nos bons casos, de cálculos e algum arbítrio, baseadas em estimativas econômicas, dados da conjuntura e do passado.

"Acertam" a inflação? Não, em geral estão erradas, até porque a publicação da expectativa mediana de inflação influencia o futuro; porque os modelos de previsão são, para dizer o mínimo, imprecisos; porque há choques (variações relevantes e inesperadas, como guerra ou seca).

O aumento sem limite da dívida do governo (déficits contínuos e grandes) influencia essas expectativas. O gasto influencia o ritmo da economia; o tamanho da dívida influencia o preço, juros, dos empréstimos e também a propensão de manter dinheiro e outros haveres em reais.

A expectativa de inflação influencia a inflação futura por vários canais, embora haja controvérsias a respeito de quanto e como. Certa ou não, faz parte do preço que os donos do dinheiro vão cobrar: para emprestar e para manter seus ativos em reais (a taxa de câmbio, o "preço do dólar").

Taxa básicas de juros baixas demais (quão baixas e motivo de debate) facilitam a inflação, em si mesmas. Ainda mais se ajudam a deteriorar as expectativas.

Talvez exista um outro sistema de política monetária, que leve os detentores de dinheiro no cabresto (os melhores críticos heterodoxos não apresentam detalhes de seu sistema). Gambiarras no modelo atual e gogó vão ter influência mínima em juros e, menos ainda, em crescimento, mesmo a curto prazo.

SINDICATOS PEDEM CORTE DOS JUROS E SAÍDA DE CAMPOS NETO DO BC
Manifestação em frente da sede paulistana da autoridade monetária, na qual também foi contestada a autonomia da instituição; atos também foram realizados em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre Zanone Fraissat/Folhapress

Meta de inflação não está na pauta do CMN, diz Haddad

Em tom conciliatório, ministro diz que Campos Neto reconheceu ações do governo

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse nesta terça-feira (14) que não há discussão de mudança na meta de inflação prevista na pauta da reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional) desta quinta-feira (16).

Em tom conciliatório, ele também buscou baixar a temperatura do debate sobre o tema e disse que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez um "reconhecimento importante" das medidas de ajuste do governo em entrevista ao Roda Viva, da TV Cultura, na segunda (13).

"Existe uma coisa chamada Comoc [Comissão Técnica da Moeda e do Crédito], que define a pauta do CMN. Não está na pauta", disse o ministro.

O CMN é formado pelos ministros Haddad e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e pelo presidente do BC. Já a Comoc é composta por técnicos desses órgãos e se reúne um dia antes das decisões do conselho.

Outros interlocutores do governo também afirmaram à **Folha** que não há previsão de o assunto da meta ser discutido na reunião desta quinta.

O CMN é o colegiado responsável pela definição da meta de inflação a ser perseguida pelo BC na condução de sua política de juros. Neste ano, o alvo a ser indicado pelo conselho é o de 2026.

Caso o governo queira alterar alguma das metas já fixadas até 2025, seria necessário um decreto presidencial autorizando a mudança.

O debate sobre uma eventual modificação nas metas de inflação ganhou força na esteira das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao atual patamar de juros —a Selic está em 13,75% ao ano.

O petista defende uma flexibilização na meta para 4,5%, na expectativa de isso abrir espaço para o BC cortar a taxa de juros —embora economistas digam que o efeito concreto da medida seria o oposto, por ampliar incertezas. Hoje, as metas de inflação são de 3,25% em 2023 e de 3% para o ano que vem.

Nesta terça, Haddad fez coro ao tom de conciliação adotado por Campos Neto na entrevista ao Roda Viva.

"Nós obtivemos o reconhecimento ontem [segunda] na entrevista do presidente do BC de que as medidas que estão sendo tomadas estão na direção correta. Isso é muito importante para nós, obter esse reconhecimento", disse o ministro.

As medidas citadas por Haddad foram apresentadas em janeiro pelo Ministério da Fazenda, com foco central na recuperação de receitas. O governo anunciou um pacote com impacto projetado em até R$ 242,7 bilhões, mas o mercado vê como factível um ajuste da ordem de R$ 120 bilhões.

O próprio ministro já reconheceu que apenas parte das medidas será alcançada de forma efetiva e que o país ainda terá déficit fiscal em 2023, mas limitado a R$ 100 bilhões.

Segundo Haddad, o pacote pode ajudar a convencer o BC de que há condições fiscais para iniciar um ciclo de corte na taxa de juros.

"A taxa de juros do jeito que está impõe certas dificuldades para a economia crescer. Mas o nosso plano de 12 de janeiro está em curso", disse.

"Como os resultados virão, e eu posso afirmar que virão, eu tenho certeza de que isso vai ajudar a autoridade monetária a concluir que nós estamos, talvez, com uma taxa de juros neste momento que compromete os objetivos do país", afirmou.

Haddad destacou que o próprio presidente do BC disse, no Roda Viva, que, se as expectativas dos agentes econômicos para a inflação retomarem o patamar de novembro ou dezembro de 2022, é possível chegar a uma trajetória mais favorável.

"Se nós trouxermos o debate para o plano do concreto, do que está sendo feito, nós poderemos recuperar uma trajetória importante", afirmou o titular da pasta econômica.

Ele também voltou a defender a harmonização das políticas monetária e fiscal. "Ou você alinha essas políticas em torno do mesmo propósito, que é fazer a economia crescer com baixa inflação, ou você vai ficar ruim para todo o mundo cumprir as suas metas", alertou.

Em entrevista ao Roda Viva, Campos Neto negou que tenha defendido o aumento das metas de inflação em conversas com integrantes do governo Lula. Segundo o presidente do BC, uma revisão dos alvos neste momento teria o efeito contrário ao desejado sobre os juros.

Ministros se irritam com fala de Campos Neto, mas reconhecem acenos

Matheus Teixeira

BRASÍLIA Integrantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se irritaram com a declaração dada na segunda (13) pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, contra mudanças na meta de inflação. Apesar disso, avaliaram positivamente os acenos feitos ao governo.

Ministros tanto do Planalto quanto da equipe econômica dizem que Campos Neto teria defendido, em conversas reservadas, a mudança na meta de 2023 de 3,25% para 3,5%. Na entrevista ao Roda Viva na segunda-feira, no entanto, ele fez declarações no sentido contrário.

Na avaliação dos membros do governo, a alteração de postura e o fato de não reconhecer que teria mudado de opinião representam uma quebra de confiança que dificulta a melhora no diálogo entre o Executivo e a autoridade monetária.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), elogiou os acenos de Campos Neto a Lula. Pacheco reafirmou que a autonomia do BC é questão superada no Congresso e disse que aplaude a postura de Campos Neto de buscar o diálogo com o governo federal.

"[Campos Neto] que, aliás, é uma pessoa muito sensata, muito ponderada, muito equilibrada, capaz de ouvir. De fato, eu só rendo homenagens a ele por essa postura. Seria muito ruim se ele tivesse agora uma postura beligerante. Que estivéssemos discutindo agora uma perspectiva se ele fica, se ele sai, etc", disse Pacheco durante evento do banco BTG Pactual. "Certamente, o presidente Lula e toda a sua equipe, sabedores de que nós temos desafios muito amplos pela frente, [entenderão que] nós não podemos dividir."

Lula já defendeu publicamente mudanças sobre o tema. O presidente acredita que a meta de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo, obriga o BC a implementar um arrocho econômico por meio da elevação dos juros em um momento em que o Brasil precisa crescer.

Campos Neto foi questionado durante a entrevista sobre notícias publicadas nos últimos dias pela imprensa de que teria sido a favor do aumento da meta em uma conversa com Lula.

"A única mensagem que passei [para o governo] é que a forma de vender qualquer tipo de aprimoramento [no sistema de metas] é falar de aprimoramento total e, nesse aprimoramento, existem várias variáveis. Em nenhum momento a gente defendeu simplesmente aumentar a meta no sentido de ganhar flexibilidade, mesmo porque não é nossa crença", respondeu.

Ele afirmou que há uma divisão entre economistas "que acreditam no sistema de metas" sobre como tratar o tema neste momento.

Segundo Campos Neto, há um grupo que entende que a meta deste ano é muito baixa mesmo e que, como ficou difícil de atingi-la, a mudança se faz necessária.

O presidente do BC disse que essa avaliação leva em consideração o fato de a meta ter sido estabelecida em outro cenário econômico e que houve uma mudança, entre outros motivos, pela inflação basal dos EUA e porque havia uma expectativa de que a pandemia da Covid-19 gerasse uma deflação.

O chefe da autoridade monetária, porém, disse que faz uma análise oposta.

"Tem outro grupo de economistas que pensa 'não, olha só, se aumenta meta num momento como esse, onde a meta está um pouco desancorada, o que vai acontecer é o seguinte: os economistas e analistas vão projetar meta igual à nova meta, mas, como meta foi aumentada em momento onde você não está atingindo a meta, ela vai pedir um prêmio de risco maior ainda. Então você não só não vai ganhar flexibilidade como vai perder. Hoje, me situo nesse segundo grupo", afirmou.

A meta de inflação é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), que é composto por Campos Neto e pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet.

Nesta terça-feira (14), Campos Neto voltou a fazer acenos ao governo Lula e disse que é preciso ter boa vontade com o governo e elogiou sua política econômica.

"O investidor é muito apressado, muito afoito. A gente tem que ter um pouco mais de boa vontade com o governo, 45 dias é pouco tempo. Tem uma boa vontade enorme do ministro Fernando Haddad de falar, 'olha, nós temos um princípio de seguir um plano fiscal com disciplina'. Tem um arcabouço que está sendo trabalhado, já foram elaborados alguns objetivos", disse Campos Neto durante evento do BTG Pactual.

Guido Mantega

Banco Central e mercado estão chantageando o governo

Ex-ministro diz que autoridade monetária usa juros como pressão para forçar arrocho fiscal

ENTREVISTA

Alexa Salomão

BRASÍLIA Na avaliação do ex-ministro da Fazenda e economista Guido Mantega, o Banco Central adotou a taxa básica de juros como instrumento de pressão para forçar a permanência de uma política fiscal arrochada, nos moldes impostos pelo teto de gastos, que o governo já avisou que vai descartar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) percebeu o recado e está coberto de razão em reagir contra Roberto Campos Neto, diz Mantega.

A discórdia escalou após o comunicado divulgado no dia 1º pelo Copom (Comitê de Política Monetária). O texto, considerado hostil entre os apoiadores do presidente, destacou que "elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais que implicam sustentação da demanda" obrigavam a instituição a manter o juros em 13,75% por mais tempo.

"Acho que é arrogância do Banco Central dizer 'se você não fizer a política fiscal que acho adequada, vou manter os juros altos'. Um sujeito que não foi eleito, simplesmente foi nomeado, pode falar grosso com o presidente?", questiona Mantega.

Ele, que por nove anos foi integrante do CMN (Conselho Monetário Nacional), órgão responsável pela fixação da meta de inflação, também está no grupo que defende a revisão das metas atuais, por considerá-las irrealistas e parte do problema dos juros elevados.

*

Mathilde Missioneiro - 10.fev.23/Folhapress

Guido Mantega, 73
Natural de Gênova (Itália), é doutor em sociologia do desenvolvimento pela USP, onde também cursou economia e ciências sociais. Em 1993, passou a atuar como assessor econômico de Lula, com presença permanente nas campanhas do partido. Com o PT no governo, foi ministro do Planejamento (2003-2004), presidente do BNDES em 2005 e ministro da Fazenda (2006 a 2014).

O sr. ainda é conselheiro econômico do presidente Lula? Continuo como sempre fui desde os anos 1990. Às vezes, ele me consulta, e eu mando mensagens para ele. Não tenho falado nos últimos dias. Desde que começou o governo, ele ficou numa situação complicada, e teve o 8 de Janeiro [quando ocorreram os atos golpistas de bolsonaristas].

O que houve para ele ficar tão irritado com o presidente do BC, se referindo a Campos Neto como "aquele cidadão"? A irritação tem fundamento. Lula sempre foi sensato. Perdeu as estribeiras porque ficou nervoso com a situação. Ele está vendo onde vai dar.

O presidente Lula assumiu o compromisso de estabelecer um novo pacto social, para termos um país crescendo, distribuindo renda, e também com aumento dos investimentos e dos lucros. A política monetária, como está, atrapalha esse crescimento.

A situação das Americanas não é só fraude fiscal, ela e outras empresas estão aí para mostrar o efeito da contração do crescimento e do consumo. Houve redução das compras. Uma taxa de juros desse tamanho também afeta os investimentos. Já está caindo o investimento no setor imobiliário. O custo do financiamento subiu, e as pessoas não assumem crédito com essa taxa.

Ela afeta o Estado também. De um lado, a arrecadação cai, de outro, o custo da rolagem da dívida é de 6% a 7% do PIB ao ano. Em 2022, custo financeiro foi de R$ 600 bilhões.

Mas tivemos apenas um mês de governo, uma única reunião do Copom. Já dá para ficar irritado? Veja, ele está preocupado porque as decisões do BC têm um efeito de longo prazo. Tivemos uma redução da inflação. Foi de 10% para 8,8%, apesar de o governo Bolsonaro ter injetado R$ 300 bilhões na economia. O governo retirou os tributos, e os preços das commodities também cederam. A inflação caiu por isso, não por causa desse elevada taxa de juros.

Estamos começando o ano com queda de crescimento e no emprego. Não é um cenário, digamos, alvissareiro, e aí o Banco Central diz que vai manter a taxa de juros em 13,75%.

O BC alega que o cenário fiscal é incerto, e o governo ainda não encaminhou a nova regra fiscal. Não deu tempo, mas o ministro Fernando Haddad [Fazenda] até disse que vai antecipar a apresentação para abril, bem antes do prazo final previsto.

A Fazenda já tem inúmeras propostas de mudança da regra fiscal, mas o ministro disse que primeiro apresentaria o pacote de aumento de receita e a reforma tributária, deixando a discussão do novo arcabouço para depois. Se a ordem tivesse sido outra, talvez a conversa agora com o BC não estaria sendo diferente? Foi apresentada e aprovada uma PEC prevendo R$ 167 bilhões para este ano. A situação fiscal está definida. Sabemos qual vai ser o gasto acima do teto, que é abaixo dos R$ 300 bilhões que gastou o Bolsonaro. Haddad está dizendo que vai reduzir o déficit do ano em 1%. Nada indica que o governo será irresponsável. A economia está desacelerando, e a trajetória da inflação é de queda.

Por que a gente vai achar que isso é inflacionário? Por que as expectativas se moveram? Desculpe, isso é previsão técnica malfeita.

E o que explica a taxa em 13,75%? Hoje, 90% das principais economias estão com taxa de juro real negativa. Não estou falando da Turquia, que tem inflação de 68% e uma taxa juros de 1%. Estou falando da União Europeia, que tem uma inflação de 7%, 8% e está com uma taxa de juros real negativa de 5%. Estou falando dos EUA, que tem inflação de 6% e taxa de juros de 4,75%.

Acho que é arrogância do Banco Central dizer 'se você não fizer a política fiscal que acho adequada, vou manter os juros altos'. Um sujeito que não foi eleito, simplesmente foi nomeado, pode falar grosso com o presidente?

Não estou dizendo para não combater a inflação. Quando tem inflação, precisa subir os juros, mas em que medida?

Jerome Powell, presidente do Fed, o banco central dos Estados Unidos, vinha aumentando 0,5 ponto percentual e agora aumentou 0,25. A inflação caiu de 9% para 6%. Ele está sendo prudente. Não se brinca com taxa de juros. Se usar mal, é mortal para a economia. Aqui está esse exagero. O Brasil tem a maior taxa de juros real do mundo, 8%. Por quê? Será que todos os outros presidentes de bancos centrais são incompetentes?

O sr. está dizendo que o Copom não está sendo técnico e fala de um risco fiscal que não existe? Estou dizendo que está exagerando. No comunicado, o BC falou de forma agressiva. Ele é que está agredindo e ameaçando. Ele está querendo fazer política fiscal. A função do BC é cuidar da política monetária.

O que foi considerado agressivo no comunicado? Sinalizar que manteria essa taxa alta por muito tempo porque a política fiscal poderia ser expansionista. Acho que é arrogância do BC dizer "se você não fizer a política fiscal que acho adequada, vou manter os juros altos". Um sujeito que não foi eleito, simplesmente foi nomeado, pode falar grosso com o presidente?

O Banco Central é independente, mas não pode ser utilizado como instrumento de pressão e ficar alheio ao que o governo está fazendo e esperando da economia.

E as contas do setor financeiro estão erradas e criaram a expectativa autorrealizada de que os juros futuros vão subir. E subiram. Estão fazendo uma espécie de terrorismo. O Banco Central está sintonizado com o mercado financeiro, que está forçando uma situação.

Aí é fácil ser presidente de BC. Tem uma inflação caindo, mas diz que vai manter os juros em 13,75% para ancorar as expectativas. O que o BC está fazendo é orientar as expectativas, e o mercado percebe isso.

O sr. está dizendo que o mercado trabalha com uma suposição de que o governo será gastador? Sim. Na verdade, está fazendo uma chantagem para obrigar o governo a fazer a regra fiscal que ele quer. Quer substituir o teto de gasto por outra regra parecida com o teto. Tem esse braço de ferro também.

E ainda tem a questão da meta de inflação, totalmente irrealista. Tanto é assim que faz dois anos que ela não é alcançada. Um centro da meta de 3,25% para o ano 2023 não será alcançada. Serão três anos consecutivos com o BC mandando a cartinha para explicar por que não cumpriu. Bom, por que não fazer ajuste?

Mas alterar a meta de inflação agora, no meio desse estresse, não vai ser pior? Revisão da meta de inflação está prevista na lei, e várias vezes ela foi mudada. Acho que a meta de 4% é mais correta. O BC vai continuar perseguindo a meta de inflação, mas pode ir mais devagar. Qual seria a diferença de ter uma taxa de 12,5%, por exemplo? A contração financeira não ia continuar?

Acho que tudo isso está demonstrando que a independência do BC foi mal implementada. Não funciona.

O fato de governo e BC não conseguirem em um mês um certo alinhamento, nesta primeira experiência de BC autônomo, já é uma comprovação de que deu errado? O Lula não é contra a independência do BC. Sem lei, ele praticou. Mas o Banco Central não ficava dissociado do governo. Havia uma tentativa de sintonizar, para não ficar uma coisa sem pé nem cabeça.

Acho que o mandado pode ser junto com o do presidente. Foi fácil para Bolsonaro criar esse modelo porque colocou uma pessoa da confiança dele, alinhado com a política de Paulo Guedes [ministro da Economia de 2019 a 2022].

Agora, governo novo ter de conviver com um BC não sintonizado, que toma decisões sem sentido, como manter essa taxa de juros, aí não funciona. Paralisa o país.

Nos EUA, o novo governo fica um ano com o presidente anterior do Federal Reserve. Aqui no Brasil, você precisa ficar dois anos com um BC hostil à política do governo.

Lula decide dar reajuste extra no salário mínimo a partir de maio

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu conceder um reajuste adicional no salário mínimo neste ano. Com isso, o piso nacional deve ser elevado dos atuais R$ 1.302 para R$ 1.320 a partir de 1º de maio — Dia do Trabalho.

A possibilidade de um aumento extra já vinha sendo admitida por integrantes do Ministério da Fazenda nas últimas semanas. Nesta terça-feira (14), o ministro Fernando Haddad foi questionado por jornalistas sobre o novo reajuste, mas disse apenas que "o presidente vai anunciar".

Segundo interlocutores ouvidos pela **Folha**, o novo valor já está alinhado entre Lula e ministros.

O aumento extra estava em discussão desde a transição, já que a equipe de Lula queria imprimir sua marca já no início do primeiro ano do mandato e conceder um reajuste maior do que o originalmente proposto por Jair Bolsonaro (PL).

Foi Bolsonaro, aliás, quem assinou a MP (medida provisória) que fixou o valor atual do mínimo, de R$ 1.302, que acabou tendo um reajuste real de 1,4% devido à inflação menor que o inicialmente projetado em 2022.

A equipe de Haddad preferia manter o mínimo inalterado em 2023, para evitar maior impacto sobre as contas no momento em que a equipe busca melhorar a situação fiscal. O principal argumento dessa ala é que o valor, em vigor desde 1º de janeiro, já representa um aumento real.

"Em primeiro lugar, o compromisso do presidente Lula durante a campanha é aumento real do salário mínimo, o que já aconteceu", afirmou Haddad em 12 de janeiro. "O salário mínimo atual é 1,4% maior do que a inflação acumulada a partir do último reajuste."

Já os defensores do novo reajuste consideram que a medida é um cartão de visitas importante do presidente para sua base eleitoral, dado que o mínimo foi um tema bastante explorado durante a campanha. Lula promete retomar a política de valorização adotada em governos do PT, com reajustes acima da inflação.

O custo máximo da medida foi calculado inicialmente em R$ 5,6 bilhões, considerando um cenário de maior número de concessões de aposentadoria no ano. O número foi estimado com base em parâmetros do ano de 2022.

O valor é menor que os R$ 7,7 bilhões calculados inicialmente porque o aumento seria aplicado só em oito meses do ano, além do 13º.

Técnicos dizem que o valor pode ficar ainda menor após a revisão das principais rubricas do Orçamento de 2023, o que está previsto para março, quando será divulgado o primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas.

Na ocasião, o governo espera já ter um termômetro mais preciso sobre o ritmo de concessão de benefícios. Há a expectativa de que o impacto sobre as contas fique mais ameno.

O custo adicional precisará ser acomodado dentro do teto de gastos. Embora o governo Lula pretenda mudar as regras que balizam os gastos públicos, incluindo o teto, ele ainda está em vigor e precisa ser respeitado pela atual gestão.

Sem peças, Volks suspende produção no país

Unidades de São Bernardo do Campo (ABC), São José dos Pinhais (PR) e São Carlos (SP) vão parar por dez dias

Marcelo Azevedo e Cristiane Gercina

SALVADOR E SÃO PAULO A Volkswagen vai conceder férias coletivas e suspender a produção de forma temporária em 3 de suas 4 fábricas no Brasil. O motivo da parada é a falta de componentes para produção de automóveis.

As unidades de São Bernardo do Campo (ABC), São José dos Pinhais (PR) e São Carlos (SP) vão parar de funcionar por dez dias a partir da próxima semana. Só a fábrica de Taubaté (SP) continuará produzindo normalmente neste mês.

A montadora concederá férias coletivas entre 20 de fevereiro e 3 de março. As datas variam conforme a unidade. Na fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo, e na de São José dos Pinhais, a paralisação da produção será de 22 de fevereiro a 3 de março. Em São Carlos, de 20 de fevereiro a 1º de março.

O intervalo na produção já estava planejado desde o ano passado no ABC e faz parte da estratégia da Volks de flexibilizar os processos produtivos devido à escassez de peças que vem afetando o setor automotivo nos últimos anos.

No ABC, diz a montadora, 3.062 funcionários da produção estarão em férias. Os demais trabalham normalmente. Hoje, há 8.000 profissionais na unidade Anchieta, de acordo com dados do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Unidade da Volkswagen em São Bernardo do Campo (ABC de SP), que emprega 8.000 profissionais Amanda Perobelli - 24.set.20/Reuters

Wellington Messias Damasceno, diretor administrativo do sindicato, diz que, mesmo com a parada já programada, a situação não é bem-vinda. "A gente torcia o tempo todo que não fosse necessário. Por mais programada que possa ser, não é uma parada bem-vinda."

Em 2022, um dos instrumentos utilizados pela indústria automotiva para lidar com a falta de semicondutores foi o layoff, suspensão temporária dos contratos de trabalho. No caso da pausa neste início de 2023, são férias coletivas definidas pelo empregador, com pagamento dos valores previstos em lei, mas cujos dias serão descontados do período de férias.

"Vai emendar com o Carnaval, e o trabalhador acaba tendo uns dias a mais, mas o ideal era que ele escolhesse individualmente quando tirar férias, que acertasse com a chefia e combinasse a melhor data", diz.

Damasceno aponta incertezas e instabilidades que ainda rondam o cenário político brasileiro, especialmente no âmbito internacional, como um fator de preocupação no setor. Segundo ele, com a parada em uma grande montadora como a Volks, na ponta, há outras empresas menores que também são afetadas, podendo provocar demissões.

"Estamos vivendo uma questão internacional complexa, e o Brasil fica no fim da fila [quando há liberação de semicondutores pela China, principal produtor]. A gente precisa retomar o protagonismo, retomar políticas setoriais, ser menos dependentes dessas políticas de oscilações globais justamente para evitar esse tipo de situação. Hoje é o setor automotivo, mas outros setores poderão ser impactados."

Em São Carlos, 600 trabalhadores entrarão em férias. A unidade tem hoje 820 profissionais. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté, uma das unidades de produção será mantida em atividade no período, mas a parada reflete o que ocorre nas outras duas unidades.

A distribuição de chips semicondutores, componente da fabricação de veículos, sofreu um gargalo durante a pandemia, dificultando a produção de montadoras em todo o mundo. A crescente demanda de semicondutores em empresas de eletrônicos de consumo também agravou a escassez das peças.

A Volkswagen afirma que acelerou a produção nos últimos dias para abastecer a rede com alguns produtos durante o período de intervalo.

Possível nova recuperação da Oi seria ilegal e perpetuaria calote, afirmam bancos credores

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Banco do Brasil, Caixa e Bradesco contestaram na Justiça a medida cautelar que protegeu a Oi contra resgates antecipados de sua dívida, obtida há duas semanas como um passo para pedido de nova recuperação judicial.

Eles alegam que a primeira recuperação judicial da companhia, encerrada em dezembro, não foi formalmente concluída, já que a sentença de encerramento ainda não transitou em julgado (etapa final do julgamento). Por isso, dizem, a empresa não teria direito a pedir novo socorro judicial.

Questionam ainda a possibilidade de concessão de sucessivos socorros judiciais a uma mesma empresa e pedem reconhecimento de incompetência da 7ª Vara Empresarial do Rio, que concedeu a proteção, para julgar as contestações.

Para Caixa e Banco do Brasil, nova recuperação permitiria que a empresa "prosseguisse impondo aos seus credores prejuízos atrás de prejuízos, calotes atrás de calotes, inclusive forçando a sua perpetuação no mercado de forma antinatural".

"O que impedirá a companhia de, daqui dois anos, requerer uma quarta recuperação judicial consecutiva — ao modo de aditamento ao plano, como feito no passado — e impor novos e cada vez mais graves prejuízos aos credores?", questionam.

"A recuperação judicial não é um tíquete de loteria, que pode ser utilizado sucessivamente pelo empresário em crise, mas um remédio destinado àqueles que efetivamente possuem viabilidade econômica e competência suficiente para exploração da atividade econômica", afirma o Bradesco.

Em estratégia semelhante à adotada pela Americanas, a Oi alegou no pedido de proteção judicial que não tem condições de lidar com dívidas de quase R$ 30 bilhões e que vive "iminente risco de dano irreparável".

"Infelizmente, diversos fatores imprevisíveis, não controláveis, e a sua situação econômico-financeira atual tornaram imprescindível recorrer à proteção judicial para implementar nova etapa de sua reestruturação e garantir a preservação da empresa, enquanto grande geradora de empregos e renda." **Fernanda Brigatti e Nicola Pamplona**

+ Sem citar Americanas, presidente da CVM fala de caso 'lamentável' e 'gravíssimo'

João Pedro Nascimento, presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), disse nesta terça (14) que a entidade vem trabalhando de modo firme para investigar um caso gravíssimo e que não poupará esforços para punir os responsáveis. "A CVM não comenta nenhum caso específico, mas lida com casos rumorosos. Hoje temos um assunto que vem consumindo um esforço muito importante do nosso time. A gente constituiu uma força-tarefa para lidar com este assunto", disse Nascimento, durante um evento do banco BTG Pactual.

Grupo Suno passa por operação de busca e apreensão em escritórios

SÃO PAULO | REUTERS O Grupo Suno, que atua em áreas como pesquisa, gestão de recursos e consultoria para investidores, foi alvo de operação de busca e apreensão em seus escritórios nesta terça (14).

"A empresa não teve acesso ao processo, portanto, neste momento, não pode dar mais detalhes da ação", afirmou a Suno em nota, na qual também comentou que está "100% segura" sobre sua atuação.

Mais cedo, o colunista Lauro Jardim, de O Globo, publicou sobre a operação, afirmando que foi determinada pela 42ª Vara Cível de São Paulo em cinco endereços de três cidades —São Paulo, Porto Alegre e Goiânia— em investigação relativa a uma suposta manipulação no mercado de fundos imobiliários.

Procurado pela Reuters, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo afirmou que "esse processo tramita em segredo de Justiça e, portanto, não há informações disponíveis".

No ano passado, a XP Inc fechou acordo para a aquisição de uma participação minoritária estratégica no Grupo Suno, envolvendo a Suno Research, Suno Asset, entre outras frentes de conteúdo, dados e análise sobre o mercado financeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato de N. 11/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA:** ISABELA MONIQUE CRISTINO DE FONTES, com sede na SIT: CAIQUE LOTE 18 PA NOVA VIDA, nº S/N - IARAS e registrada sob o CNPJ nº 45.348.450/0001-08. **OBJETO**: Abertura de Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para suprir a Alimentação Escolar pelo período de 12(doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação n. 01/2023 – art.24 da Lei 8.666/93- Proc. 08/2023. **VALOR**: R$ 13.952,56 (Treze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de fevereiro de 2023.
14 fevereiro de 2023.
Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato de N. 07/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA:** OTAVIO DE CASTRO RIBEIRO JUNIOR E OUTRO, com sede na ESTÂNCIA SANTO EXPEDITO, nº S/N -IARAS e registrada sob o CNPJ nº 09.349.212/0001-53. **OBJETO**: Abertura de Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para suprir a Alimentação Escolar pelo período de 12(doze) meses. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação n. 01/2023 – art.24 da Lei 8.666/93- Proc. 08/2023. VALOR: R$ 42.395,16 (Quarenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e dezesseis centavos). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de fevereiro de 2023.
14 de fevereiro de 2023
Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato de N. 08/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA:** ANDRE LUIZ GOIS, com sede na SIT: SANTO ANTÔNIO, nº S/N - CERQUEIRA CÉSAR e registrada sob o CNPJ nº 30.804.912/0001-87. **OBJETO**: Abertura de Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para suprir a Alimentação Escolar pelo período de 12(doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL**: Dispensa de Licitação n. 08/2023 – art.24 da Lei 8.666/93- Proc. 08/2023. VALOR R$: R$ 8.803,64 (Oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e quatro centavos). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de fevereiro de 2023.
14 de setembro de 2023
Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTAS

O Município de Óleo/SP, torna público para ciência dos interessados, que tendo em vista o término do prazo de interposição de recursos quanto aos documentos de habilitação e que não foi apresentado recurso, o Município dará prosseguimento ao Processo Licitatório nº 04/2023 – Tomada de Preços nº 003/2023, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE 4.608,50 M² DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ÓLEO, CONFORME CONVÊNIO 102782/2022 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE ÓLEO.**, realizando sessão pública de abertura do envelope de proposta da empresa habilitada no referido Processo, no dia 02/03/2023 às 09 horas, no setor de Licitação na Sede da Prefeitura Municipal de Óleo. Óleo, 14 de fevereiro de 2023.
LUCIANA CRISTINA GOMES - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTAS

O Município de Óleo/SP, torna público para ciência dos interessados, que tendo em vista o término do prazo de interposição de recursos quanto aos documentos de habilitação e que não foi apresentado recurso, o Município dará prosseguimento ao Processo Licitatório nº 03/2023 – Tomada de Preços nº 002/2023, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE 1.597,60 M² DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ÓLEO, CONFORME CONVÊNIO 103062/2022 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE ÓLEO**, realizando sessão pública de abertura do envelope de proposta da empresa habilitada no referido Processo, no dia 02/03/2023 às 09 horas, no setor de Licitação na Sede da Prefeitura Municipal de Óleo. Óleo, 14 de fevereiro de 2023.
LUCIANA CRISTINA GOMES - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2022 - PROCESSO Nº 9343-2/2022

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaboticabal-SP, informa que com referência ao processo licitatório, modalidade **Tomada de Preços nº 018/2022** - que trata da contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução das obras de reforma das edificações escolares municipais para adequação ao Decreto Estadual 63.911 de 2018, que tem por finalidade a proteção e combate a incêndios nas edificações – o objeto do presente certame foi **ADJUDICADO** à empresa: **SL BUSCARIOLLO BARRETOS ENGENHARIA LTDA.**, no valor global de **R$2.969.593,62 (dois milhões e novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos).**
Jaboticabal, 14 de fevereiro de 2023.
Rafael Fernandes Modesto Homem
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 012/2022
Processo Administrativo nº 11111-7/2022

Objeto: Prestação dos serviços de implantação, administração, manutenção, operação e gerenciamento das áreas destinadas ao estacionamento rotativo pago de veículos automotores, bem como a implantação e manutenção da sinalização horizontal e vertical nas vias e logradouros públicos. **HOMOLOGO** o parecer da Comissão Permanente de Licitações, exarado em favor da empresa: **EXCELÊNCIA GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI**, no valor percentual de outorga de concessão de **38,38% (trinta e oito inteiros e trinta e oito décimos por cento).**
Jaboticabal, 14 de fevereiro de 2023.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato de N. 05/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. CONTRATADA: empresa RENOVA ASFALTOS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS, inscrita no CNPJ sob o Nº 74.419.003-0001-09, e Inscrição Estadual n.º 156.419.003/0001-09, estabelecida a Richard Freudenberg, n.º1001, cidade de Agudos, neste ato representada pelo Sr. Marcelo de Souza Azuaga, portador do CI/ RG nº 15248463 SSP/SP e CPF sob o nº 125.284.618-52. OBJETO: a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE 1.346,46 M² DE PAVIMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ E 329,41 M DE GUIAS E SARJETAS EXTRUSADAS, NA RUA BENTO LOBEIRO NO MUNICÍPIO DE ÓLEO, CONFORME CONVÊNIO 100411/2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE ÓLEO.** FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preço nº01/2023- Proc. 01/2023. VALOR: R$ R$ 176.262,81 (Cento e Setenta e Seis Mil Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta e Um centavos). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de fevereiro de 2023.
Óleo 14 de fevereiro de 2023
Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATO N. 026/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Óleo. CONTRATADA: **AUTO POSTO TRÊS IRMÃOS DE ÓLEO LTDA**, com sede à rua João Fausto Giraldes, n. 544, Centro, cidade de ÓLEO-SP, CNPJ N. 72.026.065/0001-17. OBJETO: Aditamento de contrato, cujo objeto refere-se à aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Óleo, do tipo maior percentual de desconto, com base no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, Semanal - Resumo I, Estado de São Paulo, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO, Nº 4/2022 – Proc. 18/2022 – Lei federal n. 8.666/93**
ITEM: Gasolina aditivada: R$ 5,60; Etanol: R$ 3,95; Diesel: 6,89; Diesel S10: 6,94
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de MAIO de 2022.
14 de fevereiro de 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

COMUNICADO DO 2º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023 - PROCESSO Nº 002/2023. A Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, comunica que ficam RETIFICADOS os LOTES 01, 02, 03 e 04 constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO VIII - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA (OPCIONAL) do Edital do Pregão Registro de Preços nº 001/2023. As alterações ficarão disponíveis no site: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações), publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Jornal de Grande Circulação (Folha de São Paulo) e Diário do Município. Os demais itens publicados ficam inalterados. Laranjal Paulista, 14 de Fevereiro de 2.023 - Alcides de Moura Campos Junior - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

COMUNICADO DE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM/SP comunica aos interessados a abertura do **Processo Licitatório 253/2023, Pregão Presencial nº 01/2023** para: **"Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de materiais hidráulicos"**. A sessão pública será no dia 02/03/2023 às 14h00. O edital na íntegra poderá ser obtido no site www.jumirim.sp.gov.br e e-mail licitacao@jumirim.sp.gov.br. Informações pelo fone: (15) 3199-9800.
Jumirim, 14 de fevereiro de 2023. Daniel Vieira. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato de N. 10/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA:** HELCIO BENEDITO BICUDO, com sede na SIT: SÃO FRANCISCO, nº S/N - FARTURA e registrada sob o CNPJ nº 07.949.260/0001-57. **OBJETO**: Abertura de Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para suprir a Alimentação Escolar pelo período de 12(doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL**: Dispensa de Licitação n. 01/2023 – art.24 da Lei 8.666/93- Proc. 08/2023. **VALOR**: R$ 8.803,64 (Oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e quatro centavos). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de fevereiro de 2023.
14 de fevereiro de 2023.
Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato de N. 09/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA:** ISRAEL DOS SANTOS, com sede na R: DA CONSOLACAO, nº S/N - IARAS e registrada sob o CNPJ nº 18.664.038/0001-24. **OBJETO**: Abertura de Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para suprir a Alimentação Escolar pelo período de 12(doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL**: Dispensa de Licitação n. 01/2023 – art.24 da Lei 8.666/93- Proc. 08/2023. **VALOR**: R$ 5.781,60 (Cinco mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**: 13 de fevereiro de 2023.
14 de fevereiro de 2023.
Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE REVOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022
PROCESSO Nº 2993-9/2022

OBJETO: Credenciamento de empresas que atuam no ramo de Planos de Saúde, seja Administradora de Benefícios ou Operadoras de Planos de Saúde, que comercializam planos de saúde coletivo empresarial, devidamente autorizadas e registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, objetivando a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no País, com padrão acomodação de enfermaria e/ou apartamento, centro de terapia intensiva, ou similar, para tratamento das doenças listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde que estabelece a cobertura assistencial obrigatória a ser garantida pelas operadoras de planos de saúde aos servidores ativos e ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura Municipal de Jaboticabal e às Entidades da Administração Indireta interessadas com cobertura em âmbito nacional. O Prefeito de Jaboticabal/SP, resolve decretar a **REVOGAÇÃO TOTAL** do Edital de **Credenciamento nº 03/2022**, em observância aos princípios que regem a administração pública, nos termos do disposto pelo artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o teor da Súmula nº 473 do STF, nos termos do contido nos autos do processo. Publique-se.
Jaboticabal, 14 de fevereiro de 2023
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 000117/2023 – ÓRGÃO: Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP – **MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 – REABERTURA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA ESTRUTURAL E IMPERMEABILIZAÇÃO EM RESERVATÓRIOS DE CONCRETO ARMADO CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO. - DATA DE ENCERRAMENTO: 03/03/2023 às 09:15 horas – ABERTURA: 03/03/2023 às 09:30 horas – CADASTRAMENTO ATÉ O TERCEIRO DIA ANTERIOR À DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, OBSERVADA A NECESSÁRIA QUALIFICAÇÃO** – Edital disponível a partir do dia 15/02/2023 na Divisão de Suprimentos, das 9h00 às 16h00 ou através do site: https://saeeamparo.sp.gov.br/categoria/tomada-de-precos. INFORMAÇÕES: Tel. (19) 3808-8400, ramais 261 e/ou 237 com Tauan/Felipe ou Marli Amparo, 14 de Fevereiro de 2023. **MARLI ROLEDO MAIORAL** - Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP

Comunicado de abertura de Licitação: Processo nº 014/2023 – Tomada de Preços nº 001/2023 – Edital nº 008/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar Infraestrutura Urbana, instalação de iluminação LED em diversos pontos da cidade, conforme Termo de Convênio 103774/2022 e Demanda nº 042432 do SP SEM PAPEL, entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, este por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Governamentais, e o Município de Guarantã. Regime de aquisição: Menor Preço Global Recebimento dos Envelopes: até às 09h00min, do dia 07/03/2023, na sala do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Guarantã (Paço Municipal), localizada à Av. Altino Cardoso, nº 156, Centro, Guarantã/SP, tendo a sua abertura às 09h00min do dia e local referendado. Cadastramento dos Fornecedores para emissão do CRC: poderão participar da presente licitação as empresas que atuam no ramo do objeto, e que estiverem devidamente Cadastradas na Prefeitura do Município de Guarantã, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Visita Técnica Facultativa: até o dia 06/03/2023, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 10h30min, e das 13h00min às 16h30min (deverá obrigatoriamente fazer um agendamento). A Retirada do Edital acima mencionado, em seu completo teor, seus anexos, e demais informações, poderá ser solicitada no Município de Guarantã/SP, no Departamento de Licitação e Contratos, ou através do site do Município: www.guaranta.sp.gov.br. Horário de expediente: 07:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira e sexta-feira, na Avenida Altino Cardoso, n° 156, Centro, Guarantã/SP. Fone: (14) 3586-3300 – Ramal 8. e-mail: licitacao@guaranta.sp.gov.br
Guarantã, 14 de fevereiro de 2023.
Marcos Roberto Frugeri – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS N. 08/2023

OBJETO"A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO, POR EMPREITADA GLOBAL, DA CONSTRUÇÃO DO VELÓRIO MUNICIPAL DO BAIRRO DE BATISTA BOTELHO, SITO À RUA EMÍLIO SBAIS, S/N°, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, -ANEXO". VENCIMENTO: 06 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H30 HORAS. **MAIORES INFORMAÇÕES:** edital completo e outras informações: setor de licitações da prefeitura municipal de óleo, à rua Ângelo Vidotto, 95, vila Martins, Óleo/sp, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br.
ÓLEO, 14 DE FEVEREIRO DE 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS N. 07/2023

OBJETO: "A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO, POR EMPREITADA GLOBAL, DA CONSTRUÇÃO DOS SANITÁRIOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DO BAIRRO DO LAJEADO, SITO À RUA MELCHIADES SOARES, S/N°, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, -ANEXO". VENCIMENTO: 06 DE MARÇO DE 2023, ÀS 09H00 HORAS. **MAIORES INFORMAÇÕES:** edital completo e outras informações: setor de licitações da prefeitura municipal de óleo, à rua Ângelo Vidotto, 95, vila Martins, Óleo/sp, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br. ÓLEO, 14 DE FEVEREIRO DE 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

DECISÃO ADMINISTRATIVA
Recurso administrativo e contrarrazões apresentados à - HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2022 - Processo nº 11111-7/2022

Após análise das razões de recurso apresentadas por parte da empresa **RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A** e das contrarrazões apresentadas pelas empresas **EXCELÊNCIA GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI (P.A. Nº 1575-0/2023)**, junto ao processo licitatório, modalidade **Concorrência Pública nº 012/2022**, que trata da outorga de concessão visando "a prestação dos serviços de implantação, administração, manutenção, operação e gerenciamento das áreas destinadas ao estacionamento rotativo pago de veículos automotores, bem como a implantação e manutenção da sinalização horizontal e vertical nas vias e logradouros públicos"; do parecer jurídico, anexado aos autos, **DECIDO** pelo **INDEFERIMENTO** do recurso interposto pela recorrente **RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A**, com a confirmação da Habilitação da empresa **EXCELÊNCIA GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI** junto ao certame licitatório em comento. Publique-se esta decisão, dando ciência às recorrentes. Após, encaminhe-se os autos à Comissão Permanente de Licitações, para conhecimento e providências legais obrigatórias de praxe de sua alçada. Cumpra-se.
Jaboticabal, 14 de fevereiro de 2023
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Tomada de Preços nº 004/2023 – Processo nº 023/2023

A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que realizará Tomada de Preços, no dia **03 de março de 2023, às 08h30**, na Sala de Licitações, situada à Avenida Junqueira, nº 1396, Centro, Junqueirópolis/SP, visando a **contratação de empresa especializada com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários para construção do Complexo da Saúde, nesta cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, nos termos do Termo de Convênio nº 103974/2022, firmado com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional.** O Edital em sua íntegra poderá ser retirado na sede da Prefeitura ou no site www.junqueiropolis.sp.gov.br. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Licitação, nos dias de expediente, no horário da 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, na Avenida Junqueira, n° 1396, ou através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 14 de fevereiro de 2023.
ISRAEL GUMIERO - Diretor de Saúde

bradesco

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE IMÓVEIS LOCALIZADOS EM LENÇÓIS PAULISTA/SP • MONTE MOR/SP • TIETÊ/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) dos imóveis abaixo descritos, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização dos imóveis: 31 imóveis: •1) Lençóis Paulista-SP.** Vila Mamedina. Av. 25 de Janeiro, 426, esquina da Rua Raul Gonçalves de Oliveira. **Imóvel Comercial**. Áreas totais: terr. lançado no IPTU 1.868,95m² e constr. 1.017,82m². Matr. 2.337 do RI local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área de terreno que vier a ser apurada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). **2) Tietê-SP.** Bairro da Serra. Rua José Oscar de Arruda Reis Filho, 125. **Casa**. Áreas totais: terr. 8.146,46m² e constr. ampliada em 131,06m² (consta lançada no IPTU 644,28m²). Matr. 33.040 do RI local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Caberá ao comprador se cientificar e se responsabilizar sobre as aprovações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual término da obra. Ocupada. (AF). **•3) Monte Mor-SP.** Centro. 02 terrenos: **1)** Av. Jânio Quadros, 578. **Terreno c/ 1.091,19m²** (contendo benfeitorias). Matr. 17.087 do RI local. **2)** Av. Jânio Quadros, 560. Terreno c/ 1.015,57m². Matr. 17.095 do RI local. Obs.: Numerações prediais pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupados. (AF).**•4) Tietê-SP.** Centro. Rua do Comércio, 803. **Terreno c/ 718,75m²**. Matr. 19.732 do RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **5) Tietê-SP**. Centro. Rua Dr. Leonidas Camargo Madeira, 292 (Área A – Chácara São Benedito). **Casa**. Áreas totais: terr. lançado no IPTU 29.271,59m² e constr. 140,97m². Matr. 39.649 do RI local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área de terreno apurada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, inclusive de eventual existência de Área de Preservação Permanente, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **6) Tietê-SP.** Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 40** (subsolo). Área priv. 149,0400m² e 03 depósitos. Matr. 39866 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **7) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 01** (pav. térreo). Área priv. 42,2300m². Matr. 39867 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **8) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 02** (pav. térreo). Área priv. 52,5800m². Matr. 39868 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF).**9) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 03** (pav. térreo). Área priv. 44,0400m². Matr. 39869 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **10) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 04** (pav. térreo). Área priv. 56,6800m². Matr. 39870 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **11) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 05** (pav. térreo). Área priv. 29,4000m². Matr. 39871 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **12) Tietê-SP.** Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 06** (pav. térreo). Área priv. 55,9800m². Matr. 39872 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **13) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 07** (pav. térreo). Área priv. 44,1900m². Matr. 39873 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **14) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 11** (1º andar - piso). Área priv. 42,6200m². Matr. 39874 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **15) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 12** (1º andar - piso). Área priv. 42,6200m². Matr. 39875 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **16) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 13** (1º andar - piso). Área priv. 44,5500m². Matr. 39876 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **17) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 14** (1º andar - piso). Área priv. 44,0000m². Matr. 39877 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **18) Tietê-SP.** Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 15** (1º andar - piso). Área priv. 44,5900m². Matr. 39878 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **19) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 16** (1º andar - piso). Área priv. 23,6500m². Matr. 39879 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **20) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 18** (1º andar - piso). Área priv. 57,7600m². Matr. 39880 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **21) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 21** (2º andar). Área priv. 21,9200m². Matr. 39.881 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **22) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 22** (2º andar - piso). Área priv. 21,9200m². Matr. 39.882 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **23) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 23** (2º andar - piso). Área priv. 20,9000m². Matr. 39.883 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **24) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 24** (2º andar - piso). Área priv. 20,9000m². Matr. 39.884 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **25) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 25** (2º andar - piso). Área priv. 20,9000m². Matr. 39.885 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **26) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 26** (2º andar - piso). Área priv. 20,9000m². Matr. 39.886 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **27) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 27** (2º andar - piso). Área priv. 23,6500m². Matr. 39.887 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **28) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 28** (2º andar - piso). Área priv. 23,6500m². Matr. 39.888 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **29) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 31** (3º andar - piso). Área priv. 111,6000m². Matr. 39.889 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **30) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 32** (3º andar - piso). Área priv. 44,5500m². Matr. 39.890 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **31) Tietê-SP**. Centro. Rua Lara Campos, 446 e Rua Professor Francisco Assis Madeira. Shopping Giardino. **Sala Comercial nº 33** (3º andar - piso). Área priv. 39,9600m². Matr. 39.891 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupada. (AF). **1° Leilão: 06/03/2023, a partir das 10h00. Lance mínimo:** R$ 19.351.563,52. **2º Leilão: 09/03/2023, a partir das 10h00. Lance mínimo:** R$ 10.707.842,99 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/** e **www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

LICITAÇÕES PROGRAMADAS

Pregão (Presencial) nº 015/2023. Edital nº 020/2023. Processo nº 022/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE TINTAS E MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA. Abertura: 20/03/2023 às 09:00h.
O(s) Edital(is) na íntegra encontra(m)-se disponível(is) no endereço da internet: www.palmital.sp.gov.br. Ptal, 14 de fevereiro de 2023. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

LICITAÇÕES PROGRAMADAS

Pregão (Eletrônico) nº 011/2023. Edital nº 016/2023. Processo nº 018/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL. Abertura: 13/03/2023 às 08:00h.
Pregão (Eletrônico) nº 012/2023. Edital nº 017/2023. Processo nº 019/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL. Abertura: 16/03/2023 às 08:00h.
Pregão (Eletrônico) nº 013/2023. Edital nº 018/2023. Processo nº 020/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL. Abertura: 20/03/2023 às 08:00h.
Pregão (Eletrônico) nº 014/2023. Edital nº 019/2023. Processo nº 021/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA O DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE PALMITAL. Abertura: 16/03/2023 às 07:45h.
O(s) Edital(is) na íntegra encontra(m)-se disponível(is) no endereço da internet: www.palmital.sp.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Ptal, 14 de fevereiro de 2023. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado – CNPJ nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2023

1. Data, Hora e Local: 14 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas, na sede da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM Nº 81/22"). **2. Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Folha de S. Paulo" nas edições dos dias 11, 12 e 13 de janeiro de 2023, nas páginas A21, A21 e A19, respectivamente. **3. Quórum:** Acionistas representando 77,7% das ações de emissão da Companhia, conforme participação por meio de boletins de voto a distância validados pela Companhia e presenças registradas por meio do sistema eletrônico, nos termos do artigo 47 da Resolução CVM nº 81/22, ficando desta forma constatado o atendimento ao quórum legal para a instalação da Assembleia. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Guillaume Marie Didier Gras; e Secretária: Alessandra de Souza Pinto. **5. Ordem do Dia: (i)** Aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 2.605.397.776,43 (dois bilhões, seiscentos e cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos), mediante a capitalização de reservas, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"); **(ii)** Redução do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 173, da Lei das Sociedades por Ações, em R$ 7.133.404.372,71 (sete bilhões, cento e trinta e três milhões, quatrocentos e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), mantendo-se inalterado o número de ações, mediante a entrega de ações ordinárias de emissão do Almacenes Éxito S.A. ("Éxito") de propriedade da Companhia, aos seus acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Alteração do artigo 8º do Estatuto Social de forma a prever que as Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia ou, ainda, por empregados da Companhia que possuam cargos de diretores, ainda que não estatutários, que escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos; **(iv)** Alteração do artigo 8º, item "x" do Estatuto Social para substituir membros do Conselho de Administração e da Diretoria por administração e incluir a competência de fixação da remuneração do Conselho Fiscal, caso instalado; **(v)** Alteração do artigo 13, parágrafo 3º do Estatuto Social de forma a prever que a substituição dos cargos de Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia será deliberada pelo próprio órgão; **(vi)** Alteração do artigo 28, parágrafo 2º do Estatuto Social de forma a prever que a representação da Companhia em atos que importem em aquisição, oneração ou alienação de bens, inclusive bens imóveis, seja realizada por quaisquer dois diretores estatutários ou por um diretor estatutário e um procurador, não se restringindo à figura do Diretor-Presidente; **(vii)** Alteração do artigo 32, parágrafo 4º do Estatuto Social de forma a esclarecer que o Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, pode aprovar pagamentos de juros sobre capital próprio; **(viii)** Alteração do artigo 33 do Estatuto Social de forma a suprimir o prazo para pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, sendo que tal prazo será deliberado pelo órgão societário competente quando da aprovação de referida distribuição; **(ix)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações acima propostas; e **(x)** Realocação do montante de R$ 234.859.239,54 (duzentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), decorrente de incentivos fiscais outorgados à Companhia nos anos de 2017 a 2021, inicialmente destinados à Reserva de Expansão prevista no Estatuto Social da Companhia, para a Reserva de Incentivos Fiscais, prevista no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. **6. Deliberações:** Inicialmente, foi aprovado por unanimidade dos acionistas presentes (i) a dispensa da leitura do Edital de Convocação, da Proposta da Administração da presente Assembleia, bem como do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins a distância, tendo em vista que tais informações são de ampla divulgação; e (ii) que a publicação da ata seja feita com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A seguir, a Secretária informou aos presentes que (i) a ata será lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) protestos, questionamentos e requerimentos dissidentes sobre as matérias a serem deliberadas deveriam ser apresentados, por escrito, à Mesa, na forma prescrita no artigo 130, §1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações. Prestados os esclarecimentos preliminares, a Assembleia deliberou: **6.1.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 2.605.397.776,43 (dois bilhões, seiscentos e cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos), mediante a capitalização de reservas, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. Consequentemente, o capital social da Companhia passará de R$ 5.861.071.486,00 (cinco bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais) para R$ 8.466.469.262,43 (oito bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), sem a alteração do número de ações. **6.2.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, ficando registrado que a maioria dos acionistas titulares de ações em circulação da Companhia presentes na assembleia votaram favoravelmente à sua aprovação, aprovar: (i) a redução do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 173, da Lei das Sociedades por Ações, em R$ 7.133.404.372,71 (sete bilhões, cento e trinta e três milhões, quatrocentos e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), passando de R$ 8.466.469.262,43 (oito bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos) para R$ 1.333.064.889,72 (um bilhão, trezentos e trinta e três milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), mantendo-se inalterado o número de ações, mediante entrega aos acionistas, proporcionalmente a sua participação no capital social da Companhia, de 1.080.556.276 (um bilhão, oitenta milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, duzentas e setenta e seis) ações ordinárias de emissão do Éxito de propriedade da Companhia, que perfazem a proporção de 4 (quatro) ações de emissão do Éxito para cada ação da Companhia e correspondem a 86,3% (oitenta e seis inteiros e trinta centésimos por cento) da participação da Companhia no capital social do Éxito (excluídas as ações em tesouraria), cujo valor contábil corresponde ao valor da redução de capital ora aprovada, com data base em 30 de setembro de 2022, conforme informado no ITR do 3º trimestre de 2022 da Companhia; e (ii) a consequente alteração do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará, sujeito ao prazo de oposição de credores descrito abaixo, a ter a seguinte redação: "***Artigo 4º** - O capital social da Sociedade é R$ 1.333.064.889,72 (um bilhão, trezentos e trinta e três milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 270.139.069 (duzentas e setenta milhões, cento e trinta e nove mil e sessenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.*" O prazo de 60 (sessenta) dias para oposição dos credores, em conformidade com o disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, iniciar-se-á na data da publicação desta ata. Por se tratar de ações emitidas por emissor estrangeiro, tais ações serão distribuídas (i) aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia, conforme exposto abaixo, na forma de *Brazilian Depositary Receipts* patrocinados Nível II lastreados em ações ordinárias de emissão do Éxito ("BDR"), a serem admitidos à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e (ii) aos acionistas detentores de *American Depositary Receipts* de emissão da Companhia, na forma de *American Depositary Receipts* Nível II lastreados em ações ordinárias de emissão do Éxito ("ADR"), a serem admitidos à negociação na *New York Stock Exchange* (NYSE). Tendo em vista não ser legalmente e operacionalmente possível entregar BDRs para os acionistas que possuírem seu investimento registrado na Companhia como investimento direto nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, tais acionistas deverão receber ADRs ou ações ordinárias de emissão do Éxito, na mesma proporção dos demais acionistas, ou seja, 4 ações de emissão do Éxito para cada ação da Companhia. A distribuição dos BDRs e ADRs aos acionistas e detentores de ADRs da Companhia em decorrência da redução de capital ocorrerá após o final do prazo de oposição de credores e a obtenção dos registros dos programas de BDRs e ADRs do Éxito e suas respectivas listagens, conforme data de corte e procedimentos a serem informados oportunamente pela Companhia. **6.3.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a alteração do parágrafo único artigo 8º do Estatuto Social de forma a prever que as Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia ou, ainda, por empregados da Companhia que possuam cargos de diretores, ainda que não estatutários, que escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos; o qual passará a ter a seguinte redação: "***Artigo 8º** - [...] **Parágrafo Único** - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia ou, ainda, por empregados da Companhia que possuam cargos de diretores, ainda que não estatutários, que escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos.*" **6.4.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a alteração do artigo 8º, item "x" do Estatuto Social para substituir membros do Conselho de Administração e da Diretoria por administração e incluir a competência de fixação da remuneração do Conselho Fiscal, caso instalado, o qual passará a ter a seguinte redação: "***Artigo 8º** - [...] x. definir a remuneração global anual da administração da Companhia.*" **6.5.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a alteração do artigo 13, parágrafo 3º do Estatuto Social de forma a prever que a substituição dos cargos de Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia será deliberada pelo próprio órgão, o qual passará a ter a seguinte redação: "***Artigo 13** - [...] **Parágrafo 3º** - No caso de vacância de qualquer dos cargos de Co-Vice-Presidente, o Conselho de Administração poderá eleger um substituto ao cargo para permanecer até o término do respectivo mandato.*" **6.6.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a alteração do artigo 28, parágrafo 2º do Estatuto Social de forma a prever que a representação da Companhia em atos que importem em aquisição, oneração ou alienação de bens, inclusive bens imóveis, seja realizada por quaisquer dois diretores estatutários ou por um diretor estatutário e um procurador, não se restringindo à figura do Diretor-Presidente, o qual passará a ter a seguinte redação: "***Artigo 28** - [...] **Parágrafo 2º** - Para os atos que importem em aquisição, oneração ou alienação de bens, inclusive bens imóveis, bem como os atos de constituição de procuradores para tais práticas, a Companhia deverá ser representada, obrigatoriamente, por 2 (dois) Diretores ou 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em conjunto.*" **6.7.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a alteração do artigo 32, parágrafo 4º do Estatuto Social de forma a esclarecer que o Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, pode aprovar pagamentos de juros sobre capital próprio, o qual passará a ter a seguinte redação: "***Artigo 32** - [...] **Parágrafo 4º** - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral, poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observada a taxa e os limites definidos em lei.*" **6.8.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a alteração do artigo 33 do Estatuto Social de forma a suprimir o prazo para pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, sendo que tal prazo será deliberado pelo órgão societário competente quando da aprovação de referida distribuição, o qual passará a ter a seguinte redação: "***Artigo 33** - O montante dos dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio será colocado à disposição dos acionistas no prazo a ser deliberado pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral, podendo ser atualizados monetariamente, conforme determinação do Conselho de Administração, observadas as disposições legais pertinentes.*" **6.9.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações ora aprovadas, que passará a vigorar na forma do Anexo II à presente ata. **6.10.** Por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, aprovar a alteração da proposta da administração de realocação do montante de R$ 234.859.239,54 (duzentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), decorrente de incentivos fiscais outorgados à Companhia nos anos de 2017 a 2021, inicialmente destinados à Reserva de Expansão prevista no Estatuto Social da Companhia, para a Reserva de Incentivos Fiscais, prevista no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. **7. Documentos Arquivados:** Ficam arquivados na sede da Companhia: (i) Edital de Convocação; (ii) Proposta da Administração; (iii) mapas de votação sintético e consolidado; (iv) boletins de voto a distância recebidos diretamente pela Companhia; (v) orientações de voto e protestos recebidos, numerados e autenticados pela mesa; e (vi) gravação da íntegra da presente Assembleia Geral. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, lida e achada conforme e assinada eletronicamente. Todos os acionistas conectados na plataforma digital foram considerados presentes e assinantes da ata e do livro de presença de acionistas, nos termos do artigo 47, § 1º, da Resolução CVM nº 81/22. **9. Certidão:** A presente é cópia fiel do original lavrado no livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia, nos termos do artigo 130, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. São Paulo, 14 de fevereiro de 2023. **10. Assinaturas:** Mesa: Presidente - Guillaume Marie Didier Gras; Secretária - Alessandra de Souza Pinto. São Paulo, 14 de fevereiro de 2023. Mesa: **Guillaume Marie Didier Gras** - Presidente; **Alessandra de Souza Pinto** - Secretária.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 012/2023. **OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de tendas, conforme justificativa e anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** o dia 02/03/2023 às 10h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 14 de Fevereiro de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Sindicato dos Empregados Rurais de Nova Europa/SP

Edital de Errata. Conforme Edital – Aviso publicado no Jornal **"Folha de São Paulo"**, no dia 06 de fevereiro de 2023, às páginas **A17, onde se lê** ... "**Chapa Única – Diretoria Efetiva: Presidente:** Marcelo José de Souza; **Vice-Presidente:** Juarez Augusto dos Santos; **Secretário:** Roberisvan Freire dos Santos; **Tesoureiro:** José Pereira da Silva; **Diretoria Suplentes:** Cleonice Rosa de Souza, Jaine Paloma Floriano Pereira, Amarildo Aparecido Martins e Abner Henrique de Souza; **Conselho Fiscal Efetivos:** Dilson Rosa de Souza, Gerlene Cardoso dos Santos e Antonio Domingues de Oliveira; **Conselho Fiscal Suplentes:** Ronaldo dos Santos, Jeferson Júnior Lourenço da Silva, Cleriston Souza dos Santos; **Delegado Representante Efetivo:** Marcelo José de Souza e Juarez Augusto dos Santos; **Delegado Representante Suplente:** Roberisvan Freire dos Santos e José Pereira da Silva **....**" **leia-se** ..."**Chapa Única – Diretoria Efetiva: Presidente:** Marcelo José de Souza; **Secretário:** Juarez Augusto dos Santos; **Tesoureiro:** José Pereira da Silva; **Diretoria Suplentes**: Cleonice Rosa de Souza, Amarildo Aparecido Martins e Abner Henrique de Souza; **Conselho Fiscal Efetivos:** Dilson Rosa de Souza, Roberisvan Freire dos Santos e Antonio Domingues de Oliveira; **Conselho Fiscal Suplentes:** Ronaldo dos Santos, Jeferson Júnior Lourenço da Silva, Cleriston Souza dos Santos; **Delegado Representante Efetivo:** Marcelo José de Souza e Juarez Augusto dos Santos; **Delegado Representante Suplente:** Roberisvan Freire dos Santos e José Pereira da Silva....." Permanecendo inalterados e em pleno vigor os demais termos do **edital de registro de chapas** que não foram mencionados nesta errata.

Nova Europa/SP, 15 de fevereiro de 2023. ***Marcelo José de Souza*** – *Presidente*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA
Aviso de Licitação
Modalidade: Tomada de Preço
Processo nº 16/23
Tomada de Preço nº 01/23

Convenio N. 103645/2022 celebrado entre o Município de Populina e o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional

Encontra-se aberto nesta municipalidade a Tomada de Preço acima citada para a Contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para execução de obras de recapeamento asfáltico em CBUQ em diversas ruas do município de município de Populina. Valor Estimado da obra R$ 419.182,34, Caução para participação R$ 419,19. A visita técnica é obrigatória e deverá ser efetuada pelo sócio proprietário ou por profissional devidamente credenciado nas datas especificadas no edital, devendo ser agendada com antecedência, no Departamento de Engenharia, pelo Telefone 17 – 99154-5389, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Data para apresentação das "documentações e propostas" até às 16:00 horas do dia 03 de março de 2023. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua 13 de maio, 1211, Centro, pelo telefone (17) 99154-5389, bem como no site www.populina.sp.gov.br.

Populina, 14 de fevereiro de 2023. **Adauto Severo Pinto – Prefeito Municipal.**

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL: 011/2022. OBJETO:** Contratação de Empresa especializada para instalação de prateleiras e cubas em aço para padronização do Banco da Alimentos e acomodação das mobílias do patrimônio público, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 02/03/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 14 de Fevereiro de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 32.885/2023. PPnº05/2023. Às 9:30horas do dia 02/03/2023. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para captura de animais. O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

a) Magno Sauter - Secretário Municipal de Saúde.

SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINPESCATRAESP
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2023

O **SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINPESCATRAESP,** CNPJ no 58.255.795/0001-69, com sede na rua João Silveira, nº 876 casa 05 – Vila Lígia, Guarujá/SP, em cumprimento ao disposto no art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, científica os empregadores estabelecidos na sua base territorial, do desconto de salário do mês de março/2023 de seus empregados, referente a contribuição sindical, cujo valor está estabelecido no art. 582 da CLT, devendo recolhê-la no mês de abril/2023, em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, sob pena da cobrança ser acrescida das cominações do artigo 600 da CLT. Ficam desde já notificados os senhores empregados e empregadores, que a Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 25/01/2023, autorizou, prévia e expressamente o desconto da contribuição sindical de todos os integrantes da categoria profissional, associados ou não, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 8º e 149 da Constituição Federal, 545, 578 e seguintes e 610 da CLT, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017.

Guarujá/SP, 15 de fevereiro de 2023.
Jorge Machado da Silva - Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230085

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230085, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 852023, até o dia 06/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220015

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220015, de interesse do Corpo de Bombeiros Militar – CBMCE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Uniformes Operacionais para os BBMM. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 19962022, até o dia 06/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Fevereiro de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAÇATUBA E REGIÃO - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Modificação Estatuto - Pelo presente Edital redigido pelo Secretário Geral e assinado por mim, o **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAÇATUBA e REGIÃO - SISEMA**, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 55.753.826/0001-13, organização legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, **CONVOCA TODA À CATEGORIA, INCLUINDO OS SERVIDORES DA SEDE E DE TODA A BASE EXTENDIDA,** quais sejam, servidores e empregados públicos da administração pública direta e indireta, incluindo os que trabalham junto às Prefeituras, Câmaras Municipais, e Fundações, ainda que contratados de forma Temporária, excluídos os temporários contratados por intermediação de empresas de serviços terceirizados, na Base Territorial abrangida pelos Municípios de **Araçatuba, Luiziânia, Alto Alegre, Queiroz, Iacri, João Ramalho, Santópolis do Aguapeí, Clementina, Gabriel Monteiro, Monções, Guzolândia, Buritama, Lourdes, Planalto, Zacarias, Turiúba**. para que **COMPAREÇAM na SEDE do SISEMA** na Rua XV de novembro nº 181, Centro, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, CEP 16.010-030, no **dia 10 de março de 2023, às 17:30h,** a fim de participar da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** nos termos do Estatuto vigente e a fim de deliberar sobre: **1 - Alteração do Estatuto Social do SISEMA para aprovar novo texto com diversas pequenas correções e especialmente para: -** Autorizar e regular a prestação de serviços aos associados; **-** Modificação de direitos e deveres bem com situações de suspensão e ou exclusão, saída e retorno ao quando de associados; **-** Modificar a duração do mandato sindical para 4 anos, diminuir o número de suplentes de alguns cargos eletivos, modificação de regras eleitorais para elegibilidade; **-** Criar mensalidades diferenciadas para Aposentados e para cargos Comissionados permitindo maior número de filiações; **-** Regular o número de assembleias obrigatórias e indicar quais delas exigem votação secreta. Os artigos atingidos são Art. 4º, Art. 7º Art. 9º, Art. 10º, Art. 11º, Art. 16º, Art. 20º, Art. 21º, Art. 25º, Art. 26º, Art. 27º, Art. 30º, Art. 35º, Art. 39º, Art. 41º, Art. 42º, Art. 45º, Art. 46º, Art. 47º e Art. 48º. **2 -** Ratificações de todas as Alterações Estatutárias anteriores; **3 -** Aprovação das Atas da última assembleia realizada; **4 -** Outros assuntos relacionados. As votações das pautas propostas serão feitas pelos quóruns exigidos no estatuto, sendo que, em eventualmente necessária uma segunda convocação e votação, fica a mesma desde já convocada para às 18h na mesma data e local. Cópia deste edital ficará afixada na Sede do SISEMA. Araçatuba, 10 de fevereiro de 2023. **Denilson Antônio Pichitelli -** Presidente; **Luís Roberto dos Santos Brás -** Secretário Geral; **João Ribeiro Marin -** Tesoureiro.

Prefeitura Municipal de Boraceia

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 3/2023

Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de poda de árvores com limpeza e erradicação de árvores. Abertura: 03/03/2023 às 9h00. Edital/Anexos: www.boraceia.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARUTAIÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2023

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de Material de Limpeza para vários departamentos da prefeitura Municipal de Sarutaia, conforme especificações. **Data de abertura da sessão:** dia 27 de Fevereiro de 2023, às 13:00 horas. Edital disponível no sitio eletrônico www.sarutaia.sp.gov.br e www.bllcompras.com. **Local:** Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Maiores informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – licitacoes@sarutaia.sp.gov.br.

Município de Sarutaia, 14 de Fevereiro de 2023.
Isnar Freschi Soares - PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202206793/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00136 - PARA AQUISIÇÃO DE: KIT DE VITRECTOMIA.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 01/03/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **15/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.enegocios-publicos.com.br.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2023 - Processo nº 540/23

Objeto: implantação de registro de preços para aquisição de coletes balísticos, em atendimento à Secretaria de Segurança Pública desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET" - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia 02/03/2023 às 09h00. O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail. **Hamilton Cesar de Paula Roza -** Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2023

Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto Municipal Regulamentar nº 7003, de 29 de junho de 2022, torna público, que realizará Pregão Eletrônico no dia **06 de março de 2023, às 08h30min**, objetivando selecionar fornecedores para o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando a aquisição de materiais de enfermagem para serem utilizados no Centro de Saúde, nas ESF's e no Pronto Socorro do município de Junqueirópolis/SP.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis: Avenida Junqueira, nº 1396 – Centro – Junqueirópolis/SP, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitações, nos dias de expediente, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 14 de fevereiro de 2023. **ISRAEL GUMIERO, Diretor de Saúde**

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Concorrência Pública Nº 01/2023 – contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos e execução da obra de construção do Hospital Municipal de Paranapanema. Informamos a quem possa interessar que o edital foi RETIFICADO: as correções tratam-se apenas de erro de digitação em valores unitários e/ou fórmulas de planilha. Não foi adicionado, subtraído ou substituído nenhum serviço e nem alterado seus quantitativos. Ficam mantidas as demais disposições do Edital original. A sessão cuja abertura está marcada para o dia 07/03/2023 às 10h00min fica mantida. Com relação a qualificação técnica:

ONDE-SE LÊ:

8	11.115	EXECUÇÃO DE CUBÍCULO TIPO METAL ENCLOSED ISOLAÇÃO E QUADRO DE MEDIÇÃO (CABINE BLINDADA)	UNID	11 UNID.

LEIA-SE:

8	11.115	EXECUÇÃO DE CUBÍCULO TIPO METAL ENCLOSED ISOLAÇÃO E QUADRO DE MEDIÇÃO (CABINE BLINDADA)	UNID	11 UNID.

Maiores informações pelo telefone (14) 99670-9667 ou email: danila.compras@paranapanema.sp.gov.br. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 14/02/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP
Extrato de Contrato

Termo de alteração contratual nº 01/23 – Prorrogação. Contrato nº 81/22 - Processo nº 414/22. Contratado: MATHESIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. **Objeto:** "Construção remanescente da CRECHE ESCOLA no Bairro São Matheus, município de Jumirim/SP". **Modalidade:** TOMADA DE PREÇOS: n° 01/2022. **Data da assinatura do aditamento:** 13 de fevereiro de 2023. **Valor:** R$ 2.064.948,27 (dois milhões, sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos). **Vigência:** 25/02/2023 à 25/04/2023 ou até que haja a competente assinatura do novo contrato, que será firmado através do processo licitatório a ser instaurado para este fim.

Termo de alteração contratual nº 04/23 – Prorrogação. Contrato nº 62/21 - Processo nº 48/21. Contratado: RESOFT CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA. Objeto: "Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação), dos seguintes sistemas integrados de gestão pública": orçamento, contabilidade pública e tesouraria, controle interno, administração de pessoal / folha de pagamento, holerite Web, compras e licitações, almoxarifado, patrimônio, protocolo, administração tributária, ISSQN Web, serviços Web, processos de execução fiscal, gerenciamento de água e esgoto, controle de frota, Portal da Transparência, cidadão/ouvidoria, aplicativo prefeitura, atendimento ao cidadão através de WhatsApp, Saúde, Educação e Assistência Social além dos seguintes serviços complementares: (I) serviços de implantação, instalação e configuração, (II) apoio técnico a distância, (III) atualização e manutenção dos sistemas e (IV) manutenção dos programas e bancos de dados". **Modalidade:** Pregão Presencial nº 09/21. **Data da assinatura do aditamento:** 13 de fevereiro de 2023. **Valor:** Em concordância de ambas as partes, não haverá cobrança de mensalidade no período prorrogado. **Vigência:** 13/02/2023 à 15/03/2023 ou até que haja a competente assinatura do novo contrato, que será firmado através do processo licitatório a ser instaurado para este fim.

Jumirim, 14 de fevereiro de 2023. Daniel Vieira - Prefeito Municipal

---

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230136

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230136, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1362023, até o dia 06/03/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230043

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230043, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 432023, até o dia 06/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
SECRETARIA DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 051/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço em ministração de aulas nas modalidades de artes marciais, ginástica artística, skate e tênis, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 03/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - EDITAL: Disponível a partir do dia 16/02/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Elza de Oliveira Silva - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 052/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro De Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de materiais de consumo hospitalar, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 03/03/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - EDITAL: Disponível a partir do dia 16/02/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Amélia Bastos de Lemos - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 053/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de cortejo funerário, recolha e transporte de cadáveres e serviços de tanatopraxia, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 03/03/2023 às 14h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - EDITAL: Disponível a partir do dia 16/02/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Elza de Oliveira Silva - Pregoeira

JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA-JUCEMG638

Edital de Leilão 001/2023 **SICOOB CREDINTER/MG** torna público que levará a leilão online 16/03/2023 1ª Praça e 31/03/2023 2ª Praça, a partir das 13:00 horas, seu imóvel: Uma casa residencial urbana ainda em fase de acabamento, com área de 510,00m², situada à Rua A, nº 54, no loteamento, denominado Jardim Lucíola, bairro das Três Barras, na cidade de **SERRA NEGRA/SP. Matrícula de nº 7.845.** Informações e edital no site: www.mgl.com.br ou pelo fone: 08002422218.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202206325/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00153 - PARA AQUISIÇÃO DE: FENTANILA,CITRATO 0,05MG/ML - 10 ML; LIDOCAINA, CLORIDRATO 2% S/V - 20ML E IMUNOGLOBULINA G COELHO ANTI TIMOCITOS HUMANOS 25MG FR/A.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 01/03/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **15/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.enegociospublicos.com.br**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

TERMO DE SUSPENSÃO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023 – PROCESSO Nº 002/2023 – O Exmo. Sr.Prefeito Municipal do Município de Laranjal Paulista, faz saber que foi SUSPENSA a licitação do Pregão Presencial Registro de Preços nº 001/2023, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE OXIGENOTERAPIA: CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, LOCAÇÃO DE CPAP, AUTOMÁTICO, LOCAÇÃO DE VENTILADOR MECÂNICO BIPAP, OXIGÊNIO MEDICINAL E LOCAÇÃO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,** da sessão pública designada para o dia 15 de Fevereiro de 2.023 às 9:00 horas, para análise no conteúdo do Edital, ficando **PRORROGADO** o prazo de entrega e abertura dos envelopes propostas para o dia **17 de Fevereiro de 2.023 às 9:00 horas**, no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP. Laranjal Paulista, 14 de Fevereiro de 2.023-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal da Estância Climática de Campos Novos Paulista

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº. 05/2023 - Processo nº. 454/2023

Objeto: "contratação de empresa de engenharia especializada para realização de obra de infraestrutura urbana – recapeamento asfáltico e serviços complementares (sinalização viária), no Conjunto Habitacional Armando André Toppan, com o fornecimento de material e mão de obra, nesta cidade, conforme Convênio nº DEMANDA – 048059 SH-PRC-2022-00109DM, celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria da Habitação, e o Município de Campos Novos Paulista, objetivando a transferência de recursos para a implementação do Programa Especial de Melhorias – PEM". Vencimento: 03 de março de 2023, às 09h00. - Edital pela "página eletrônica": www.camposnovospaulista.sp.gov.br - Maiores informações: Departamento de Engenharia e Departamento de Obras e Serviços Urbanos – Departamento de Licitações e Contratos – Rua Edgard Bonini "Dengo", 492, Campos Novos Paulista/SP, fone-fax (14) 34761144. Campos Novos Paulista,13 de fevereiro de 2023. Flavio Fermino Euflauzino - Prefeito Municipal

---

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP**, avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, registrada sob nº 01/2023**, que objetiva a outorga de permissão de uso a título precário e oneroso do espaço público denominado Recinto de Exposições "Dr. Rodolfo Abdo", localizado na Estrada Municipal, s/nº, Santa Fé do Sul - SP, para a realização da Feira Industrial, Comercial, Cultural e Agropecuária - FICCAP, de acordo com as especificações contidas no Anexo I - Projeto Básico, tendo início às 09h00 do dia 20 de março de 2023, com a abertura dos envelopes às **09h10** do mesmo dia. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente, podendo ser retirado gratuitamente, no site www.santafedosul.sp.gov.br. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 14 de fevereiro de 2023.

EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023
PROCESSO Nº 011/2023 – D.A. – D.C.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL
OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de fraldas geriátricas para a Seção Técnica de Serviço Social do Departamento de Saúde do Município de Mirassol/SP
TIPO: "MENOR PREÇO GLOBAL".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Lote 01: Do dia 14/02/2023 até o dia 03/03/2023 às 14:00 horas.
Abertura das "Propostas" do Lote 01: Dia 03/03/2023 às 14:00 horas.
Início da Disputa de Preço do Lote 01: Dia 03/03/2023 a partir das 14:05 horas.
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br - www.mirassol.sp.gov.br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, CEP nº 15130-065, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 14 de fevereiro de 2023.
Edson Antonio Ermenegildo
Prefeito Municipal

Tribunal de Justiça de Pernambuco

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008.2023.CPL.PE.0005.TJPE.FERM-PJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00041439-40.2022.8.17.8017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL PARA ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Recebimento de propostas até: 06/02/2023, às 14h. Início da disputa: 06/02/2023, às 15h (horários de Brasília). A disputa se dará no site www.peintegrado.pe.gov.br. Edital, Anexos e outras informações podem ser obtidos também no site www.tjpe.jus.br ou através do nosso e-mail: licita@tjpe.jus.br

Recife, 14/02/2023
Alberto Medeiros - Pregoeiro - CPL/OSE.

Edital de Divulgação e Registro de Chapa - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ESCOVAS E PINCÉIS DE SÃO PAULO, com base nos Municípios de São Paulo, Osasco, Santana de Parnaíba e Taboão da Serra, com sede na Rua Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança nº 1168 Sala 01, Vila Jaguara, São Paulo/SP, CEP 05117-002, referente a **ELEIÇÕES SINDICAIS** de conformidade com o Estatuto Social e Leis vigentes comunica em cumprimento ao disposto no Art. 21 do Estatuto desta Entidade que foi registrada uma única chapa para concorrer a Eleição a que se refere o Edital publicado no dia 06/02/2023 no jornal Folha de São Paulo na página A-17, **CHAPA Nº 1 ÚNICA: Diretoria Executiva:** IZABEL CASTRO LACERDA - Presidente; ALESSANDRA MIRANDA COSTA - Vice-Presidente; TARKLEY MONTGOMERY SOUZA DE FREITAS - Tesoureiro; NEIDE KORODI - Secretária. **Conselho Fiscal:** MARCELO RODRIGO LEME, ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS, REGINA DA GRAÇA DE SOUZA. **Suplente:** FABIANO COSTA DA SILVA, EDMAR DE JESUS RIOS, JONES FERREIRA DE CAMPOS JUNIOR. **Delegados Representantes Junto a FETICOM/SP:** IZABEL CASTRO LACERDA; TARKLEY MONTGOMERY SOUZA DE FREITAS. **Suplente:** NEIDE KORODI; e MARCELO RODRIGO LEME. Nos termos do Art. 54 dos Estatutos desta Entidade, o prazo para impugnação é de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste aviso, devendo este ser encaminhado em forma de requerimento à Comissão Eleitoral na sede da entidade das 8:00h às 17:00h. As eleições serão conforme publicado no Edital do dia 06/02/2023. Nos dias 10 e 13 de março de 2023, sendo 01 (uma) urna no Sindicato, 01 (uma) urna itinerante nas empresas das 09:00h às 17:00h. São Paulo,15 de fevereiro de 2023. **Benedito Argeu dos Santos -** Coordenador do Processo Eleitoral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2022.
Processo n.º 10.405/2022.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NAS RUAS MARCO CAMPARI E LUIZ PANARO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, NESTE MUNICÍPIO".
Entrega dos Envelopes: 13 de março de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 13 de março de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do **dia 23 de Fevereiro de 2023 até o dia 12 de Março de 2023**, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.
Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matricula n.º 14.676 conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial. Americana, 14 de Fevereiro de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230086

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230086 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 862023, até o dia 06/03/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Fevereiro de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230081

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230081, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 812023, até o dia 06/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2023. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2023 - Processo nº 19844/22

Objeto: Prestação de serviços para limpeza e desinfecção de caixas d'água, incluindo materiais e mão de obra, atendimento à Secretaria da Saúde, desta Prefeitura. HOMOLOGO para que surta seus efeitos legais o resultado do julgamento do Pregoeiro, ficando ADJUDICADO o seu objeto nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores a favor da empresa: Bioveton Serviços Ltda. - ME.

Gabriela Moreira Rocha - Secretária da Saúde

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

COMUNICADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023
PROCESSO DAAE Nº 3.457 de 09/12/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDIDORES VOLUMÉTRICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO PLANO DE COMBATE A PERDAS ATRAVÉS DA SUBSTITUIÇÃO DOS HIDRÔMETROS INSTALADOS HÁ MAIS DE 05 (CINCO) ANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL. Comunica-se a todos os interessados que foram procedidas alterações no Edital do presente Certame. As alterações poderão ser consultadas no site: www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Publique-se!
Araraquara, 14 de Fevereiro de 2023
Delorges Mano - Superintendente

Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

AVISO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

A FUNPEC torna público para conhecimento dos interessados, que até o dia 10/03/2023, às 17h (Horário de Brasília), estaremos recebendo propostas de preços para contratação do novo Sistema Integrado de Gestão da Fundação. O Termo de Referência com as demais especificações e detalhes encontra-se à disposição dos interessados, na sede e site da FUNPEC, Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, em horário comercial e no site: www.funpec.br. Natal, 03 de janeiro de 2023.

Wigner Fernandes Costa - Presidente da Comissão

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA
SECRETARIA DE OBRAS – SO

Acha-se aberta a seguinte licitação:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº03/2023 – PC:0428/22 – OBJETO: Execução de Serviços de Manutenção, Melhorias e Conservação de Núcleos e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social. Os recursos financeiros para cobrir as despesas são oriundos do Tesouro Municipal e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FUMAPIS. A pasta contendo o edital e seus anexos estarão disponíveis pela internet no site www.diadema.sp.gov.br (Compras Públicas / Consulta de Editais e Atas) ou poderá ser retirada pessoalmente de segunda a sexta-feira, das 10hs às 16hs, na Secretaria de Obras, sito à Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3269 – VI. Nogueira, Diadema, mediante a apresentação de um disco compacto DVD-R (recordable) para cópia do arquivo. Abertura 20 de março de 2023, às 10:00 horas no local supracitado. Informações de 2ª a 6ª feira, das 9hs às 13hs e das 14hs às 17hs, no endereço acima ou pelos tels: 4072-9227 e 9226 ou no endereço eletrônico: licitacao.obras@diadema.sp.gov.br.

megaleilões – LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO 01/03/2023 ÀS 15H00 - 2º LEILÃO 03/03/2023 ÀS 15H00

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Barueri-SP.** Bairro Sítio das Palmeiras/Califórnia (Bairro dos Altos). Rua do Ouvidor, nº 480 [illegible]. Área do terreno condominial para utilização exclusiva de 73,3347m² (incluindo a projeção da edificação, quintal e garagem) e área privativa (coberta) de 59,850m². Matr. 155.299 do RI local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e lançada no Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador. (ii) Ocupada (AF). **1º Leilão: 01/03/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 638.737,44. 2º Leilão: 03/03/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 255.000,00. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br**. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. **Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.**

Mais informações: (11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

bradesco – EDITAL DE LEILÃO

"LEILÃO ON-LINE"

1ºLEILÃO: **09/03/2023** ÀS 15h. - 2ºLEILÃO: **14/03/2023** ÀS 15h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **SÃO PAULO - SP. BAIRRO BRÁS.** Rua Do Lucas, nº 225. Apto nº 31 (3º Pav) da Torre 2 do Cond. Valores Brás – Torre Veneza, [illegible] Matr. 142.555 do 3ºRI Local. Obs: Ocupado. (AF). 1º leilão: 09/03/2023, às 15h. **Lance mínimo: R$ 679.665,97** e 2º Leilão: 14/03/2023, às 15h. **Lance mínimo: R$ 298.340,48** (caso não seja arrematado no 1º leilão). Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Técnica e Preço No 20220005 - IG No 1210723000

A Secretaria da Casa Civil torna público a Concorrência Pública Nacional No 20220005 de interesse da Secretaria do Turismo, cujo objeto é a contratação de serviços de consultoria para supervisão da execução das obras constantes do Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. ENDEREÇO E DATA DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Avenida Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Edson Queiroz, no dia 11 de abril de 2023 às 9:00 h. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br ou na Central de Licitações do Estado do Ceará (endereço acima), munido de um DVD virgem ou Pen Drive. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Fevereiro de 2023. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE-PRESIDENTE DA CCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA SERRA /SP

Aviso de Abertura de Licitação: Tomada de Preços nº 004/2023 – Edital nº020/2023 – Processo nº 048/2023. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de levantamentos topográficos, elaboração de projeto topográfico, projetos executivos para edificações nas áreas de arquitetura, elétrica, hidráulica, estrutura, elaboração de projeto na área de infraestrutura para execução de obras de pavimentação, galerias de águas pluviais, terraplanagem, recapeamento, elaboração de orçamento e cronograma de obra no município de Santa Maria da Serra/SP. Valor total estimado dos serviços: R$345.222,03. Entrega dos envelopes de documentos, proposta e do credenciamento: até o dia 08 de março de 2023, às 13:30h, no Setor de Compras e Licitação, na Prefeitura Municipal.

Aviso de Abertura de Licitação: Concorrência Pública nº 002/2023 – Edital nº 022/2023 – Processo nº 023/2023. Objeto: Concessão de uso remunerado de espaço físico para exploração comercial, localizado no Terminal Rodoviário (espaço 04). Entrega dos envelopes de documentos, proposta e do credenciamento: até o dia 22 de março de 2023, às 09:00h, no Setor de Compras e Licitação, na Prefeitura Municipal.

Os editais na íntegra encontram-se à disposição dos interessados no site www.santamariadaserra.sp.gov.br. Informações pelo e-mail licitacao@santamariadaserra.sp.gov.br ou no Setor de Compras e Licitação, nos dias e horários de expediente. Santa Maria da Serra, 14 de fevereiro de 2023. Josias Zani Neto – Prefeito Municipal.

União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo – USPESP

Comunicamos aos Associados(as) que de acordo com o decidido na Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2023, foi aprovado o reajuste da mensalidade social, a partir de 1º de março de 2023. A mensalidade atual de R$ 30,00 (trinta reais), vigente desde Março de 2020, será corrigida para R$ 36,00 (trinta e seis reais).

Comunicamos, outrossim, que as Colônias de Férias de Águas de São Pedro, Águas de Lindóia, Campos do Jordão, Praia Grande e Socorro, estão funcionando normalmente.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.
A DIRETORIA

BIASI leilões – EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE – RODOBENS

1º Leilão: dia 23/02/2023 às 16h40 2º Leilão: dia 24/02/2023 às 16h40

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S.A.**, CNPJ/MF sob nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 23 de Fevereiro de 2023 às 16h40 horas. Segundo Leilão: dia 24 de Fevereiro de 2023 às 16h40 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: APARTAMENTO Nº 208**, localizado no 2º pavimento da Torre 1, integrante do Condomínio **"TIT NOVO OSASCO"**, situado no alinhamento da Av. Walter Boveri, Rua Quatro e Rua Santos Futebol Clube, nº 720, Fazenda Bussocaba, nesta cidade de Osasco/SP, contendo a área privativa total de 48,4700 m², área de uso comum de 44,4650 m² (já incluído o direito ao uso de 01 vaga indeterminada, localizada na garagem coletiva do condomínio), área total de 92,9350 m², correspondente à fração ideal de terreno de 0,00331186. Matrícula nº 95.415 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 192.500,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 141.242,17.** [illegible] www.biasileiloes.com.br [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras – Secretaria Municipal da Educação. **EDITAL:** 003/2023. **OBJETO:** Credenciamento e recebimento de propostas de associações ou cooperativas da agricultura familiar, visando à aquisição de batata lisa, batata doce rosada, cenoura sem rama, limão taiti, chuchu, beterraba fresca, abóbora japonesa, cebola, mandioca descascada a vácuo, tomate salada, laranja pera, escarola, pimentão verde, berinjela, melancia de primeira, mexerica, repolho liso, banana nanica em pencas, brócolis sem folhas, salsa fresca, acelga extra, alface, couve manteiga, couve-flor, espinafre, goiaba vermelha, manjericão, morango, pêssego, almeirão, abacaxi perola, abobrinha italiana, diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural que apresentarem condições técnicas para atender à legislação vigente e solicitação da Administração, para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para entrega parcelada. **MODALIDADE:** Chamada Pública. **DATA DO CREDENCIAMENTO:** até às 08h30min do dia 09/03/2022 – no momento do credenciamento dos interessados deverão atender às exigências do Edital, apresentando toda a documentação para avaliação junto ao Departamento de Compras do Município sito na Av. Professor Carvalho Pinto, 207, 2º andar, Sala 11, Centro, Caieiras, SP. O Edital poderá ser retirado até o dia 08/03/2023. Os interessados poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 14 de Fevereiro de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Edital - Aviso às Empresas Contribuição Sindical - Exercício 2023 - O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ, com base territorial nos municípios de Santo André e Mauá, no cumprimento da legislação em vigor, faz saber e **NOTIFICA** as empresas integrantes das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, a saber: Trabalhadores Metalúrgicos das Indústrias de Esquadrias e Construções Metálicas; Indústrias de Fundição; Indústrias de Componentes para Veículos Automotores; Indústrias de Forjaria; Indústrias de Parafusos, Porcas, Rebites e Similares; Indústrias de Máquinas; Indústrias de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos; Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares; Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar; Indústrias de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais não Ferrosos; Indústrias de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários; Indústrias de Artefatos de Metais não Ferrosos; Indústrias de Balanças, Pesos e Medidas; Indústrias de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação; Indústrias de Artefatos de Ferros, Metais e Ferramentas em Geral; Indústrias de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares; Indústrias de Estamparia de Metais; Indústrias de Funilaria e Móveis de Metal; Indústrias de Mecânica; Indústrias de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies; Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios; Indústrias de Material Bélico; Indústrias de Rolhas Metálicas, da obrigatoriedade do desconto dos trabalhadores que autorizarem o desconto da **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** de seus empregados no mês de **MARÇO/2023**, o valor equivalente a um (01) dia de trabalho, em favor deste Sindicato e recolhida no mês de ABRIL de 2023. Os recolhimentos deverão ser feitos até o dia 30 de abril de 2023 e as guias para o devido recolhimento deverão ser retiradas através do site: www.sindmetalsa.org.br. Após o recolhimento, as empresas deverão enviar ao Sindicato, Sede Santo André, Rua Gertrudes de Lima, 202, Centro, Santo André, SP, cópia da Guia quitada acompanhada da relação nominal dos empregados que especificará o salário recebido no mês da incidência da contribuição, a função exercida, o valor recolhido e o número de inscrição no Programa de Integração Social - PIS (NT/SRT/MTE n 202/2009). Compreende a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além da importância fixa estipulada, as gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens a qualquer título paga pelo empregador. Ficam notificadas as empresas enquadradas na relação acima descrita que o não recolhimento da **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2023** de seus empregados no prazo previsto, sujeitará a empresa às penalidades previstas no art. 600 da CLT e Lei 6.986/82, como também sanções de cobrança executiva. **Cícero Firmino da Silva -** Presidente.

BIASI leilões – LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 27/02/2023 às 15h 2º Leilão: dia 03/03/2023 às 15h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10114584007, firmado em 18/05/2007, no qual figura como Fiduciante **NAIR NICHELLATTI**, brasileira, viúva, empresária, CI.RG. 1.260.051-SSP/SC, CPF nº 695.205.859-15, residente e domiciliada na cidade de Joinville/SC, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 27 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 321.868,60 (Trezentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **UM TERRENO, situado em Joinville/SC, Lote 18, da Quadra "G", do Parcelamento denominado "NOVA VILA", fazendo frente ao Sul, medindo 12,61m, na Rua Adolpho Kluver (antiga Rua I), fundos ao Norte, medindo 12,61m, com o lote 3; a Leste, lado direito de quem da rua olha, medindo 30,00m, com o lote 17; a Oeste, lado esquerdo, medindo 30,00m, com o lote 19; contendo a área total de 378,30 m². No terreno foi construída UMA CASA EM ALVENARIA, com área global de 165,67 m² que recebeu o nº 235, da Rua Adolpho Kluver. Matrícula nº 100.263 do 1º Registro de Imóveis de Joinville/SC. Obs: A Av.08, 09 e 10 (INDISPONIBILIDADE E PENHORA), O Banco está providenciando a regularização na matrícula**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de março de 2023, às 15:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 160.934,30 (Cento e sessenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PECINI LEILÕES – EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE – PLANETA SECURITIZADORA CRED

DATAS: 1º Público Leilão: 22/02/2023, às 13h30 | 2º Público Leilão: 24/02/2023, às 13h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **PLANETA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ/RFB nº 07.587.384/0001-30, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04, nº 13.043/14 e nº 13.465/17, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 06/03/2020, na cidade de São Paulo/SP, o **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 231, LOCALIZADO NO 20º ANDAR DO EDIFÍCIO CAROLINE**, situado na Rua Afonso Braz, nº 103, e Rua Mainá, 24º Subdistrito - Indianópolis, São Paulo/SP. Áreas: Privativa de 517,220m², já incluído um depósito localizado nos subsolos; Comum de Garagem de 168,180m2, que corresponde ao direito de uso de 06 (seis) vagas na garagem coletiva do edifício; Comum de 175,248m²; Total de 860,648m²; Fração Ideal de 4,1837% do terreno. Matrícula Imobiliária nº 161.282 do 14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 041.288.0066-1. Consolidação da Propriedade Fiduciária em 27 de janeiro de 2023. **Valores dos Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 26.648.576,64. 2º Leilão: R$ 17.043.774,28. Regras, Condições e Informações: 1. Os leilões serão realizados apenas na modalidade ONLINE. 2.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **3.** Forma de pagamento do valor da arrematação: À vista ou por meio financiamento, conforme regras informadas no Edital Completo de Leilão. **4.** O Arrematante pagará, à vista, a comissão de 5,00% da Leiloeira, e arcará com todas as despesas, custas, taxas, impostos, ITBI, e emolumentos para a transferência patrimonial do imóvel arrematado; **5.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **6.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **7. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas para tal ato; **8.** A venda em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL COMPLETO DE LEILÃO**, disponível no Portal **WWW.PECINILEILOES.COM.BR**, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **MARCO AURÉLIO LUZ GONÇALVES**, inscrito no CPF/RFB sob o nº 524.080.001-49 e **ANA PAULA KATALIFOS GONÇALVES**, inscrita no CPF/RFB sob o nº 187.115.988-16, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: **contato@pecinileiloes.com.br**, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Av. Rotary, 187 - Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220017

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220017 de interesse da Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuros e eventuais serviços de 240 (duzentos e quarenta) bombeamentos com análise físico-química, 290 (duzentos e noventa) instalação de sistemas simplificados com chafariz de 5.000L, e, 80 (oitenta) instalação de sistemas simplificados na rede de distribuição em poços tubulares nas regiões: Grande Fortaleza, Maciço do Baturité, Sertão Central, Vale do Jaguaribe e Litoral Leste do Estado do Ceará, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23912022, até o dia 06//03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Fevereiro de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

BIASI leilões – LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 23/02/2023 às 14h 2º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10169513406, firmado em 12/11/2021, no qual figura como Fiduciante **CRISTIANO ANTONIO SOARES**, RG nº 30.034.555-0-SSP/SP, CPF nº 258.035.698-36, brasileiro, solteiro, torneiro mecânico, residente e domiciliado em Sumaré/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de fevereiro de 2023, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 261.205,33 (Duzentos e sessenta e um mil, duzentos e cinco reais e trinta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 13C (Tipo C2), localizado no 2º pavimento Tipo (1º andar), do Bloco "C", do "CONDOMÍNIO VIVA VISTA MIRANTE", sito à Avenida A, nº 330, lote 02 da quadra D, no Loteamento Residencial Viva Vista, distrito de Nova Veneza, Município e Comarca de Sumaré/SP, que possui a área privativa total de 67,150 m², área de uso comum de 63,150 m², área real total de 130,300 m², fração ideal (%) 0,68532%, fração ideal (m² terreno) 62,20 m², com direito ao uso de 01 vaga de garagem descoberta e indeterminada, localizada no pavimento térreo. Matrícula nº 176.117 do Registro de Imóveis de Sumaré/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de março de 2023, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 131.998,50 (Cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões – LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 23/02/2023 às 14h 2º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10128154904, firmado em 27/11/2013, no qual figuram como Fiduciantes **ROBSON APARECIDO MANTINI**, brasileiro, empresário, RG nº 27.596.972-1-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 293.622.558-20 e sua mulher **GIULIANA ROSSI MANTINI**, brasileira, supervisora de atendimento, RG nº 19.324.532-2-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 312.854.988-52, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados em Pirituba/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de fevereiro de 2023, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.286.389,33 (Um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **UM TERRENO situado na Rua Avelino Zanetti, lote 11B, da subdivisão do lote 11, da quadra 61, do Jardim Cidade Pirituba, no 31º Subdistrito – Pirituba, que assim se descreve: medindo 5,00m de frente para a citada via pública, 5,00m nos fundos, confinando com parte do lote nº 18, 25,00m da frente aos fundos em ambos os lados, do lado direito de quem do imóvel olha para a via pública, confinando com o remanescente desse mesmo lote (lote 11-A, do projeto de desdobro) e do lado esquerdo com o lote 10, encerrando a área de 125,00 m². No terreno foi construído UM PRÉDIO que recebeu o nº 49, da Rua Avelino Zanetti, com a área construída de 143,74 m². Matrícula nº 154.408 do 16º oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de março de 2023, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 643.194,67 (Seiscentos e quarenta e três mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

pine.com

Banco Pine S.A.

CNPJ nº 62.144.175/0001-20 - NIRE 35300525515 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convocados os senhores acionistas do **BANCO PINE S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, como segue: **Data:** 17 de março de 2023, às 09:00 horas. **Local:** Sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - Bloco 4 - 6° andar - Condomínio Edifício São Luiz - Vila Nova Conceição - CEP 04543-900 - São Paulo-SP. **Ordem Do Dia:** **Sessão Ordinária:** 1. Deliberar sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2022, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 06.02.2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2022, conforme proposta aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023; 3. Referendar o pagamento aos acionistas de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 20.01.2023; 4. Deliberar sobre a definição do número de membros a serem eleitos para compor o Conselho de Administração; 5. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, com fixação de seu mandato; e 6. Deliberar sobre a proposta de fixação do valor global anual de remuneração dos Administradores para o exercício de 2023, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023. **Sessão Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a proposta de alteração do valor global anual de remuneração dos Administradores, referente ao exercício de 2022, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023. **Noberto Nogueira Pinheiro** - Presidente do Conselho de Administração **Informações Gerais:** Este Edital de Convocação, as Propostas do Conselho de Administração e demais documentos e informações exigidos pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas, na sede do Banco e estão sendo disponibilizados, inclusive, no site www.ri.pine.com - Atas e Comunicados, estando também disponíveis nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CVM. **Participação nas Assembleias:** Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição financeira escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância deverá observar as regras previstas na Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022, e no Boletim de Voto a Distância, disponível nos endereços acima indicados. **Adoção do Voto Múltiplo:** Nos termos do artigo 3° da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 55/2023 UASG Nº 926703 - Processo nº: 3200.129927.2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO À PROTEÇÃO DE TALUDES E BARREIRAS COM REVESTIMENTO EM GEOCOMPOSTO DE PVC, COM COBERTURA DE PROTEÇÃO MECÂNICA EXECUTADA EM CHAPISCO JATEADO DE CIMENTO E AREIA, NO TRAÇO 1:3, PARA A PREVENÇÃO DE EROSÃO, INCLUINDO PREPARAÇÃO, LIMPEZA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DOS ENTULHOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 15/02/2023 das 08h00 às 12h00 e de 13h as 17h30.

Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL, CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 15/02/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 03/03/2023 às 9h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 14 de fevereiro de 2023.
Elizame Guedes Evangelista
Pregoeira – CPL/ARSER

Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.

CNPJ/ME nº 33.489.514/0001-01 - NIRE 35.235.513.643

Ata de Reunião de Sócios realizada em 11 de fevereiro de 2023

I. Data, Horário e Local: Realizada em 13 de fevereiro de 2023, às 8:30 horas, na sede da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. ("Sociedade"), localizada na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 7º andar, CEP 04571-010, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **II. Presença**: Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes nesta ata. **III. Convocação**: Dispensada a convocação, em razão da presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"). **IV. Mesa**: Presidente: **Luiz Maia de Gutierrez Ballester**; Secretário: **Caio de Lima Pereira Pessoa. V. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a redução de capital da Sociedade, com a consequente alteração do Artigo 5º do seu Contrato Social. **VI. Deliberações**: Após examinados e discutidos, a Sócia decide: (a) Aprovar a redução do capital da Sociedade **de** R$323.157.557,00 (trezentos e vinte e três milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais) **para** R$ 263.157.557,00 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais), representando uma redução, portanto de R$ R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por ser considerado elevado para a prática do seu objeto social. (b) A deliberação realizada no **Item (a)** somente se tornará eficaz após (i) decorridos 90 (noventa) dias da publicação desta Ata, conforme dispõe o artigo 1.084, §1º do Código Civil Brasileiro, sem que haja impugnação de credores quirografários da Sociedade; e (ii) após o atingimento das condições estabelecidas na Cláusula 5.2.1. (Restricted Payments) do Loan and Guarantee Agreement firmado entre o Inter-American Investment Corporation, Inter-American Development e a Sociedade. (c) Dessa forma, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em direitos, bens e moeda corrente nacional, é de R$263.157.557,00 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais), divididos em 263.157.557 (duzentas e sessenta e três milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentas e cinquenta e sete) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor (R$)	Participação Capital Social
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	263.157.557	263.157.557,00	100%

Parágrafo Primeiro: Cada quota dá o direito a um voto nas deliberações dos sócios. **Parágrafo Segundo:** De acordo com o artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **Parágrafo Terceiro:** Todas as quotas e quaisquer valores mobiliários conversíveis em quotas emitidos pela Sociedade, nesta data ou futuramente, que sejam de titularidade da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., bem como dividendos, rendimentos, juros sobre capital próprio e demais valores que venham a ser distribuídos à Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., foram alienados fiduciariamente em favor do (i) Inter-American Development Bank - IDB, representado pelo seu agente, representante e procurador, o Inter-American Investment Corporation; e (ii) Inter-American Investment Corporation ("Credores"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças, datado de 21 de setembro de 2020, conforme aditado de tempos em tempos, para garantir as obrigações decorrentes do Contrato de Empréstimo e Garantia (Loan and Guarantee Agreement), datado de 18 de setembro de 2020, conforme aditado de tempos em tempos, os quais se encontram arquivados na sede da Sociedade. Todas as quotas, bens e/ou direitos alienados fiduciariamente acima descritos não poderão ser, de qualquer forma, vendidos, cedidos, alienados, contribuídos, gravados (inclusive, sem limitação, mediante outorga de opções) ou onerados pela Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., sem a prévia e expressa aprovação dos Credores. Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. apenas exercerá os seus direitos de voto de acordo com os termos do referido Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças. **Parágrafo Quarto:** Sem prejuízo de e em adição à alienação fiduciária da propriedade resolúvel e a posse indireta de todas as quotas da Sociedade instituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças celebrado por Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., na condição de alienante fiduciário, a Sociedade, na qualidade de Interveniente Anuente, e os Credores, datado de 21 de setembro de 2020, sobre todas as referidas quotas e quaisquer valores mobiliários emitidos pela Sociedade, nesta data ou futuramente, que sejam de titularidade da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., bem como dividendos, rendimentos, juros sobre capital próprio e demais valores que venham a ser distribuídos à Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., foi instituído usufruto condicional em benefício dos Credores para garantir as obrigações decorrentes do Contrato de Empréstimo e Garantia (Loan and Guarantee Agreement), datado de 18 de setembro de 2020, conforme aditado de tempos em tempos, os quais se encontram arquivados na sede da Sociedade, de acordo com o Contrato de Constituição de Usufruto Condicional de Quotas, celebrado por Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., na condição de Nu-Proprietário, os Credores, na condição de credores garantidos, e a Sociedade, na qualidade de Interveniente Anuente, datado de 21 de setembro de 2020, o qual também se encontra arquivado na sede da Sociedade. Todas as quotas, bens e/ou direitos sobre os quais recai o usufruto condicional não poderão ser, de qualquer forma, vendidos, cedidos, alienados, contribuídos, gravados (inclusive, sem limitação, mediante outorga de opções) ou onerados pela Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., sem a prévia e expressa aprovação dos Credores. Na hipótese de ocorrência dos eventos que tornem o usufruto condicional eficaz, os Credores, ou quem estes indicarem, passarão a exercer e usufruir os direitos de usufruto, inclusive, mas não se limitando a, os direitos políticos, econômicos e patrimoniais referentes às quotas em lugar da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. de acordo com os termos do referido Contrato de Constituição de Usufruto Condicional de Quotas datado de 21 de setembro de 2020. **Parágrafo Quinto:** A Sócia Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. declara que o saldo de R$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) ficará em reserva para futuro aproveitamento." (d) Por fim, ficam desde já os administradores da Sociedade autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à consumação da deliberação ora aprovada, inclusive e especialmente no que diz respeito à publicação da presente ata para os fins do parágrafo primeiro do artigo 1084 da Lei 10.406 de 2002 (Código Civil), bem como o seu posterior arquivamento perante a junta comercial competente, nos termos ora aprovados, tão logo todos os consentimentos e aprovações necessários junto a terceiros tenham sido obtidos pela Sociedade (se e conforme aplicável). **VII. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata**: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata em forma de sumário, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os sócios. **VIII. Assinatura**: Presidente: **Luiz Maia de Gutierrez Ballester**; Secretário: **Caio de Lima Pereira Pessoa**; Sócia Presente: **Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.** São Paulo/SP, 13 de fevereiro de 2023. **Mesa: Luiz Maia de Gutierrez Ballester -** Presidente; **Caio de Lima Pereira Pessoa -** Secretário. **Sócia: Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. -** Luiz Maia de Gutierrez Ballester, Diretor.

Por que juros tão altos?

Particularidades do mercado de crédito brasileiro ajudam a explicar taxas elevadas

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

Se juros altos são um remédio contra a inflação, as taxas de juros das últimas décadas parecem indicar que o Brasil precisa de doses muito altas do remédio. Faz sentido isso?

Na verdade, faz. No Brasil, mudanças nas taxas de juros do Banco Central têm efeito relativamente pequeno no crédito. Isso explica, em parte, por que juros no Brasil precisam subir mais que em outros países para gerar um dado efeito na demanda e na inflação.

O Banco Central controla a taxa que o governo paga em sua dívida (a Selic), que é a taxa básica da economia. A Selic, por sua vez, afeta as outras taxas da economia. Juros mais altos tornam o crédito mais caro, o que reduz a demanda por bens na economia. Isso abranda a pressão sobre os preços (diminui a inflação), mas também desestimula a produção e as vendas.

Há, porém, duas particularidades do Brasil que afetam a transmissão de política monetária para o mercado de crédito. Na comparação com outros países, o Brasil apresenta: 1) uma proporção muito maior de crédito direcionado; e (2) uma diferença muito maior entre as taxas de juros pagas pelas pessoas e a taxa básica do Banco Central.

O crédito direcionado é aquele que precisa, por lei, fluir para setores ou fins específicos. Em geral, as taxas de juros nessas modalidades não reagem a mudanças nas taxas de mercado.

Por exemplo, a poupança rende 6,17% ao ano mais a TR, que reage muito pouco a mudanças na taxa Selic. Muito dos recursos da caderneta de poupança precisa ser usado para financiamento imobiliário. Essas taxas não devem responder a mudanças na taxa Selic.

Algo semelhante acontece com boa parte do crédito agrícola.

Até pouco tempo atrás, os juros de empréstimo do BNDES não tinham relação com as taxas de mercado. Isso mudou em 2018, quando foi instituída a TLP. Ainda assim, essas taxas de juros de longo prazo são afetadas por muitas outras coisas além da política monetária. Por exemplo, falas do presidente que geram insegurança sobre a inflação a médio prazo chacoalham essas taxas.

A segunda particularidade brasileira é que o spread bancário é muito alto. A diferença entre as taxas cobradas pelos bancos e a taxa básica da economia é muito maior que na maioria dos países parecidos com o Brasil.

Por exemplo, as taxas de juros do cheque especial andam perto de 8% ao mês. Suponha que o Banco Central reduza as taxas de juros em 0,5% (ao ano), de modo que a taxa mensal caia de, digamos, 1,08% para 1,04% ao mês. Se pessoas físicas pagam juros de 7,87% ao mês, a queda para 7,83% afetaria o quê? A diferença é tão grande que nem é claro que essa taxa reaja a mudanças na Selic.

Por causa dessas duas particularidades, o efeito de mudanças na taxa de juros do BC nas taxas de mercado é menor no Brasil que em outros países. Estudos empíricos corroboram essa tese.

Como boa parte do mercado de crédito é pouco afetada pela taxa Selic, o BC precisa aumentar mais os juros para obter um dado efeito na demanda (e na inflação).

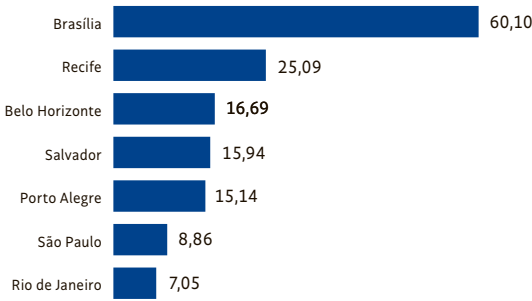
Para aumentar a sensibilidade das taxas de mercado às taxas de juros do BC, precisamos de medidas que reduzam os spreads bancários, atrelem as taxas do crédito direcionado à taxa Selic ou cortem o crédito direcionado.

Seguindo uma lógica parecida, uma redução no crédito do BNDES (gerada, por exemplo, por cortes nos subsídios) abre espaço para um aumento no crédito na economia (ou seja, para uma queda nas taxas de juros de mercado) sem gerar inflação. Isso explica em parte a grande queda na taxa de juros, com aumento de inflação, iniciada em 2017. Ou você acha que foi porque o presidente Temer não gostava dos rentistas?

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | **QUI. Cida Bento,** Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Preços pressionam folião

Inflação da cesta de Carnaval nas capitais*

Variação acumulada em 12 meses, até janeiro, em %

*Cesta composta por até 21 itens em cada cidade

Fonte: IPC-S/FGV Ibre

Onde parte dos itens de Carnaval subiu mais

Variação acumulada em 12 meses, até janeiro, em %

Categoria	Capital	Variação
Passagem aérea	Brasília	149,55
Tarifa de táxi	São Paulo	42,19
Transporte por app	Salvador	25,76
Gastroprotetor	Recife	17,29
Hotel	Porto Alegre	17,12
Cerveja e chope fora de casa	Recife	14,74
Refeições em bares e restaurantes	Belo Horizonte	11,58
Refrigerante e água mineral fora de casa	Porto Alegre	11,43

Inflação pesa mais no bolso do folião no Carnaval de 2023

Passagem aérea, refeição, cerveja e até remédio contra ressaca ficam mais caros

ALALAÔ

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Não importa se o folião vive em Brasília, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, São Paulo ou Rio de Janeiro. Quem quiser aproveitar o retorno dos blocos oficiais de Carnaval em 2023 deve encontrar preços mais altos nessas sete capitais.

É o que indica levantamento do economista Matheus Peçanha, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

De acordo com a análise, a cesta de itens associados ao Carnaval subiu acima da inflação geral em todas as sete capitais.

Brasília aparece em primeiro no ranking: a inflação do Carnaval acumulou alta de 60,1% em 12 meses até janeiro. No mesmo período, a inflação geral medida pelo IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor - Semanal) na capital federal foi de 5,20%.

Segundo Peçanha, a disparada da cesta local foi puxada pelas passagens aéreas, que acumularam avanço de 149,55% em 12 meses.

Os bilhetes de avião pesam no orçamento do folião de Brasília que planeja viajar para outro local no Carnaval, uma vez que a variação das passagens no IPC-S é calculada com base na origem dos voos.

Para quem permanecer na capital federal, outros itens consumidos no período também ficaram mais caros.

Entre eles estão o ônibus interurbano, cuja tarifa aumentou 10,21% em 12 meses até janeiro, e os doces e salgados fora de casa, que subiram 9,30%.

A cesta elaborada por Peçanha contempla até 21 itens associados ao Carnaval, especialmente serviços, em cada capital. Todos integram o IPC-S, que é divulgado pelo FGV Ibre.

Depois de Brasília, Recife tem a segunda maior alta da cesta de Carnaval até janeiro: 25,09%.

Foliã em bloco de pré-Carnaval nos Campos Elíseos, região central de SP Bruno Santos - 11.fev.23/Folhapress

A cesta de Carnaval é focada em serviços. Mostra como o setor vem gerando aumento de preços. O Carnaval é uma data propícia para esse tipo de consumo

Matheus Peçanha
economista do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) e autor do levantamento

Belo Horizonte (16,69%), Salvador (15,94%) e Porto Alegre (15,14%) aparecem na sequência. São Paulo (8,86%) e Rio de Janeiro (7,05%) fecham a lista da inflação do folião.

O IPC-S, de modo geral, ficou abaixo desses níveis nas capitais. Em 12 meses até janeiro, o índice avançou 6,42% em Recife, 3,93% em Belo Horizonte, 4,97% em Salvador, 4,06% em Porto Alegre, 4,55% em São Paulo e 4,38% no Rio de Janeiro.

Para Peçanha, a cesta de Carnaval acumulou inflação superior em razão da reabertura do setor de serviços após as restrições da pandemia.

Com a retomada das atividades, a demanda ficou mais aquecida, pressionando os preços nos últimos 12 meses, segundo o economista.

"A cesta de Carnaval é focada em serviços. Mostra como o setor vem gerando aumento de preços. O Carnaval é uma data propícia para esse tipo de consumo", afirma.

Nos últimos 12 meses, as refeições em bares e restaurantes, que integram a cesta do folião elaborada pelo pesquisador, subiram 11,58% em Belo Horizonte. Foi a maior variação das capitais.

Porto Alegre teve o segundo maior aumento desse item (9,99%), seguida por Recife (8,24%).

Cerveja e chope também estão custando mais nas sete capitais. Recife teve o maior avanço: 14,74%. Porto Alegre registrou a segunda maior alta nos preços de cerveja e chope (13,06%). Belo Horizonte (9,14%), a terceira.

Até curar a ressaca deve sair mais caro neste ano. Recife registrou a maior alta do gastroprotetor (17,29%), seguida pelos avanços no Rio de Janeiro (7,96%) e em Salvador (7,12%).

O gastroprotetor inclui os medicamentos que costumam ser comprados por quem passou da conta no consumo de bebidas alcoólicas.

Refrigerantes e água mineral fora de casa, por sua vez, acumularam inflação de até 11,43% nas capitais pesquisadas. Essa variação foi registrada em Porto Alegre.

A segunda maior alta de refrigerantes e água mineral ocorreu em Belo Horizonte (11,13%). Recife (10,55%) vem em seguida.

O transporte por aplicativo é outro item da cesta de Carnaval que avançou nos 12 meses até janeiro. Salvador acumulou a maior inflação desse serviço: 25,76%. Belo Horizonte (12,89%) e Porto Alegre (10,62%) aparecem depois.

Já a passagem aérea subiu mais em Brasília (149,55%), Recife (66,45%) e Porto Alegre (62,01%). Os preços de hotel avançaram mais na capital gaúcha (17,12%), em Belo Horizonte (16,61%) e em Salvador (9,17%).

Nem toda TV Box é ilegal; saiba se seu aparelho será bloqueado

SÃO PAULO Nem toda TV Box é ilegal e será incluída nas medidas anunciadas pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que vai bloquear o sinal de aparelhos clandestinos.

As TV Boxes transformam televisões mais antigas em SmartTVs, com conexão à internet, e possibilitam o acesso a canais e apps. Alguns desses dispositivos, porém, capturam sinal de emissoras de TV a cabo, o que é crime, segundo a legislação brasileira.

A Anatel diz ter coletado aparelhos piratas, também chamados de "gatonet", em varejistas e marketplaces por quase dois anos, para analisar riscos a usuários e redes de telecomunicação.

Assim, a agência conseguiu identificar quais dispositivos recebem sinal extraviado e ainda notou a presença de um programa malicioso (malware) que permite a criminosos assumir o controle de TV Boxes irregulares e desviar dados por meio de redes de internet.

Muitos desses dispositivos acessam o sinal de televisão via padrão IPTV (sigla em inglês para televisão por protocolo de internet). Operadoras como a Claro e a Vivo oferecem esse serviço para seus assinantes.

As TV Boxes irregulares, porém, conseguem decodificar canais pagos sem repassar os devidos valores às empresas que oferecem serviço de televisão fechada.

Caso tenha acesso a canais exclusivos de TV a cabo ou a filmes e séries originalmente disponíveis em plataformas de streaming sem pagar taxa periódica, seu aparelho é ilegal.

Alguns "gatonets" cobram mensalidade ou anuidade, mas quem recebe esse dinheiro são os criminosos que extraviam conteúdo. A prática viola a lei dos direitos autorais (9.610/1998) e a Lei Geral de Telecomunicações (9.472/1997) e é crime.

Os aparelhos regularizados pela Anatel tem número de certificação, que deve estar exposto na embalagem. O consumidor pode procurar esse cadastro no site da agência e ver se o equipamento está homologado.

São exemplos de aparelhos regulamentados: Apple TV, Google Chromecast, Xiaomi Mi TV Stick, Amazon Fire TV e Roku Express.

A educadora Margareth Pereira, 42, em sua casa que está interditada, em Petrópolis Eduardo Anizelli/Folhapress

Após 1 ano, foco da tragédia de Petrópolis está sob escombros

Cidade continua sem previsão de novas moradias após temporal que deixou 235 mortos e 2 desaparecidos

Júlia Barbon e Eduardo Anizelli

PETRÓPOLIS (RJ) Não se sabe mais o que é concreto, roupa, terra ou mato. As escadas e rampas que levavam até as casas mais altas do Morro da Oficina agora viraram uma trilha tortuosa e repleta de escombros, que permanecem intocados há exatamente um ano.

"Não limparam nada", critica a educadora Margareth Pereira, 42, enquanto pula de uma pedra a outra para chegar ao seu sobrado. Ela teve que deixar o imóvel no dia 15 de fevereiro de 2022, quando uma avalanche de água e lama varreu dezenas de casas e matou famílias inteiras a poucos metros de sua sala.

A cidade de Petrópolis, na serra do Rio de Janeiro, contou 235 mortos naquela tarde, grande parte deles nesse morro. Outras duas pessoas seguem desaparecidas: Lucas Rufino da Silva, 20, que um tio afirma ter retirado dos destroços, mas nunca chegou ao IML, e Heitor Carlos dos Santos, 61, que estava num ônibus.

Até hoje, mais de 3.300 famílias que tiveram que deixar suas moradias dependem de um auxílio público de R$ 1.000, que geralmente não cobre o valor inflacionado dos aluguéis após a tragédia, sem nenhuma previsão para a construção de novas habitações.

Algumas delas foram também cortadas do benefício em meio a um desentendimento entre a prefeitura de Rubens Bomtempo (PSB) e o governo de Cláudio Castro (PL) sobre as regras do pagamento, que está sendo investigado pelo Ministério Público estadual.

Mas há ainda os que nem chegaram a ver esse dinheiro, que exigia um contrato de locação assinado. Cristiane, 56, diz ter ligado para mais de 150 anúncios, mas ninguém aceitou. Desempregada, com três pontes de safena no coração e vivendo de outros auxílios, ela voltou ao seu pequeno imóvel dois meses após o desastre, por isso pediu que seu nome fosse trocado nesta reportagem. Se saísse dali, afirma, suas despesas triplicariam.

As roupas penduradas nos varais sugerem que Cristiane não é a única nessa situação, mas é minoria. Isso porque o cenário no entorno é de terra arrasada, com casas que, se não estão completamente destruídas ou rachadas, estão inabitáveis pela falta de luz e água.

A Prefeitura de Petrópolis —que não diz quantas pessoas aguardam por moradia nem quantas ainda vivem em áreas de risco— afirma que as 48 obras concluídas no último ano "tiveram como foco o restabelecimento da cidade, devolvendo a mobilidade nos principais corredores e vias".

"Vencida essa etapa, o foco agora está nos principais pontos dos desastres do início do ano: Morro da Oficina e Vila Felipe. Para lá, as intervenções serão de grande porte", afirma a gestão do prefeito Bomtempo sobre a demora.

Um programa apelidado de "Recomeço Seguro" foi apresentado aos moradores há duas semanas. Uma parte das casas que ficaram em pé será destruída, e seus donos, indenizados para a construção de grandes estruturas de contenção como barreiras dinâmicas, cortinas atirantadas e muros de gabião.

O valor da indenização, estipulado em R$ 1.000 a R$ 1.700 por metro quadrado, dependendo do padrão da casa, é alvo de críticas da comunidade.

"Gastei uns R$ 500 mil aqui. Mais de 15 anos construindo e vai tudo pro chão", diz a educadora Margareth com a voz embargada ao finalmente alcançar seu sobrado. Ela mostra os corrimões de madeira, as paredes novinhas cor de salmão e a churrasqueira com vista para o deslizamento.

É o mesmo cenário vivido pelo motorista Ricardo Domingos, 44, e pela gari Maria da Conceição, 38, que vivem com três filhos e dois salários mínimos. "Agora você não acha mais casa com aquele conforto. Hoje vivemos em condições precárias", diz Maria.

Da janela ela viu a casa de sua mãe ser engolida pela fumaça dos deslizamentos. Sebastiana Borges, 58, havia saído meia hora antes. Agora, está decidindo qual eletrodoméstico vai ter que vender para pagar o próximo mês de aluguel.

A auxiliar de serviços gerais foi uma das 268 pessoas cortadas do benefício em janeiro, em sua maioria servidores municipais. Os moradores reclamam que o corte ocorreu porque eles receberam 13º salário e férias, o que teria feito a remuneração ultrapassar o limite de três salários mínimos mensais para receber o auxílio.

A gestão de Cláudio Castro —responsável por pagar R$ 800 dos R$ 1.000 do aluguel social—, porém, nega e diz que a suspensão ocorreu após um "pente-fino" do governo e do TCE (Tribunal de Contas do Estado).

Segundo a gestão, auditorias apontaram que parte dessas famílias tinha renda superior ao limite mesmo sem benefícios ou não apresentou o contrato de aluguel. "Caso se comprove o contrário, o benefício será restabelecido", diz.

Já a prefeitura, encarregada dos R$ 200 restantes, não respondeu sobre o corte. A confusão ocorre principalmente porque município e estado não chegaram a um acordo sobre a faixa de renda das famílias elegíveis para o pagamento.

Enquanto a cidade de Petrópolis considera o limite de cinco salários (hoje em R$ 6.510), seguindo a legislação estadual geral, o governo afirma que ele é de três salários (R$ 3.906), de acordo com uma resolução publicada por Castro especificamente para a tragédia.

Além desses problemas, as famílias vivem sem saber até quando vão receber o aluguel social. Devem depender do auxílio por um bom tempo, já que as perspectivas para a construção de novas moradias são mínimas.

O governo do estado diz possuir três terrenos onde serão feitas 350 unidades, mas os projetos ainda estão em fase de elaboração, não têm prazo de entrega e supririam apenas uma pequena parte da demanda.

A prefeitura, quando questionada, não dá qualquer estimativa, citando apenas uma reunião com o Ministério das Cidades de Lula (PT) no fim de janeiro. "O presidente Lula já me alertou sobre a preocupação com Petrópolis", disse o ministro Jader Filho após o encontro.

Pensando em evitar novas tragédias na cidade, o marceneiro Leandro da Rocha, 49, resolveu fundar um instituto com o nome do filho, Gabriel, levado pela enxurrada aos 17 anos após ajudar desconhecidos a saírem pela janela de um ônibus.

Pretende promover cursos de prevenção, primeiros socorros e resgate na instituição, que será inaugurada nesta quarta (15). "Gabriel me deixou um exemplo de amor ao próximo. Me agarrei a isso para continuar a vida", diz.

Local mais afetado pela tragédia de Petrópolis há 1 ano sofrerá intervenções

■ Demolições previstas no Morro da Oficina
■ Barreiras que deverão ser construídas

Fonte: Prefeitura de Petrópolis

Fundação criada depois do desastre em Mariana pode acabar

José Marques

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) revisa os termos de um novo acordo para acelerar a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG), uma das maiores tragédias ambientais do Brasil, ocorrida há mais de sete anos.

Entre as propostas que já vinham sendo acordadas desde a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e foram levadas para o novo governo está o fim gradual das funções da Fundação Renova —entidade bancada pela mineradora Samarco e suas donas, Vale e BHP Billiton. O entendimento é que a Renova não conseguiu atingir os objetivos esperados e tem uma burocracia que dificulta a reparação dos danos do desastre.

A previsão de extinção da fundação é confirmada por diferentes entes públicos que participam das rodadas de negociações e foram ouvidos pela reportagem.

Fazem parte das discussões sobre um novo acordo, além da União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Ministérios Públicos federal e dos estados, defensorias públicas e as três mineradoras.

Na tragédia de Mariana, ocorrida em 5 de novembro de 2015, a barragem operada pela Samarco se rompeu e provocou um tsunami de lama que percorreu 650 km até chegar ao oceano, destruiu vilas inteiras e deixou 19 mortos.

Até o momento, ninguém foi responsabilizado criminalmente pelo desastre.

A Renova nasceu a partir de um primeiro acordo sobre o desastre, firmado ainda na gestão Dilma Rousseff (PT), em março de 2016. À época, a União e os estados queriam dar uma solução rápida à crise provocada pelo impacto ambiental e social do rompimento.

A fundação toca programas que vão do pagamento de indenizações e auxílios aos atingidos ao reassentamento de famílias que perderam suas moradias. A partir de 2021, porém, autoridades e mineradoras chegaram à conclusão de que seria necessário uma repactuação do acordo, diante de entraves nas ações de reparação da tragédia.

A ideia prevista no provável novo acordo é que os serviços que a Renova tem prestado não sejam imediatamente cancelados, até porque a fundação contratou obras de construção de vilas para os atingidos que tiveram suas residências destruídas pela lama de rejeitos.

Os trabalhos da fundaçã seriam gradativamente substituídos pela atuação dos próprios estados e pelas mineradoras.

Havia um consenso entre os entes públicos, até a mudança da gestão federal, de que a Renova é ineficiente e não entrega os resultados esperados, apesar do orçamento que tem.

Agora, o assunto tem sido discutido em diversos ministérios do governo Lula. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, já teve uma reunião preparatória com Marina Silva (Meio Ambiente) e Alexandre Silveira (Minas e Energia).

Ao mesmo tempo, a AGU (Advocacia-Geral da União) tem analisado as questões jurídicas do tema. O governo Lula, porém, ainda não prevê em quais pontos do acordo deve sugerir mudanças e quando espera assiná-lo.

Segundo o procurador da República Carlos Bruno, do Ministério Público Federal em Minas Gerais, o modelo da Renova "fracassou". "Em alguns momentos se pensou até em mudar a administração da Renova, mas a gente chegou à conclusão que o modelo da Renova é insalvável", afirma.

Segundo ele, o problema não está na existência de uma fundação o caso. "Vários acordos do mundo tiveram fundações. O problema é que a Renova foi feita de um jeito em que a fundação é, basicamente, comandada pelas três empresas e termina, na prática, sendo um 'longa manus' [executor de ordens] com objetivo empresarial, que é o de gastar o mínimo possível", afirma.

"A gente nota muitas vezes que a Renova não está preocupada em garantir no prazo mais curto possível a justiça que os atingidos merecem, e muitas vezes fica em discussões pequenas de laudos e metodologia, que na prática visam a contenção de gastos."

Segundo ele, a ideia agora é "tentar reduzir ao máximo as funções da Renova numa eventual repactuação".

A Renova afirma em nota que "permanece empenhada na reparação e na compensação, que se encontram em um momento de avanços e entregas consistentes dos programas que tiveram definição clara pelo sistema de governança participativo".

A entidade diz que já indenizou mais de 400 mil pessoas, afirma que o processo é considerado prioritário e listou números de reconstruções de casas que foram concluídas até o fim de 2022, além de obras de saneamento. "Das 568 famílias que tiveram moradias afetadas pelo rompimento, 209 tiveram os seus casos resolvidos com a mudança para os seus novos imóveis ou indenizações", diz a Renova.

Segundo a fundação, "no total, até dezembro de 2022, foram destinados R$ 28,07 bilhões às ações de reparação e compensação".

> Em alguns momentos se pensou até em mudar a administração da Renova, mas a gente chegou à conclusão que o modelo da Renova é insalvável
>
> **Carlos Bruno**
> procurador do Ministério Público Federal em Minas Gerais

Na pré-pandemia, país tinha 32 mi de crianças e adolescentes pobres

Estudo da Unicef mostra situação em 2019; dados de 2020 e 2021 sobre renda e alimentação mostram piora

Clayton Castelani

SÃO PAULO Seis entre dez crianças e adolescentes brasileiras conviviam em 2019 com um ou mais aspectos da pobreza, que são trabalho infantil e privações de acesso a moradia digna, água, saneamento, informação, renda, alimentação e educação, segundo estudo divulgado nesta terça-feira (14) pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Isso permite ao organismo da ONU afirmar que, ainda antes da pandemia, ao menos 32 milhões de brasileiros de até 17 anos —63% dessa população— viviam na pobreza, quando consideradas as múltiplas dimensões acima mencionadas.

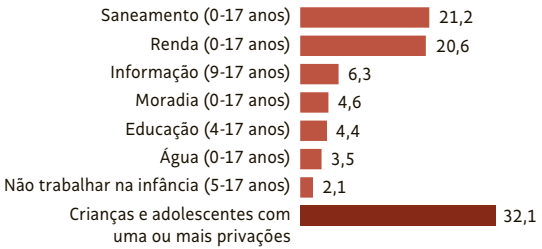
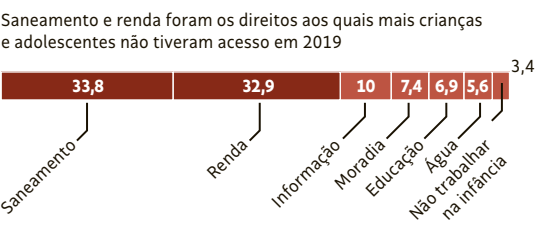
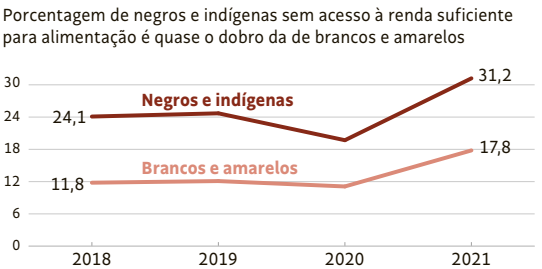
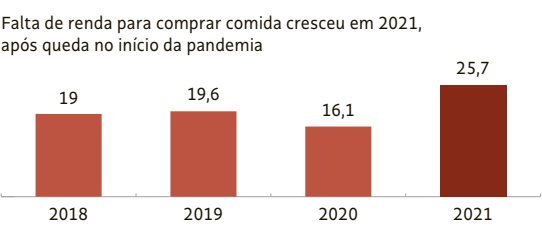
Para analisar a pobreza multidimensional, a pesquisa utilizou dados oficiais, da Pnad Contínua do IBGE, cujo último ano com informações disponíveis para todos os oito indicadores é 2019.

Quando considerados de forma separada os dados sobre renda e alimentação, disponíveis nos levantamentos do IBGE até 2021, e sobre educação, até 2022, o estudo aponta que a privação de direitos fundamentais cresceu para esse público durante a pandemia.

Ao analisar o recorte da renda, que também permitiu ao Unicef estudar a falta de dinheiro para comprar comida, os pesquisadores chegaram à conclusão de que, em 2021, o percentual de crianças e adolescentes que viviam em famílias abaixo da linha de pobreza monetária extrema —menos de US$ 1,90 por dia por pessoa (R$ 9,85, na cotação atual dólar)— alcançou o maior nível dos últimos cinco anos: 16,1% (em 2017 eram 13,8%). Já na educação, após anos em queda, a taxa de analfabetismo dobrou de 2020 para 2022, passando de 1,9% para 3,8%.

Entre as principais privações que impactam a infância e a adolescência estão a falta de acesso a saneamento básico, seguida pela privação de renda e de acesso à informação.

A elas se somam falta de moradia adequada (4,6 milhões), privação de educação (4,3 milhões), falta de acesso a água (3,4 milhões) e trabalho infantil (2,1 milhões). O resultado geral é de 32 milhões porque a mesma pessoa pode estar sujeita a mais de uma dimensão da pobreza.

Ao mensurar a pobreza em suas múltiplas camadas, a organização busca alertar autoridades brasileiras para a urgência de políticas públicas contínuas, com a destinação de recursos suficientes para o enfrentamento de privações, que vão além da falta de renda e que resultam em graves prejuízos para o desenvolvimento da população mais jovem, segundo Liliana Chopitea, chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do Unicef no Brasil.

"Na maioria das vezes, essas privações se sobrepõem. Por isso é urgente o Brasil olhar para a pobreza de forma ampla e colocar a infância e a adolescência no orçamento e no centro das políticas públicas", diz Chopitea.

A pobreza multidimensional impactou mais quem já vivia em situação vulnerável —negros e indígenas, e moradores das regiões Norte e Nordeste—, agravando as desigualdades no país. Entre crianças e adolescentes negros e indígenas, 72,5% estavam na pobreza multidimensional em 2019, contra 49,2% de brancos e amarelos.

Entre os estados, seis tinham mais de 90% de crianças e adolescentes em pobreza multidimensional, todos no Norte e Nordeste.

Na última década, o número de crianças e adolescentes que viviam em domicílios cuja renda familiar era insuficiente para alimentação vinha caindo. A pandemia, no entanto, reverteu essa tendência.

Após uma melhora nos indicadores em 2020, a inconstância no pagamento do Auxílio Emergencial, que chegou a ser descontinuado antes da criação do Auxílio Brasil, foi decisiva para o aumento dos patamares históricos de falta de acesso à renda e, consequentemente, à alimentação adequada, segundo Chopitea.

Entre 2020 e 2021, o número de crianças e adolescentes privados de renda familiar necessária para uma alimentação adequada passou de 9,8 milhões para 13,7 milhões.

Em 2020, apresentou uma queda, possivelmente devido ao Auxílio Emergencial, seguida por uma alta em 2021, quando passou de 16,1% para 25,7%

Os percentuais de privação subiram tanto para negros e indígenas como para brancos e amarelos. O aumento foi maior para o primeiro grupo (31,2%% ante 17,8%), aprofundando a desigualdade.

Situação semelhante ocorreu quando considerado o acesso à renda de modo geral. Até 2019 havia mais de 20 milhões de meninas e meninos vivendo abaixo de um nível mínimo de renda para satisfazer suas necessidades.

Em 2020, com o Auxílio Emergencial, houve uma melhora no percentual de crianças e adolescentes vivendo na extrema pobreza (renda familiar inferior a US$ 1,90 por dia).

Esse cenário, no entanto, não se manteve em 2021. O percentual de crianças e adolescentes vivendo na extrema pobreza e também na pobreza (renda familiar de menos de US$ 5 por dia por pessoa, algo como R$ 25) alcançou o maior nível em relação aos anos anteriores: 16,1%, para a extrema pobreza, e 26,2%, para a pobreza.

Isso significa que o número total de crianças cujas famílias não têm acesso a uma renda adequada aumentou em 3,1 milhões de 2020 para 2021, passando de 19,3 milhões para 22,5 milhões, segundo o Unicef.

A investigação para se chegar à falta de dinheiro para comer é diferente do calculo do acesso à renda porque resulta de uma série de cruzamentos de dados, embora também tenha como base as medições de orçamento familiar realizadas pelo IBGE, explicou Chopitea.

Para avaliar o acesso à alimentação, a equipe de pesquisadores utilizou os dados oficiais para formular médias diferentes de renda per capita mínima para a alimentação necessária para 40 grupos, que correspondem às diferenças de perfis de brasileiros (como região do país e se mora em área urbana ou rural), e aplicou a inflação regional das respectivas cestas.

Brasil tem 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza

Pessoas de 0 a 17 anos privadas de algum direito
Em 2019, em milhões

Distribuição da população de 0 a 17 por tipo de privação
Em %

Saneamento e renda foram os direitos aos quais mais crianças e adolescentes não tiveram acesso em 2019

Parcela afetada pela privação de renda
Em %

Falta de renda para comprar comida cresceu em 2021, após queda no início da pandemia

Porcentagem de negros e indígenas sem acesso à renda suficiente para alimentação é quase o dobro da de brancos e amarelos

Fonte: Unicef

Inteligência artificial ajuda aluno a escrever redação nas escolas

Laura Mattos

SÃO PAULO "A inteligência artificial tornou-se uma ferramenta cada vez mais importante no campo da educação e uma das maneiras mais emocionantes de usá-la é ajudar os estudantes a melhorar suas habilidades de escrita."

Foi assim que a nova vedete da inteligência artificial, a plataforma ChatGPT, iniciou um texto de seis parágrafos quando a **Folha** lhe enviou a seguinte solicitação: "Escreva um artigo sobre o uso da inteligência artificial para estudantes aprenderem a escrever redação".

O artigo ficou pronto em 50,5 segundos. Ainda no primeiro parágrafo, o robô prosseguiu afirmando que as ferramentas "podem fornecer aos estudantes feedback instantâneo sobre seus ensaios, ajudando-os a identificar erros e a melhorar sua escrita com o tempo".

Se é realmente "emocionante", isso já é um juízo de valor feito pelo robô do ChatGPT, mas, de fato, como o texto aponta, essa ferramenta começa a se disseminar na educação, e escolas brasileiras, públicas e particulares, passaram a adotá-la.

Em São Paulo, a inteligência artificial para esse fim deverá ser introduzida nas escolas estaduais ainda neste semestre, de acordo com o secretário de Educação, Renato Feder. "Teremos um programa que apontará instantaneamente para o aluno erros gramaticais, ortográficos e de pontuação, além de explicar a regra", afirmou o secretário à **Folha**. Posteriormente, a redação deve ser encaminhada ao professor, e a plataforma sistematiza a sua correção fazendo ao docente perguntas como "Qual é a aderência do texto ao tema proposto?", "Trabalha com a argumentação?", "Usa raciocínio lógico?", "Traz uma conclusão?".

Segundo Feder, a ferramenta será desenvolvida pela Secretaria de Educação, da mesma forma que o programa implementado nas escolas paranaenses quando ele foi secretário do estado. O Redação Paraná foi criado no primeiro ano da pandemia e é utilizado por estudantes do 6º ao 9º ano e do ensino médio.

O Governo do Espírito Santo também aderiu a essa tecnologia, a partir de parceria com uma startup, a Letrus.

Essa mesma tecnologia já foi utilizada em escolas públicas da Paraíba, do Pará, de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, por meio de projetos financiados por institutos sociais, e atualmente está presente em escolas da Fundação Bradesco e em instituições voltadas à classe a de São Paulo, como a rede Pueri Domus e as escolas do Grupo Bahema, entre as quais a Escola da Vila e a Escola Viva. A Letrus diz ser utilizada por 180 mil estudantes no país —o custo médio programa gira em torno de R$ 100 por aluno por ano.

Professor de língua portuguesa e fundador da empresa, Luis Junqueira admite que, por melhor que seja, uma ferramenta de inteligência artificial não consegue substituir o olhar humano. "Mas facilita o trabalho do professor e pode orientá-lo sobre que dificuldades devem ser observadas", diz ele. "Também é importante o estímulo que o estudante tem ao receber um feedback rápido da sua redação. No Brasil, a grande maioria dos estudantes não consegue ter os seus textos lidos por professores."

A Letrus defende que a ferramenta precisa ser integrada ao currículo escolar, com treinamento dos professores, para que saibam utilizá-la em aula, além de monitorar o desenvolvimento de cada aluno por meio de um histórico de dados e estatísticas.

Plataformas com essa proposta, portanto, segundo ele, diferenciam-se de sites e aplicativos que oferecem correção de redação instantânea gratuitamente (há serviços pagos, como o de escolher um tema livre). Entre elas já se tornaram conhecidas de professores brasileiros a Glau e a Grammarly.

Além de erros gramaticais e ortográficos, as ferramentas se dizem capazes de analisar, em algum grau, a construção de frases e a fluência do texto e, também, de evitar plágios, pesquisando outros textos online ou barrando a possibilidade de copiar e colar.

Mestre em linguística aplicada e professor do Instituto Singularidades, que forma professores e gestores da educação, Maurício Canuto afirma que essas ferramentas podem ser úteis, "desde que consideradas como complementares e sempre utilizadas com a mediação do docente". "A tecnologia pode apontar um erro de pontuação, por exemplo, e explicar a regra, mas não garante que o aluno entenderá", afirmou.

> "Teremos um programa que apontará instantaneamente para o aluno erros gramaticais e ortográficos
>
> **Renato Feder**
> secretário de Educação de SP

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Acolhedora e generosa, fez do amor uma missão

YVONNE CUTAIT (1926 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Yvonne Cutait fez da sua passagem terrena uma missão chamada amor. Espalhou generosidade sem pedir nada em troca. Acolheu quem precisou. Essas são as referências que deixou à família, aos amigos e a todos que cruzaram seu caminho.

Natural de São Paulo, Yvonne era filha de imigrantes vindos da Síria no início do século —a sexta de sete filhos de Rachid e Nazira.

Casou-se com o cirurgião Daher Cutait (1913-2001), de quem foi a grande companheira por mais de 50 anos. Os dois tiveram quatro filhos, um já falecido.

"Ela sempre deu muita força a ele. Como meu pai não ficava muito presente no dia a dia da casa, ela cuidava da casa e dos filhos, com muita alegria. Às vezes, foi meio mãe e meio pai", diz o filho Raul Cutait, professor de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP, membro da Academia Nacional de Medicina e cirurgião digestivo do Hospital Sírio-Libanês.

Em 1965, Daher Cutait foi mentor da criação do Sírio-Libanês e o primeiro diretor clínico. Yvonne também doou parte do seu tempo ao hospital, principalmente nos assuntos voltados à filantropia.

Ela foi uma das primeiras voluntárias, segundo o Hospital Sírio-Libanês. Semanalmente, na própria casa, comandava um grupo de mulheres que fazia bainhas nos lençóis e costuravam camisolas hospitalares para os pacientes internados e atendidos pela filantropia.

Em nota, a SBCP (Sociedade Brasileira de Coloproctologia) citou a importância da participação de Yvonne Cutait nos congressos, ao agregar as esposas dos médicos. Raul Cutait presidiu a SBCP, entidade que teve seu pai como um dos fundadores.

Mulher das artes, no piano e na pintura, Yvonne era amorosa, afetiva, gentil, humilde e resiliente. Foi o porto seguro da família, sempre com sensibilidade.

Yvonne Cutait morreu no dia 3 de fevereiro, aos 97 anos, de causas naturais. Deixou três filhos, três noras, dez netos e 11 bisnetos.

8º ANO

WAGNER F. DE SOUZA WEIDEBACH Nesta quarta (15), às 18h30, Paróquia da Assunção de Nossa Senhora, al. Lorena 665, Jardim Paulista, São Paulo

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Falta achar autor de genocídio de yanomamis, diz ministro

Titular de Direitos Humanos afirma que houve omissão na gestão Bolsonaro

ENTREVISTA
SILVIO ALMEIDA

João Gabriel

Pedro Ladeira - 10.fev.23/Folhapress

Silvio Almeida, 46
Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania. Doutor em direito pela Universidade de São Paulo. Ex-colunista da **Folha**, é advogado, filósofo e presidente do Instituto Luiz Gama. Estuda a desigualdade a partir do conceito de racismo social, termo que dá nome ao último de seus três livros.

BRASÍLIA O ministro Silvio Almeida (Direitos Humanos e Cidadania) diz já haver elementos suficientes para apontar que houve crime de genocídio contra o povo yanomami. Para ele, falta apenas achar a autoria. "Não se chega a uma tragédia desse tamanho sem responsabilidade", afirma em entrevista à **Folha**.

Segundo ele, há fortes indícios de omissão do então presidente Jair Bolsonaro (PL) e da então ministra (hoje senadora) Damares Alves (Republicanos-DF).

Almeida também defende a criação de uma nova economia para os yanomamis para evitar que eles caiam novamente no ciclo do garimpo.

*

O que o sr. viu em sua segunda viagem a Roraima neste ano? Sobrevoando a região, uma coisa é certa: não há como contemporizar com o garimpo na região. Há uma contradição entre o bem-estar, a vida e a cultura do povo yanomami e o garimpo. É incompatível uma coisa com a outra.

Mas, ao mesmo tempo em que se verifica o estágio de devastação que a atividade fez naquela região, fica muito evidente a altíssima complexidade do problema. Existe uma relação intrínseca entre a atividade e o próprio modo como se constitui a economia da região e, por consequência, a própria vida cultural. Então, há uma naturalização dessa atividade como meio de reprodução da vida, quase como se fosse uma atividade natural —o que, de fato, não é.

Para além da retirada dos garimpeiros, é preciso um trabalho de reconstrução da matriz econômica, para não cair nas garras do garimpo ilegal [novamente].

Os garimpeiros que trabalham nas lavras ilegais são vítimas da situação? Primeiro, para deixar uma coisa bem evidente: os garimpeiros que estão ali na região estão cometendo um ato ilícito. Ponto. O fato de alguém cometer um ato ilícito e até mesmo ser explorado, que é o caso, não quer dizer que essa pessoa também não possa explorar. Mesmo a pessoa que comete um ato ilícito tem que ter os seus direitos respeitados.

Não gosto dessa dicotomia vítima e culpada, prefiro exploradores e explorados. Mas, se a gente for utilizar o termo vítima, isso cabe aos yanomamis, que estão passando fome, tendo sua vida destruída, não têm mais como reproduzir a sua existência naquela que historicamente é a região em que eles se reproduzem enquanto povo.

Mas isso não quer dizer que a gente não tenha que olhar essa situação com o cuidado que ela merece.

Essas pessoas [garimpeiros] que lá estão, que são exploradas ao mesmo tempo que cometem atos ilícitos, estão ali porque existe uma relação evidente entre atividade econômica, lucro e ato ilícito.

> Não há como contemporizar com o garimpo na região. Há uma contradição entre o bem-estar, a vida e a cultura do povo yanomami e o garimpo. É incompatível uma coisa com a outra

É preciso algum tipo de ação do Estado que faça com que não seja vantajoso para esse indivíduo permanecer, é preciso que cometer o ato ilícito não traga nenhum tipo de vantagem para essas pessoas. Ou seja, essas pessoas estão dentro de uma lógica de exploração que não foi por elas criada, mas elas se servem disso e retiram dali a sua possibilidade de subsistência.

Então é preciso que não haja essa possibilidade, ao mesmo tempo que se criem alternativas para que, de alguma forma, outras pessoas e mesmo essas mesmas pessoas não tenham que se servir dessa atividade ilícita, que degrada o meio ambiente e que destrói a vida dos indígenas.

Com um programa de assistência para os garimpeiros? Essa questão de auxílio especial tem que ser articulada com o Ministério do Desenvolvimento Social. A gente tem que discutir como fazer com que a região possa se sustentar, que as pessoas vivam dignamente sem depender da atividade do garimpo. Isso só acontece se houver uma intervenção do Estado, estabelecendo as condições materiais para outro modo de existir, outro modo de organização econômica.

Se para isso for necessário ampliar os programas de transferência de renda, aí acho que é o que tem que ser feito. A gente não pode permitir que a ausência do Estado crie as condições para que o crime seja a única forma de de subsistência das pessoas.

A gestão Bolsonaro e da Damares Alves é responsável pela crise yanomami? Precisamos apurar, mas não se chega a uma tragédia desse tamanho sem responsabilidade. Essa pasta é responsável por relatar e por apontar as violações de direitos humanos e encaminhar as providências necessárias para isso, então o que nós vimos foi uma omissão que, a depender daquilo que for levantado nas investigações pelos órgãos competentes, a gente pode classificar como omissão criminosa. Há fortes indícios de omissão.

Só na última gestão ou desde antes? Ao que me consta, nunca existiu uma ação que tivesse um caráter deliberado de virar as costas para o problema, pelo menos não desse jeito, com um processo de desmonte das instituições. O que vivemos nos últimos quatro anos é inédito desde a redemocratização.

O Brasil está vivendo um sistemático descumprimento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconheceu que a situação era grave, urgente e de possível dano irreparável, e determinou, ano passado, que o país tomasse providências para salvar essas vidas. O Brasil não fez nada. Isso é mais um caso de responsabilização.

Houve genocídio do povo yanomami? Um crime tem que ter materialidade e também autoria. A gente já tem a materialidade, agora a gente precisa achar a autoria. Ou seja, temos todos os elementos que apontam para o genocídio: a tentativa de destruição do modo de vida que permite que aquela comunidade continue existindo conforme as suas tradições e sua cultura; impedir que as pessoas retirem justamente desse modo de vida a forma da sua subsistência material; impedir que as pessoas possam expressar sua cultura; negar, quando é sua responsabilidade, auxílio diante de algo que pode dizimar um determinado povo.

Jairo Marques
O colunista está de férias

Estrada usada para abastecer garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami Lalo de Almeida - 9.fev.23/Folhapress

Gravação reforça suspeita de fraude no envio de medicamentos a indígenas

Vinicius Sassine

BOA VISTA Uma funcionária do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) Yanomami, em Roraima, gravou uma conversa com um assessor considerado braço direito do então coordenador da unidade, vinculada ao Ministério da Saúde, que reforça suspeitas de fraude em esquema de fornecimento de medicamentos básicos aos indígenas.

A funcionária atuava em área estratégica no distrito, que faz o controle da entrada e saída de medicamentos destinados às aldeias na Terra Indígena Yanomami.

Conforme investigações da PF (Polícia Federal) e do MPF (Ministério Público Federal), ela teria recebido uma oferta de propina para atestar o ingresso fraudulento de remédios no sistema, em junho de 2022.

No mês seguinte, a funcionária decidiu gravar nova abordagem feita para evidenciar que o esquema seguia ativo. Ela se negou a participar, conforme as investigações.

"Eu preciso que ateste essa nota", afirmou a ela o assessor Cândido Lira, conforme a Procuradoria. "Pelo menos para eu despachar esse medicamento", continuou, segundo a transcrição.

Ele disse no diálogo que o coordenador do DSEI havia pedido uma solução: "Resolve". Diante das negativas da funcionária, o assessor afirmou na conversa que daria um jeito de conseguir a documentação necessária.

A gravação ambiental foi considerada válida pela Justiça Federal em Roraima e serviu como elemento de prova para que o juiz Bruno Hermes Leal autorizasse buscas e apreensões nos endereços de sete suspeitos de participação no esquema, inclusive o envolvido na abordagem à funcionária.

Uma operação foi deflagrada em 30 de novembro, com o propósito de combater o suposto desvio de recursos públicos destinados à compra de medicamentos aos yanomamis.

Segundo a PF e o MPF, as supostas fraudes resultaram na retenção de medicamentos, em especial vermífugos, o que deixou 10.193 crianças desassistidas. O resultado foi um "aumento de infecções e manifestações de formas graves da doença, com crianças expelindo vermes pela boca".

As buscas autorizadas pela Justiça em novembro ocorreram nas casas de dois ex-coordenadores do DSEI Yanomami em Boa Vista. Também foram alvos o ex-assessor Cândido Lira e a empresa fornecedora de medicamentos, Balme Empreendimentos.

A reportagem não conseguiu contato com os suspeitos que eram vinculados ao DSEI Yanomami.

Sócio da Balme, Roger Henrique Pimentel disse que a empresa ganhou uma licitação, antes da suspeita envolvendo o assessor. "A empresa não tem ligação nenhuma com a coordenação do DSEI porque trabalhamos com licitação. É tudo feito pela internet, pelo Comprasnet [portal de compras do governo federal]", afirmou.

"Quem disse que a Polícia Federal acerta tudo e trabalha com a verdade toda vez? É impossível ter desvio porque o medicamento que nós entregamos nós não recebemos até agora. Tenho documentos do DSEI pedindo nota fiscal para me pagar por medicamento que entregamos e não recebemos", afirmou Pimentel.

Um dos coordenadores do DSEI, Rômulo Pinheiro de Freitas, foi nomeado para o cargo em julho de 2020 pelo então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello (PL). Ficou na função até janeiro de 2022, quando foi substituído pelo ex-vereador de Mucajaí (RR) Ramsés Almeida da Silva. A nomeação de Silva foi feita pelo então ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Como a **Folha** mostrou, os ex-dirigentes têm ligações políticas com o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e o filho do senador, o deputado federal Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR). O Senado aprovou no último dia 8 a indicação do deputado para o cargo de ministro do TCU (Tribunal de Contas da União).

Freitas, por exemplo, é filho de Socorro Pinheiro, que em 2018 concorreu a deputada estadual por Roraima na mesma chapa do senador e do deputado —todos eles promoveram eventos juntos e dividiram santinhos, como mostram fotos nas redes sociais.

A principal fornecedora para a campanha de Socorro foi uma empresa que está no nome das filhas de Mecias, irmãs de Jhonatan. Já Ramsés Silva tentou se reeleger vereador em Mucajaí pelo Republicanos de Jhonatan e Mecias, mas acabou como suplente.

Os três aparecem juntos em fotos de eventos públicos e reuniões. O senador nega ligação. "Temos fotos com milhares de pessoas das mais diversas matizes sociais", disse o parlamentar.

Era de Ramsés Silva que Cândido Lira era assessor. A gravação indica que o funcionário agiu sob ordem do coordenador do distrito, conforme relatórios da PF e da Procuradoria, que também citam favorecimento à Balme Empreendimentos.

As investigações também levaram em conta os depoimentos de diferentes funcionários do DSEI que atuaram na área de controle de medicamentos. Os testemunhos detalham as relações entre os suspeitos e a insistência para uma suposta inclusão fraudulenta de estoques, mesmo sem remessa do material.

A gravação feita reforça o teor dos depoimentos prestados por outros funcionários e indica uma suposta tentativa de chantagem contra a servidora.

A PF afirmou que uma parte ínfima do que foi contratado acabou sendo entregue ao DSEI Yanomami. O esquema "aprofundou a tragédia humanitária dos yanomamis", disse a polícia.

Conforme os policiais, o prejuízo aos cofres públicos em uma única entrega fraudulenta foi de R$ 572,5 mil.

O esquema gerou "um desabastecimento farmacêutico generalizado de medicamentos essenciais". Essa escassez fez aumentar expressivamente a quantidade de indígenas transportados em aviões para hospitais em Boa Vista, como constataram as investigações.

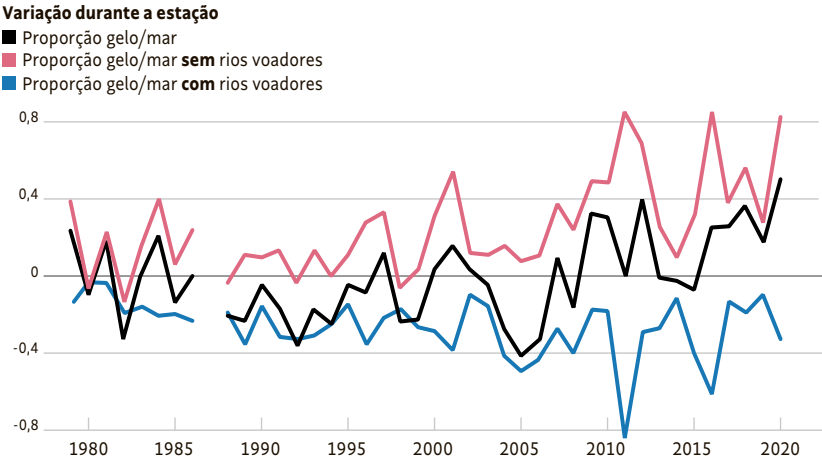
ambiente planeta em transe

Capim brota do gelo em colina nos arredores de Longyearbyen, cidade mais ao norte do planeta, localizada no arquipélago de Svalbard, na Noruega Lalo de Almeida - 19.abr.18/Folhapress

Frequência de rios voadores no Ártico diminui a recuperação do gelo no inverno

Proporção da área coberta por mar (água) e gelo (calotas polares) em 106 km²

Variação durante a estação

- Proporção gelo/mar
- Proporção gelo/mar **sem** rios voadores
- Proporção gelo/mar **com** rios voadores

*Dados de satélite para as estações de inverno de 1987 a 1989 não disponíveis
Fonte: Zheng et. al, 2023, Nature Climate Change; doi.org/10.1038/s41558-023-01599-3

Rio voador impede a recuperação do gelo no Ártico, diz estudo

Acúmulo de vapor d'água na atmosfera provoca uma evaporação e prejudica formação do gelo no inverno

Ana Bottallo

SÃO PAULO As mudanças climáticas têm afetado os sistemas de chuva em todo o mundo, com alguns eventos extremos, como secas prolongadas e precipitações intensas, acontecendo cada vez mais nos últimos anos.

Além dos estragos causados em locais densamente povoados, em plantações e em encostas de morros, as chuvas muito fortes —que podem ser efeito dos chamados "rios voadores"— afetam também os sistemas atmosféricos nos polos.

Um novo estudo aponta que essas mudanças têm afetado também a recuperação do gelo no oceano Ártico, que sofre o degelo no verão, com as temperaturas mais altas, e não consegue se recuperar no inverno, quando os rios voadores são mais frequentes.

A pesquisa foi publicada no último dia 6 de fevereiro na revista especializada Nature Climate Change (do grupo Nature) e foi liderada por cientistas da Universidade Estadual de Pensilvânia (EUA). Participaram também pesquisadores da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e da Universidade Columbia (NY).

Os rios voadores são transportes horizontais de massas de água no formato de vapor. Eles podem percorrer milhares de quilômetros, carregar energia para outros sistemas e provocar chuvas intensas.

Em geral, rios voadores se formam em sistemas atmosféricos de todo o mundo nos níveis médios e altos —e podem transportar um volume grande de água, semelhante ao dos rios amazônicos.

A presença de rios voadores no Ártico já era conhecida —os cientistas descreveram pela primeira vez esse fenômeno na região leste do Ártico há mais de dez anos—, mas a descrição dos efeitos deles no gelo polar só foi possível por meio da análise de imagens de satélite obtidas pela Nasa, a agência espacial americana.

Pengfei Zhang, primeiro autor do estudo e professor assistente de meteorologia e climatologia na Universidade Estadual da Pensilvânia, disse que as medições antes eram difíceis de se fazer pois, com as mudanças sazonais na superfície de gelo no mar, não era possível colocar um aparelho para mensurar a perda de área de gelo.

O estudo então analisou a frequência de rios voadores nos últimos 40 anos (de 1979 a 2021) na região oceânica do Ártico (ou seja, as calotas de gelo e geleiras polares, e não o continente ártico) e comparou a relação de água (mar) e gelo em duas estações: no verão (de junho a agosto) e inverno (novembro a janeiro).

Embora as temperaturas na região sejam permanentemente baixas, no verão elas alcançam a marca positiva, enquanto no inverno chegam a zero ou menos —quando ocorre o ponto de congelamento.

Assim, a proporção é de maior degelo no verão, com recuperação de parte da cobertura congelada no inverno. Só que, nos últimos 20 anos, a proporção ficou negativa, indicando que há mais perda de água do que recuperação do gelo.

"No inverno é esperado que o gelo se recupere, mas assim que houve um leve crescimento da área de gelo, a chegada de outro rio voador fazia com que esse crescimento fosse interrompido, e foi assim até a proporção de água se expandir para toda a região sul do mar Ártico nos últimos anos", explica Zhang.

"A temperatura do Ártico no verão sempre será acima da temperatura de congelamento, e no inverno abaixo de zero, mas o que observamos é que ela está muito mais quente agora do que há 40 anos", completa.

De acordo com o pesquisador, há também uma mudança com efeitos diretos na possibilidade de absorção da energia solar. "A água no mar aberto ártico é mais escura, com maior absorção de energia solar, enquanto a água que está presa no gelo reflete a luz. Assim, quanto maior a concentração de água no mar devido ao degelo e menor aquela contida nas geleiras, mais energia solar será absorvida na primavera e verão", diz.

> "A água no mar aberto ártico é mais escura, com maior absorção de energia solar, enquanto a água que está presa no gelo reflete a luz
>
> **Pengfei Zhang**
> primeiro autor do estudo

Outro ponto investigado pelo estudo foi se essa diferença na proporção de mar e gelo era consequência direta de ação humana (o aquecimento global) ou de fenômenos naturais dos sistemas atmosféricos.

"Geramos modelos matemáticos para estimar se a frequência dos rios atmosféricos era causada por fatores intrínsecos [como as correntes pacíficas] ou extrínsecos [como o aquecimento global]. Mais de dois terços [68%] eram por influência direta humana, ou seja, aquecimento global, e apenas 32% eram causados por variabilidade natural dos sistemas atmosféricos", afirma Zhang.

O pesquisador ressalta ainda que os efeitos do aumento da frequência de rios voadores atingem tanto os ecossistemas naturais quanto as atividades humanas.

"De um lado, há um efeito direto na atividade humana, com o aumento de rotas de navegação no oceano Ártico [devido ao degelo]. Mas isso é um ponto específico frente aos desafios que isso traz para os ecossistemas, a começar, por exemplo, pelas populações de ursos polares, que vão ter cada vez menos área de gelo para caçar as focas", explica.

O climatologista afirma também que há apenas uma forma de frear esse crescimento: adotar medidas agressivas de mitigação do aquecimento global.

"Se não agirmos agora, essa proporção de gelo em relação ao mar que já foi perdida não será recuperada. Alguns cientistas do clima preveem que, em 20 ou 30 anos, não haverá mais gelo no verão ártico", diz Zhang.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

ciência

Dolly em Edimburgo, na Escócia, durante evento com jornalistas Jeff J. Mitchell- 4.jan.2002/Reuters

20 anos após a morte da ovelha Dolly, eficiência da clonagem avançou pouco

Primeiro clone de um mamífero revolucionou a genética, mas gerou restrições legislativas e éticas ao redor do mundo

Reinaldo José Lopes

São Carlos (SP) A morte prematura da ovelha clonada Dolly, que sofria de um câncer avançado nos pulmões e foi sacrificada em 14 de fevereiro de 2003, parecia um aviso de que era preciso pensar muito bem antes de sair por aí copiando geneticamente mamíferos como ela. Vinte anos depois, os cientistas conhecem muito melhor os mecanismos por trás da criação de Dolly, mas a eficiência da clonagem avançou relativamente pouco —e não há sinais de que isso deva mudar tão cedo.

Gerada em experimentos feitos por Keith Campbell, Ian Wilmut e outros pesquisadores do Instituto Roslin, na Escócia, Dolly fez história por ser o primeiro clone artificial de um mamífero. Na técnica empregada pelos cientistas britânicos, conhecida como transferência nuclear, o núcleo de uma célula das glândulas mamárias de uma ovelha adulta foi inserido num óvulo cujo próprio núcleo foi retirado.

Ao fazer com que essas duas estruturas se fundissem, foi como se os pesquisadores "convencessem" o material genético contido no núcleo a retornar ao estado que tinha quando a ovelha doadora era apenas um zigoto (óvulo recém-fecundado por um espermatozoide). Como o DNA da maioria das células dos mamíferos contém a "receita" para a produção de todo o organismo, o processo desencadeou o desenvolvimento de um novo embrião de ovelha, praticamente idêntico, do ponto de vista genético, à ovelha adulta.

Além do câncer de pulmão, Dolly também tinha artrite nas patas, embora ainda fosse uma ovelha relativamente jovem, somando apenas seis anos e meio quando morreu (a expectativa de vida de ovinos derivados das mesmas raças que ela é de uns 12 anos).

Uma investigação conduzida pelo Instituto Roslin não revelou uma relação direta entre as doenças do animal e o processo de clonagem. Mesmo assim, os estudos da época, bem como outros realizados desde então, indicam que há alguns problemas intrínsecos quando um mamífero é gerado dessa maneira.

O principal deles tem a ver com o processo conhecido como "imprinting" ou estampagem genômica. Ele está diretamente ligado ao fato de que a quase totalidade do DNA dos mamíferos está presente em duas cópias, uma derivada do pai e a outra da mãe de cada indivíduo. Num processo complexo de marcação (a tal estampagem) bioquímica, os trechos de origem materna e paterna são ativados e desativados seguindo um padrão típico da espécie e do sexo do animal quando o zigoto é formado e começa a se desenvolver.

No entanto, ao que parece, esse processo pode sofrer percalços quando o núcleo é "reiniciado" durante a clonagem. Isso faz com que o desenvolvimento embrionário dos clones frequentemente seja truncado, com animais adquirindo tamanho e peso excessivos, enquanto outros embriões não chegam a se desenvolver.

Tudo isso faz com que seja necessária uma quantidade grande de óvulos e de "mães de aluguel" —as quais, em geral, enfrentam uma gravidez de risco— para que animais clonados nasçam e sobrevivam mais do que poucos dias após o parto. Essa enorme dificuldade técnica, além de restrições legislativas e éticas em todo o mundo, é o principal motivo pelo qual a abordagem nunca foi testada para gerar seres humanos até agora.

No caso de animais, a aplicação no caso de diversas espécies de mamíferos é muito mais comum, com milhares de indivíduos que alcançaram a idade adulta. Isso vale tanto para animais de laboratório (camundongos e ratos) quanto para animais de estimação (cães e gatos) e produtores de leite e carne (bovinos e suínos). Nesse último caso, a aplicação principal da técnica é contar com animais de qualidade genética garantida, levando às últimas consequências práticas como a inseminação artificial em massa a partir de grandes reprodutores.

Custos e dificuldades técnicas fazem com que o emprego da clonagem seja muito raro. O mesmo vale para as poucas empresas internacionais que oferecem o serviço de "ressuscitar" um animal de estimação a partir de seu DNA.

Nesses casos, o dono que acreditar que seu novo bicho será uma cópia exata do que morreu estará comprando gato por lebre: influências como o útero da mãe de aluguel, variações aleatórias na ativação de certos genes e o ambiente do animal tendem a alterar sua aparência e seu comportamento.

Se a técnica talvez nunca seja usada para gerar clones humanos e tenha desempenho fraco com animais, é indiscutível que o conhecimento gerado graças a ela trouxe avanços científicos importantes. Ao estudar como diferentes trechos do DNA são ligados e desligados pela clonagem, os cientistas obtiveram dados sobre como uma única célula dá origem a todos os tecidos que constroem o organismo.

De início, a esperança era usar esse conhecimento na chamada clonagem terapêutica. Em essência, a ideia era produzir um embrião clonado a partir das células de uma pessoa e usar as células dele em seus estágios iniciais para produzir tecidos para transplantes que não levariam a uma rejeição, como acontece com os órgãos transplantados.

Contudo, além dos questionamentos éticos sobre a destruição dos embriões, o avanço de outras técnicas acabou deixando a clonagem terapêutica em segundo plano. Cientistas como o japonês Shinya Yamanaka descobriram que era possível reprogramar células adultas para que elas retornassem ao estado embrionário, sem passar pela transferência nuclear. Essa é a técnica considerada mais promissora hoje, embora ainda não seja usada em tratamentos de larga escala. Mesmo assim, é provável que ela não fosse formulada sem os insights trazidos pela clonagem.

A VIDA DE DOLLY

Nascimento
5/7/1996

Morte
14/2/2003

Clonada a partir de uma célula das glândulas mamárias de uma ovelha adulta, Dolly fez história por ser o primeiro clone de um mamífero. Porém, aos 6 anos, foi sacrificada após desenvolver câncer nos pulmões. O corpo foi empalhado e está exposto no Museu Real da Escócia, em Edimburgo.

saúde

Covid aumenta o risco de desenvolver diabetes tipo 2

Pesquisa aponta que a vacinação contra a doença é importante para prevenir distúrbios metabólicos

Ana Bottallo

SÃO PAULO Um novo estudo aponta que a Covid é um fator de risco para desenvolver as chamadas doenças metabólicas, incluindo diabetes tipo 2. O risco de ter diabetes após um quadro de infecção pelo Sars-CoV-2 pode ser até 58% maior em comparação àqueles que nunca se infectaram com o coronavírus.

Além disso, o risco chega a ser quase três vezes maior nos indivíduos que não estavam vacinados no momento de contrair a Covid em relação aos vacinados: 74% dos diagnósticos foram em pacientes não vacinados contra 26% ocorrendo após a vacinação.

O mesmo risco cai pela metade (51%) em pessoas que estavam vacinadas no momento da infecção.

Esses são os principais resultados de uma pesquisa conduzida no Instituto Smidt do Coração do Centro Médico Cedars-Sinai, de Los Angeles (Califórnia), e que foi publicada na terça-feira (14) na revista especializada Jama Network Open.

Para avaliar o risco de diagnóstico de diabetes tipo 2 após contaminação pelo coronavírus, os pesquisadores avaliaram 23.709 adultos que tiveram pelo menos uma infecção pelo coronavírus entre março de 2020 e junho de 2022. Os participantes foram incluídos se tiveram um diagnóstico de diabetes tipo 2, hipertensão e hiperlipidemia (colesterol alto) em algum momento até 90 dias após o quadro confirmado de Covid.

Os dados foram ajustados para sexo, idade, condições preexistentes como risco cardiovascular conhecido e o momento da infecção (se foi antes ou durante a onda da ômicron).

Como resultado, a razão de risco (em inglês, odds ratio ou OR) de desenvolver diabetes após contrair a Covid foi 1,58, ou seja, 58% maior em comparação aos indivíduos não infectados. Para hipertensão e colesterol alto, a razão de risco não foi estatisticamente significativa.

Em relação ao estado atual de vacinação contra a Covid, a razão de risco de ter diabetes tipo 2 foi de 1,78 em não vacinados contra 1,07 em pacientes vacinados (com intervalo de confiança de 95%).

A vacinação também diminuiu o risco de desenvolver hipertensão (46% menor) e colesterol alto (45% menor) nos indivíduos vacinados em relação aos não vacinados.

Para Alan Kwan, pesquisador cardiovascular no instituto e primeiro autor do estudo, apesar de trazer algumas evidências sobre o risco aumentado de desenvolver doenças cardiovasculares e diabetes após um quadro de Covid, os dados apresentados no estudo não podem ser considerados como "absolutos".

"Por ser um estudo observacional [quando são observadas as variações em uma determinada população sem que haja um grupo controle], nós hesitamos em dar taxas de razão de risco absolutas justamente porque isso vai ser relativo em relação a cada população. O que esses dados nos mostram é que claramente há um risco aumentado de novos diagnósticos pós-infecção, o que pode ser explorado em estudos futuros", disse em entrevista por email à **Folha**.

Como diabetes tipo 2 é um dos principais fatores que podem levar a doenças cardiovasculares no futuro, produzindo também um risco aumentado de desenvolver quadro agravado de Covid e outras doenças infectocontagiosas, o pesquisador lembra que a vacinação pode ajudar a reduzir esse risco, protegendo também do diagnóstico de diabetes.

"O estudo sugere assim que a vacinação contra Covid antes da infecção pode oferecer proteção também contra o risco de desenvolver diabetes tipo 2, embora os mecanismos envolvidos nessa proteção — se, por exemplo, reduzindo a ação do vírus no organismo ou bloqueando as vias de inflamação que podem gerar diabetes— ainda não foram completamente elucidados", afirmou Kwan.

No Brasil, segundo dados do Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por inquérito Telefônico) de 2021, há 9% da população brasileira adulta convivendo com diabetes, ou pouco mais de 15 milhões de pessoas.

Como a pesquisa foi afetada durante a pandemia pelo corte de verba e pela dificuldade de acesso telefônico aos entrevistados, esse número ainda pode ser subestimado.

Segundo Kwan, esse pode ter sido também um fator que influenciou a própria pesquisa, uma vez que os dados eram coletados a partir de relatórios próprios de diagnóstico de alguma das condições metabólicas pré e pós-exposição ao coronavírus.

"Como durante a pandemia é natural que tenha ocorrido uma menor procura aos serviços médicos não emergenciais, a taxa de novos diagnósticos de diabetes, hipertensão e colesterol alto na população geral não foi avaliada, mas sim a comparação dos pacientes com Covid ou sem infecção prévia e diagnóstico de alguma dessas doenças até 90 dias após a infecção", explicou o pesquisador.

De acordo com ele, novos estudos podem ajudar a entender inclusive quais os mecanismos pelos quais o vírus aumenta a ocorrência de inflamações e quadro de diabetes. "Estamos ainda aprendendo mais e mais sobre os riscos de longo prazo associados à Covid, mas ainda há um longo caminho pela frente", afirmou.

O estudo sugere assim que a vacinação contra Covid antes da infecção pode oferecer proteção também contra o risco de desenvolver diabetes tipo 2

Alan Kwan
pesquisador e primeiro autor do estudo

equilíbrio

Bactérias do intestino estão associadas à depressão, diz estudo

Cientistas querem entender como microrganismos que vivem no corpo humano influenciam a saúde mental

Acácio Raphael

BARRA MANSA (RJ) Najaf Amin passou dois anos recebendo cocô por correio. A professora e pesquisadora da Universidade de Oxford, na Inglaterra, junto com o seu grupo de pesquisa, analisou o material enviado por mais de duas mil pessoas e concluiu que existem bactérias no nosso corpo que podem estar associadas ao desenvolvimento da depressão.

Os cientistas usam os excrementos para inferir quais microrganismos estão presentes no nosso intestino. Como a flora intestinal é consequência direta da alimentação, microbiologistas e psiquiatras concordam que uma dieta saudável é ponto-chave no cuidado com a saúde mental. Os resultados do estudo foram publicados na revista científica Nature, em dezembro de 2022.

Já existiam muitos indícios de que a flora intestinal poderia afetar a nossa saúde mental. Doenças como Alzheimer, autismo e Parkinson são algumas das quais podem ser associadas com as bactérias do interior do nosso corpo. Para a depressão, entretanto, havia apenas estudos, com grupos pequenos de participantes, que levavam a resultados desencontrados. Foi então que a professora Amin resolveu jogar uma luz na questão.

Na primeira fase da pesquisa, amostras de fezes de mais de mil holandeses foram analisadas para identificar os microrganismos presentes. Além de coletar e enviar o material pelos correios, os voluntários preencheram questionários para avaliar a presença de sintomas clássicos de depressão. Depois foram feitas correlações entre as bactérias encontradas e as pessoas com maior tendência a desenvolver um quadro depressivo.

A pesquisa, então, foi repetida em um segundo grupo de participantes, de diferentes nacionalidades. Os novos resultados, quando comparados com os primeiros, coincidiram em muitos pontos. André Uitterlinden, coautor do estudo e docente da Universidade Erasmus de Roterdã, nos Países Baixos, afirma que "há replicação de uma observação original, e isso é uma coisa que nós normalmente não vemos em um artigo científico".

Segundo o professor, a robustez do trabalho oferece evidências sólidas da relação entre a microbiota e a saúde mental. No total, os pesquisadores identificaram 16 gêneros de bactérias associados com a depressão, mas para eles esse ainda é apenas o primeiro passo.

> "Há replicação de uma observação original, e isso é uma coisa que nós normalmente não vemos em um artigo científico
>
> **André Uitterlinden**
> coautor do estudo

A depressão é um problema de saúde de causas complexas, e os autores consideram que são necessários estudos longitudinais, ou seja, realizados ao longo do tempo, e com ainda mais participantes para definir de vez sua associação com a flora intestinal.

Robert Kraaij, também coautor do trabalho, ressalta que a relação entre os microrganismos do intestino e depressão pode se dar em duas direções. Tanto o comportamento depressivo pode acarretar em má alimentação, causando desequilíbrio desse ecossistema, quanto esse disbiose pode interferir no funcionamento do cérebro. Segundo eles, hoje o segundo aspecto interessa mais aos cientistas.

Existem três caminhos principais por meio dos quais esse conjunto de seres vivos pode influenciar a mente. Em primeiro lugar, quando há desbalanço da microbiota pode haver produção de citocinas que afetam o funcionamento do sistema imune. Outra via é através da produção direta, por ela, de substâncias que atuam como sinalizadores para o cérebro, como o GABA ou similares da epinefrina.

Mas conforme afirma Leandro Lobo, microbiologista e pesquisador da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), tem chamado atenção o mecanismo de ação direta da flora intestinal. Experimentos de laboratório mostram que, no processo de ajudar na digestão dos nossos alimentos, a flora intestinal produz moléculas que caem na corrente sanguínea. Algumas delas estão envolvidas em funções de expressão e transcrição dos nossos próprios genes.

A professora Amin acredita que a dieta pode se tornar, no futuro, a linha de frente no combate a quadros depressivos. Em comparação com o uso de remédios, a mudança da alimentação é barata e não tem efeitos colaterais, além de trazer benefícios para outros aspectos da nossa vida, como a saúde cardiovascular.

Em segundo lugar, a pesquisadora vê o desenvolvimento de probióticos como uma consequência direta de pesquisas como a sua. Para isso, entretanto, ela reconhece que ainda é preciso avançar muito. É necessário identificar com precisão as cepas de bactérias benéficas antes de pensar em um produto para suplementar a dieta. Trabalhos atuais, como o seu, chega apenas até o gênero dos microrganismos.

Segundo Adiel Rios, psiquiatra e pesquisador voluntário do Hospital das Clínicas da USP (Universidade de São Paulo), está se tornando comum que psiquiatras peçam o acompanhamento nutricional de alguns pacientes.

O especialista reforça a necessidade de dieta balanceada e personalizada, e acredita que mais pesquisas com evidências sólidas podem embasar futuras políticas públicas de dieta e nutrição voltadas para a saúde mental.

O estudo dos tratamentos complementares que envolvam fatores dietéticos capazes de diminuir os sintomas de transtornos mentais é feito pela psiquiatria nutricional, um campo ainda emergente no país. Rios, que atua na área, está trabalhando em ensaios clínicos para avaliar efeitos antidepressivos de probióticos em pacientes bipolares.

Ele afirma que o desenvolvimento bem-sucedido representaria uma nova estratégia para prevenir e tratar transtornos graves baseados na modulação da microbiota. Mas até chegar lá, os especialistas concordam que uma dieta balanceada é o melhor caminho para manter a saúde do corpo e da mente em dia.

Contrariando indicação da bula, Ozempic é aplicado diariamente

Mauren Luc

CURITIBA Aprovado no Brasil para o tratamento da diabetes tipo 2, o medicamento Ozempic (semaglutida) é frequentemente prescrito de forma offlabel para atuar contra a obesidade. A indicação da bula consiste em injeções subcutâneas semanais, mas usuários fracionam a dose da substância e tomam diariamente. Médicos se dividem sobre benefícios.

A endocrinologista Adriane Rodrigues, responsável pelo ambulatório de obesidade do Serviço de Endocrinologia e Metabologia do Hospital de Clínicas da UFPR (Universidade Federal do Paraná), afirma que a aplicação fracionada é feita em situações específicas.

"Às vezes fazemos duas vezes por semana em pacientes selecionados", diz. Nestes casos, são pessoas que sentem fortes efeitos colaterais, como náuseas, vômitos e diarreia.

Para o endocrinologista Márcio Mancini, vice-presidente do Departamento de Obesidade da SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, não há impedimento ético para o uso offlabel. Ele lembra que o Ozempic está sendo usado no Brasil com esta finalidade desde 2018. "O uso de pequenas doses diárias não faz sentido, pois a grande vantagem é trazer conforto ao paciente", afirma o médico.

ESPORTE AO VIVO | **16h30 Arsenal x Man. City** Inglês, ESPN/STAR | **20h Corinthians x Pato** NBB, YOUTUBE (NBB)/TIKTOK | **21h35 São Paulo x Inter de Limeira** Paulista, RECORD (MENOS RJ)/PREMIERE

Clubes da elite querem rebaixar menos times por ano no Brasileiro

Ideia de mudar o limite de quatro para três foi levada a reunião da CBF, mas equipes da Série B resistem

SÃO PAULO Uma parte dos clubes da Série A no Campeonato Brasileiro quer mexer na estrutura do sistema de pontos corridos. A ideia é que sejam três os clubes rebaixados, não quatro.

Desde 2004, cada edição da Série A manda quatro equipes para a Série B. Na fórmula atual, sem mata-mata para decidir classificados e campeão, o único ano em que menos times caíram para a segunda divisão foi em 2003: dois.

A ideia de mudança no sistema de rebaixamento do Brasileiro foi levada ao Conselho Técnico dos 20 clubes da Série A realizada nesta terça-feira (14), na sede da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), no Rio de Janeiro.

O tema não estava na pauta original do encontro, mas foi debatido, sem votação. Ficou estabelecido que uma comissão será formada para avaliar o impacto que a mudança teria nas quatro divisões da competição nacional.

As 20 equipes da Série B são resistentes à proposta e publicaram uma nota conjunta manifestando-se contra a possibilidade de alteração no formato, mesmo diante do argumento de que a mudança seria em todo o sistema do Campeonato Brasileiro, não apenas na elite.

Isso significa que o número de rebaixados da Série B para a C também cairia de quatro para três. Mas a resposta dos cartolas é que se perderia o acesso a uma vaga na elite todos os anos.

Dirigentes ouvidos pela **Folha**, parte deles da segunda divisão, apontaram que a discussão é válida, mas não pode ser levada adiante a toque de caixa. Para eles, não seria correto, por exemplo, que a alteração fosse posta em prática já na edição de 2024, embora esse seja o propósito de outros times, alguns deles da Libra, grupo que reúne 18 agremiações das Séries A e B do Brasileiro.

Na LFF (Liga Forte Futebol), que conjuga 26 agremiações das três principais divisões, as discussões preliminares a respeito do tema mostraram divisão. Há quem veja a proposta como uma estratégia para reduzir a chance de um chamado "grande" do futebol nacional ser rebaixado.

O propósito seria, segundo um presidente simpático à proposta, adequar o Campeonato Brasileiro à realidade das principais ligas europeias. Nos torneios nacionais de Inglaterra, Espanha, Alemanha e Itália, há uma trinca de rebaixados.

A comparação chamou a atenção de integrantes do LFF. O mandatário de uma equipe do Nordeste ressaltou que, se o Brasil quer copiar o modelo inglês, pode começar pela distribuição do dinheiro dos direitos de TV.

O Futebol Forte e a Libra se dividem em modelos para a liga de clubes, a ser implantada no país a partir de 2025. A principal divergência está nos direitos de televisionamento. Na Inglaterra, há uma diferença relativamente pequena entre o time que recebe mais e o que ganha menos. No Brasil, o dono da maior fatia chega a receber seis vezes mais do que o dono do menor pedaço.

O rebaixamento no Campeonato Brasileiro se tornou uma certeza a partir de 2003. Antes disso, foi ignorado, alvo de viradas de mesa ou conspirações desde a criação da versão moderna do torneio, em 1971.

O primeiro ano em que se previu a queda de times para a segunda divisão foi 1986. Deveriam ser os oito piores, mas não deu certo. O Botafogo entrou com ação no STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva) e evitou a degola.

Houve certa constância a partir de 1988, quando quatro foram rebaixados. A partir de então, os números mais comuns foram dois (de 1990 a 1992, em 1994 e 1995 e em 2003) e quatro (de 1997 a 1999, em 2001 e 2002 e de 2004 em diante).

Mas mesmo nas últimas décadas houve torneios em que não caiu ninguém. Em 1987, por exemplo, foi criada a Copa União para reunir os 16 melhores do país. Em 1996, não houve rebaixamentos por causa de suspeita quanto a um esquema de corrupção na arbitragem. Em 2000, na Copa João Havelange, não apenas ninguém foi para a Série B como um clube que começou o ano na terceira divisão (o São Caetano) chegou à final na elite.

Rebaixamentos no Brasileiro

- **De 1971 a 1985** não houve
- **1986** seriam oito rebaixados, mas o Botafogo entrou no STJD e não caiu
- **1987** não houve
- **1988 e 1989** quatro rebaixados por ano
- **De 1990 a 1992** dois rebaixados por ano
- **1993** oito rebaixados
- **1994 e 1995** dois rebaixados por ano
- **1996** não houve
- **1997 a 1999** quatro rebaixados por ano
- **2000** não houve
- **2001 e 2002** quatro rebaixados por ano
- **2003** dois rebaixados
- **A partir de 2004** quatro rebaixados por ano

Jogadores são suspeitos de esquema com apostas em jogos da Série B

Cleomar Almeida

GOIÂNIA O Ministério Público de Goiás realizou uma operação nesta terça-feira (14) contra um grupo suspeito de fraudar resultados de jogos da Série B do Campeonato Brasileiro para ganhar dinheiro com apostas esportivas de alto valor. Segundo a investigação, jogadores profissionais teriam participado do esquema, com movimentação estimada em mais de R$ 600 mil.

A Operação Penalidade Máxima foi realizada em seis cidades — Goiânia, São João del-Rei (MG), Cuiabá (MT), São Paulo, São Bernardo do Campo (SP) e Porciúncula (RJ). Os nomes dos suspeitos não foram divulgados. A Promotoria não informou se alguém tinha sido preso nem quantos mandados foram concluídos.

Havia nove mandados de busca e apreensão e um de prisão, expedidos pela 2ª Vara Estadual dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa.

Segundo a apuração, as fraudes ocorriam, por exemplo, com a negociação para que jogadores cometessem pênalti no primeiro tempo dos jogos. Os atletas envolvidos recebiam parte dos ganhos em caso de êxito —cerca de R$ 150 mil por aposta.

Segundo os investigadores, houve apostas casadas de pênaltis em três jogos: Vila Nova x Sport, Tombense x Criciúma e Sampaio Correia x Londrina. As três partidas em apuração ocorreram na rodada final da Série B, no dia 6 de novembro.

Entre os alvos de mandados estão dois atletas. Um deles teria emprestado a própria conta para fazer transferências de valores a outros jogadores. O outro teria recebido um adiantamento dos criminosos, mas não teria cumprido sua parte. A Promotoria não informou quem faz a defesa deles.

Os suspeitos podem ser denunciados por associação criminosa, ocultação ou dissimulação da origem de bens e de dar ou prometer vantagem patrimonial com o fim de alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva.

Coordenador do Gaeco (grupo de combate ao crime organizado), o promotor Rodney da Silva disse que a investigação está concentrada em pessoas físicas, incluindo apostadores e jogadores de futebol.

Segundo ele, as instituições, como clubes de futebol e a CBF, são consideradas vítimas do esquema criminoso, assim como sites de apostas.

GOLEIRO VOLTA A FALHAR, E PSG PERDE EM CASA PARA O BAYERN POR 1 A 0 NA CHAMPIONS LEAGUE
Bola de Kingsley Colman passa sob o corpo de Gianluigi Donnarumma aos 8 minutos do segundo tempo, na quinta derrota do time francês no ano e a terceira seguida em todas as competições; as duas equipes voltam a se enfrentar no dia 8 de março, em Munique Franck Fife/AFP

Intensidade e afobação no futebol

Real Madrid e Barcelona gostam de valorizar o meio-campo, diferente do Brasil em 2022

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

O enorme número de partidas de futebol, no Brasil e em todo o mundo, parece ter aumentado nestes dias. Não dá para ver tudo. Não aprendi ainda a assistir a dois jogos ao mesmo tempo. Mas sou jovem e ainda vou descobrir esse mistério. Além disso, existem também muitas coisas boas e importantes no mundo para fazer.

No sábado, o Real Madrid, como era esperado, venceu, com facilidade, o Mundial de Clubes. O Real me lembra o Santos dos anos 1960, que trocava passes no meio-campo, cadenciava o jogo, para, de repente, acelerar em direção ao gol.

Assim como Benzema e Vinícius Júnior no ataque, Kroos e Modric se completam no meio-campo. Kroos, frio, parece ter um computador instalado no corpo, para não o deixar ficar ansioso nem para aumentar os batimentos cardíacos. Modric, mais ativo, mais leve e com repertório técnico muito maior, deve ter outro computador, para calcular a movimentação e a velocidade da bola, dos companheiros e dos adversários.

O Real, em vez de um trio no meio-campo, como era habitual, passou a formar um quarteto. O rival Barcelona, recentemente, passou a fazer o mesmo, ao trocar um dos pontas velozes, o da esquerda, por um jogador de meio-campo, formando também um quarteto.

Dizem que Ancelotti já está certo na seleção brasileira a partir de junho, quando encerrar o contrato com o Real. Seria ótimo. Se for confirmado, como ele vai organizar a equipe, já que o Brasil não tem um centroavante finalizador e armador, como Benzema, nem dois excelentes meio-campistas, como Kroos e Modric, para atuarem ao lado de Casemiro?

Real Madrid, Barcelona, Manchester City e outros times gostam de valorizar o meio-campo, de ter o domínio da bola, o que não aconteceu com a seleção brasileira em 2022. Obviamente, não há apenas uma maneira de jogar bem e de vencer. Fortes equipes, vitoriosas, como Palmeiras, Liverpool, os times dirigidos por Mourinho e muitos outros, gostam da transição rápida, da bola longa.

Nesta quinta, tem clássico entre Corinthians e Palmeiras. O Palmeiras é mais estruturado, mas o Corinthians, em casa, geralmente cresce. Assim como há um grande número de pessoas carentes, dependendo da aprovação e/ou do aplauso do outro para viver bem, existem times e jogadores que dependem demais do apoio da torcida.

No empate em 1 a 1 entre Cruzeiro e Atlético, como não podiam dizer que foi uma partida tecnicamente muito boa, falaram que foi um jogo muito intenso, palavra da moda. Confundem intensidade, uma qualidade importante no futebol moderno, com afobação, com jogo físico, truncado e ruim, com bombas, tênis e copos jogados no campo. Houve poucos belos lances, como o petardo de Hulk, no gol de falta, e o passe primoroso de Wesley para Bruno Rodrigues fazer o gol do Cruzeiro.

Para o Cruzeiro, individualmente inferior, foi um bom resultado. O time conseguiu anular o Atlético. Se alguns jogadores, como Wesley, Gilberto e Nikão jogarem no Cruzeiro como nos melhores momentos da carreira, o time poderá evoluir bastante. Já o Atlético fez um jogo coletivo fraco, pela marcação do Cruzeiro e pelo pouco entendimento entre os jogadores.

Todos os que trabalham no futebol não deveriam aceitar o jogo agressivo e violento que ocorre muitas vezes nos estádios, principalmente nos clássicos. Nenhum árbitro do mundo é capaz de controlar essa situação. Isso empobrece o espetáculo, uma das razões da pouca qualidade de nosso futebol.

Ilustração Moara Tupinambá

Artistas indígenas de diferentes regiões do país criam ilustrações sobre o povo yanomami

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO Duas artistas indígenas de diferentes regiões do país foram convidadas pela **Folha** a retratar em imagens o drama do povo yanomami.

O crescimento e a consolidação do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, provocaram uma crise humanitária, sanitária e de saúde entre os indígenas, com a explosão de casos de malária, desnutrição grave e outras doenças associadas à fome.

*

Renaya Dorea

Renaya Dorea cresceu em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. É formada em artes e design pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), em Minas Gerais, e em fotografia expandida pela EAV (Escola de Artes Visuais do Parque Lage), no Rio de Janeiro. Também estudou TV e novas mídias na EICTV (Escola Internacional de Cinema e Televisão, em português), de Cuba.

Neta e tataraneta de indígenas, Renaya se identifica como "artivista" multidisciplinar afro-indígena. Seu trabalho dialoga com as poéticas da diáspora africana por meio da autorrepresentação de mulheres afrolatinas em múltiplas linguagens — ilustração, cinema, grafite, pintura e design.

É integrante da Apan (Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro) e cofundadora do Coletivo Descolônia, que pesquisa e produz arte pensando o processo de descolonização.

A artista é também diretora e produtora do documentário "Afrodites" (2016) e do curta "Suellen e a Diáspora Periférica" (2020), vencedor do prêmio Arte Como Respiro, do Itaú Cultural. É, ainda, idealizadora do projeto #sereiasdamata, com o qual já pintou mais de 80 murais de sereias negras pelo Brasil.

Mora entre Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, e Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, e trabalha como designer para o Blogueiras Negras.

Moara Tupinambá

Moara Tupinambá é indígena de ascendência tapajônica, da região de Santarém (PA). Nasceu em Belém e vive há dez anos em São Paulo.

Artista visual e ativista da causa indígena, expõe seus trabalhos desde 2015, quando começou a estudar os povos originários.

Faz parte do coletivo Mulheres Artistas Paraenses, é sócia do Colabirinto, um espaço colaborativo de arte contemporânea, e vice-presidente da associação multiétnica Wyka Kwara.

Radicada em Campinas (SP), Moara utiliza desenho, pintura, colagens, vídeo-entrevistas, fotografias e literatura em suas criações. Sua poética percorre memória, identidade, ancestralidade, resistência indígena e pensamento anticolonial.

Foi uma das vencedoras do 8º Prêmio Artes Tomie Ohtake, em 2022, e do 67º Salão Paranaense de Arte Contemporânea, em 2020.

É comunicóloga, formada pela UFPA (Universidade Federal do Pará). Atualmente pesquisa sobre sua memória familiar e identidade indígena a partir dos processos violentos da colonização.

Ilustração Renaya Dorea

Moara Tupinambá
Artista visual, curadora e ativista

Renaya Dorea
Ilustradora, Designer, Cineasta

Euler e o problema dos 36 oficiais

Em 1782, o suíço fez um quebra-cabeças que lembra o sudoku

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Em 1782, o matemático suíço Leonhard Euler (1707–1783) formulou um quebra-cabeças que lembra um pouco o passatempo sudoku. Seis regimentos do Exército têm seis oficiais cada um, de seis patentes distintas. Como esses 36 oficiais podem ser organizados num quadrado 6-por-6 de tal modo que em cada linha do quadrado estejam todos os regimentos e todas as patentes e o mesmo valha em cada coluna?

Se trocarmos o número N de regimentos e patentes para 3 (9 oficiais) ou 4 (16 oficiais), é bem fácil encontrar soluções (experimente!), e Euler também descobriu como resolver o problema quando N é 5 (25 oficiais) ou 7 (49 oficiais). Mas o caso dos 36 oficiais resistiu a todos os seus esforços. "Após todo o trabalho para resolver este problema, fomos obrigados a reconhecer que tal arranjo é absolutamente impossível, embora não consigamos provar tal fato", lamentou-se.

Na verdade, a prova demorou 129 anos: foi encontrada pelo matemático francês Gaston Tarry em 1901. Outra demonstração de que o problema dos 36 oficiais é impossível foi dada em 1934 pelos estatísticos britânicos Ronald Fischer e Frank Yates, cujo interesse pela questão era muito curioso: eles queriam estudar estatisticamente o efeito de seis fertilizantes diferentes sobre seis tipos de colheitas agrícolas.

Para isso, conceberam um experimento realizado num terreno quadrado dividido em 36 quadrados menores idênticos: em cada quadradinho seria usado um único fertilizante em uma única colheita. Para minimizar o risco de viés, era desejável que em cada linha e cada coluna estivessem todas as colheitas e todos os fertilizantes. Isso quer dizer que para implementar o experimento seria necessário resolver o problema de Euler!

Apesar de não ter resolvido, Euler avançou bastante no problema, mostrando que sempre existe solução quando o número N de regimentos e patentes é da forma 4n, 4n+1 ou 4n+3, onde n é um número inteiro.

Ficou faltando N=4n+2, que inclui o caso N=6. Durante muito tempo os especialistas acreditaram que nesses casos nunca existiria solução. Mas essa "conjectura de Euler" não era correta: em 1959, os norte-americanos R. C. Bose, S. S. Shrikhande e E. T. Parker mostraram, com a ajuda de computadores, que sempre existe solução exceto, curiosamente, no caso N=6.

Até esse caso, contudo, tem uma solução quântica: em trabalho publicado um ano atrás no periódico científico Physical Review Letters, um grupo de pesquisadores mostrou que para N=6 é possível organizar os oficiais da forma desejada por Euler se supusermos que eles estão num estado de sobreposição de diferentes regimentos e diferentes patentes.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **15.fev.1923**

Escritório ajudará comunicação entre fascistas fora da Itália

Para maior facilidade e correspondência entre os fascistas italianos que moram fora do território da Itália, foi criado um escritório central para atender esses cidadãos.

O novo departamento possui seções para manter comunicação com quem vive na América do Sul, na América do Norte, na Europa, na Ásia e na África.

O assunto de contato com todos os partidários italianos foi discutido no conselho fascista, que foi presidido pelo primeiro-ministro italiano, Benito Mussolini, em seu último encontro.

A reunião pontuou que todos os fascistas italianos que estão espalhados pelo mundo devem ser o "espelho" dos que encontram-se em solo da Itália, evitando assim e de toda forma ingerir nas questões internas relativas às nações que os hospedam.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O "CORNER" DO ALGODÃO

Pela Sociedade

Fora do ar

Guerra do streaming inundou a TV com centenas de séries, mas a avalanche de produções leva a cancelamentos repentinos por motivos difíceis de entender para os fãs inconformados

Ilustração com cenas de séries que foram canceladas ou engavetadas por serviços de streaming nos últimos anos, entre elas 'Westworld', da HBO, e 'Maldivas', da Netflix Silvis

Guilherme Luis

SÃO PAULO É difícil não sentir um misto de frustração, raiva e descrença ao descobrir que uma série que você adora foi cancelada. Títulos como "1899", "Anne with an E", "Sense8", "The OA", "Raised by Wolves" e "Gossip Girl" são alguns dos que não sobreviveram à foice das plataformas de streaming nos últimos tempos.

Pelo menos 20 séries foram canceladas pela Netflix desde o ano passado. No início de janeiro, os criadores da cabeçuda "Dark" anunciaram que "1899", sua nova aposta, havia sido cancelada pela plataforma pouco mais de um mês após a estreia. Títulos como "Fate: A Saga Winx" e a brasileira "Maldivas" também não foram renovados, segundo envolvidos nas produções.

No mesmo período, a HBO Max deu fim a "Minx" e "Westworld", um dos seus títulos de prestígio. O Amazon Prime Video, por sua vez, não deve renovar "Panic" e "Eu Sei o que Vocês Fizeram no Verão Passado". A série "A Misteriosa Sociedade Benedict", do Disney+, foi descontinuada depois de duas temporadas. Na última semana, o Hulu cancelou "Reboot", exibida no Brasil pelo Star+. E os fãs ficaram a ver navios.

Mas por que tantas séries são canceladas agora pelas plataformas de streaming?

Vários dados são observados antes de tomar a decisão, afirma Paulo Ratz, que foi gerente financeiro de produção na Netflix no Brasil entre 2018 e 2021.

A Netflix mede quantas pessoas assistiram ao título e quantas foram até o final, quem assistiu a mais de um episódio e por quanto tempo os espectadores ficaram sintonizados. "Tudo é analisado até que se chega a um índice final. O número é comparado ao de conteúdos similares. Se a série bate a meta, é provável que seja renovada", diz Ratz.

Para além dos cancelamentos, há títulos que passam anos engavetados pelas plataformas. As produções caem num limbo, fadadas ao esquecimento. É o caso da série animada brasileira "Super Drags" e da comédia "The Politician".

A maioria desses seriados descontinuados nem ganha um final considerado digno.

Continua na pág. C4

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

MARCHA SOLDADO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski retomou o julgamento da ação que questiona a lei que prevê que integrantes das Forças Armadas devem ser julgados exclusivamente pela Justiça Militar quando são acusados de crimes contra civis em ações consideradas militares. Entre elas estão a atuação na defesa civil, na segurança das eleições ou em operações de Garantia da Lei e da Ordem.

DE BOTA A lei mobilizou os militares, que percorreram gabinetes do STF para tentar mantê-la do jeito que está quando começou a ser questionada. Ministros do tribunal se recordam que os fardados foram liderados em algumas dessas visitas pelo general Braga Netto. E desfilavam na Corte, segundo um magistrado, de "bota e uniforme" para tentar "garantir o privilégio".

PLACAR Com o voto do magistrado, o placar está em 3 a 2. Votaram a favor dos militares os ministros Marco Aurélio Mello, que já se aposentou, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. Já Edson Fachin votou contra. O julgamento, no plenário virtual, deve terminar na sexta (17).

QUEM PODE Lewandowski afirma em seu voto que as regras agora questionadas criam um foro privilegiado para os militares que violam o princípio da isonomia e do devido processo legal.

QUEM PODE 2 Ao participar de uma mesma operação para resguardar a segurança pública, por exemplo, integrantes das Forças Armadas seriam julgados pela Justiça castrense, enquanto PMs e policiais civis estariam sob a jurisdição da Justiça comum.

RESTRITO "A norma questionada cria uma espécie de hipótese de foro por prerrogativa de função [o foro privilegiado]", afirma o ministro. "Contudo, esta Suprema Corte já decidiu que só o texto constitucional pode elencar os agentes públicos que gozam de tal privilégio", segue. Entre eles não estariam os militares.

PÁTRIA AMADA O ministro pontua que a Constituição garante o julgamento pela Justiça Militar dos fardados que atuem em ações essencialmente militares estabelecidas na Carta, como as que se destinam à "defesa da Pátria". As outras tarefas para as quais as FA são convocadas são atividades subsidiárias civis.

NOTA A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, tem uma pior avaliação entre evangélicos do que entre católicos e praticantes de outras religiões, mostra pesquisa Quaest. Entre os que se declaram protestantes, 29% rejeitam a socióloga, percentual praticamente idêntico aos 30% que a aprovam.

NOTA 2 Já entre católicos a reprovação é de apenas 15%, contra 46% que têm uma avaliação positiva da mulher de Lula (PT). A pesquisa ouviu 2.016 pessoas da última sexta-feira (10) até segunda (13) e tem margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Leo Aversa/Divulgação

O cantor e multi-instrumentista Carlinhos Brown reunirá nomes como o cantor angolano Yuri da Cunha e a cantora baiana Mariene de Castro em seu novo álbum, "Pop Xirê", que será lançado na próxima quinta (16). O trabalho celebra os 40 anos de carreira do artista. Seu filho caçula, Daniel, também participa do projeto —foi feita por ele a abertura da faixa "Aglomera". "Essa música tem um poder de alegria enorme porque ela nasceu com o desejo que a pandemia acabasse", afirma Brown

CAOS As chuvas que atingiram o Rio de Janeiro na semana passada causaram destruição e afetaram a sede do Arquivo Nacional, na capital. Houve inundação, vidros quebraram e documentos foram atingidos. Devido aos estragos do temporal e da ausência de refrigeração em alguns blocos do prédio, servidores foram liberados do trabalho presencial.

CAOS 2 Caixas de documentos da época em que o Brasil era colônia de Portugal e também do período do Império foram atingidas. Em nota, o Arquivo Nacional diz que o processo de secagem foi concluído e nenhuma folha foi danificada.

CAOS 3 Mesmo antes do temporal, o espaço já enfrentava outras falhas estruturais. O Arquivo Nacional diz que há planos de reformas com o intuito de estancar "tais problemas de forma definitiva".

DESCONTENTES Quatro em cada dez brasileiros (40%) dizem estar insatisfeitos com sua vida sexual e amorosa. É o que revela o levantamento "Love Life Satisfaction", do Instituto Ipsos, que foi realizado de 22 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro. A pesquisa online ouviu 22 mil pessoas de 32 países.

ABAIXO Com 60% dos entrevistados contentes com esse aspecto de suas vidas, os brasileiros ocupam a 22ª posição do ranking e estão três pontos abaixo da média global, que é de 63%. O país campeão é a China, com índice de 79%.

TELA O artista plástico Vik Muniz vai inaugurar em São Paulo a sua mais nova exposição individual, "Dinheiro Vivo". O trabalho utiliza fragmentos de papel-moeda cedidos pela Casa da Moeda do Brasil. A mostra poderá ser vista na galeria Nara Roesler, na capital paulista, a partir do dia 4 de março.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Rihanna fez da gravidez um show maior do que a música no Super Bowl

Exibir o barrigão em vez de se envergonhar é avanço, mas a espetacularização da gestação soa como manobra irreal

OPINIÃO

Teté Ribeiro

Jornalista, autora de 'Minhas Duas Meninas', 'Divas Abandonadas' e dois guias de Nova York. Foi apresentadora do programa Saia Justa e editora da extinta revista Serafina, deste jornal

Antes que atirem a primeira pedra —em 2013 nasceram minhas filhas. Três anos depois, lancei um livro, "Minhas Duas Meninas", que não por acaso trata do nascimento delas.

Eu não tive a oportunidade de revelar o meu barrigão (até porque não existiu barrigão nenhum, o que é outra história) num look todo vermelho descendo de um palco suspenso no intervalo do Super Bowl, como é chamada a final do campeonato de futebol americano, o maior evento esportivo dos Estados Unidos, visto por 100 milhões de pessoas só naquele país.

Foi a cantora Rihanna quem fez isso, na noite do último domingo, a primeira vez que se apresentou em público em cinco anos, desde quando cantou na entrega do Grammy de 2018.

O espetáculo do intervalo da final do campeonato de futebol americano é tradicionalmente feito por uma grande estrela da música pop, completamente consagrada, e que tem 13 minutos para mostrar a um público que em geral não é o seu, o público de eventos esportivos, por que, afinal, ela é a estrela que de fato é.

É um portfólio VIP, em que quem é convidado dá o seu melhor. São 13 minutos para mostrar tudo o que tem, sejam hits, passos de dança, acesso a convidados especiais, uma música inédita ou ideia genial.

Não há cachê para artistas, mas a liga de futebol banca a produção do show. Desde os anos 1990, o espaço é disputado por empresas com comerciais caríssimos e inéditos para o intervalo mais importante do ano na televisão americana.

Continua na pág. C3

Música de corno já era domínio dos homens antes dos hits de Shakira e outras divas traídas

OPINIÃO

Flávia Boggio

Roteirista. Escreve para programas da TV Globo e é colunista deste jornal

Canções sobre desilusões amorosas devem ter a mesma idade da humanidade. Hoje lideram tanto o topo das paradas como as páginas principais dos sites de fofoca.

Em janeiro, a cantora Shakira lançou "Bzrp Music Sessions 53", em parceria com o produtor musical argentino Bizarrap, sobre o fim do seu casamento com o jogador de futebol espanhol Gerard Piqué. A cantora expõe detalhes sobre a traição do ex-marido, lembrando o nome da amante e dizendo que foi ele "trocou um Rolex por um Casio" e "uma Ferrari por um Twingo".

A colombiana também reclama da sogra e culpa o jogador por seus problemas com a autoridades fiscais espanholas. Quem ouve não sabe se dança ou se estoura uma pipoca para acompanhar o barraco.

O mundo inteiro quis acompanhar a fofoca extremamente dançante. Em menos de uma semana "Bzrp Music Sessions" chegou ao primeiro lugar das paradas do mundo e se tornou a canção em espanhol mais ouvida dos últimos tempos em um único dia.

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2

Neste ano, a marca Dunkin Donuts contratou Jennifer Lopez e Ben Affleck por milhões de dólares para um comercial que só foi exibido uma vez.

Entre os nomes que já se apresentaram no intervalo do Super Bowl estão Madonna, U2, Paul McCartney, Rolling Stones, Prince, Lady Gaga, Beyoncé, Michael Jackson, Red Hot Chilli Peppers, Coldplay e Bruce Springsteen. No ano passado, o show reuniu grandes nomes do rap na única apresentação múltipla até hoje, com Mary J. Blige, Eminem, Dr. Dre, Snoop Dogg e Kendrick Lamar, que ainda convidou 50 Cent para cantar a famosa canção "In Da Club".

Rihanna, que canta e dança como poucas, veio só. Trouxe apenas uma enorme trupe de dançarinos e ela mesma cantou quase sem mexer os músculos faciais, muito menos o corpo. Sua atração principal, a grande surpresa da apresentação de Rihanna, estava dentro de sua barriga —o bebê que está sendo gestado.

Rihanna não é exatamente uma pessoa da classe trabalhadora, mas também não faz parte de uma família real numa monarquia, ou seja, seu filho ou sua filha não será um herdeiro de um trono nem nada, será apenas uma criança. Sim, vai ser uma criança bem rica, mas uma criança como outra qualquer. A beleza, o talento e o tino para os negócios não são traços que a genética garante.

A cantora e empresária de 34 anos nascida na ilha caribenha de Barbados tem uma fortuna avaliada em US$ 1,7 bilhão, cerca de R$ 8,77 bilhões. Parte desse valor aparentemente surreal foi conquistado com os inúmeros sucessos de sua carreira musical, que começou 20 anos atrás e a pôs no livro dos recordes como a artista mais vendida digitalmente da história da música.

Mas ela ganhou muito dinheiro com sua autobiografia, "Rihanna", lançada no mercado em 2010, seus perfumes, sua empresa de cosméticos, a Fenty Beauty, criada em parceria com a LVMH, uma holding francesa especializada em produtos de alto luxo, e sua desejada linha de lingerie, Savage Fenty.

A gravidez revelada ao mundo domingo à noite já é a segunda da cantora com seu parceiro, o rapper nova-iorquino A$AP Rocky, também de 34 anos. O casal teve o primeiro filho em 19 de maio do ano passado. Até hoje não se sabe qual o nome oficial do bebê, que já tem nove meses de vida e é apelidado pelos fãs da cantora de "Baby Fenty".

Ou seja, não é que Rihanna teve de revelar aos seus superiores que, veja bem, não sabia como dar essa notícia, está muito feliz mas mais ainda surpresa, foi um descuido e acabou ficando grávida, não estava planejando, então vai ter que sair mais cedo alguns dias nos próximos meses para fazer o pré-natal e depois, se não for causar nenhum problema para a empresa, gostaria de tentar juntar os 30 dias de férias a que tem direito por lei aos quatro meses de licença-maternidade.

Isso tudo, aliás, é um luxo de quem trabalha com carteira assinada, uma realidade cada vez mais rara no mercado do profissional. Para grande parte das mulheres que trabalham, a gravidez, desejada ou não, é um obstáculo que terá de superar na carreira.

A espetacularização da gravidez das celebridades parece, à primeira vista, uma postura que tem a ver com o tal do empoderamento feminino, mas, no fundo, está mais para uma falta de afinidade com o mundo real e o egocentrismo comum a quem faz muito sucesso e vive rodeado pelos próprios funcionários, que acham sempre o máximo as opiniões dos empregadores.

A atriz Claudia Raia, que deu à luz seu terceiro filho, Luca, no último sábado, um dia antes da grande revelação de Rihanna, foi outra que fez da gravidez um acontecimento público. E decerto lucrativo, já que o anúncio em que confirmava que ela e o parceiro estavam esperando um bebê foi feito em forma de publipost no Instagram, em que a atriz fazia um comercial de uma marca de testes de gravidez.

Aos 56, a bailarina e atriz famosa pelas novelas tem razão de ter ficado contente com a chegada do terceiro filho, afinal nessa idade quase todas as mulheres do mundo inteiro já entraram na menopausa.

As pesquisas científicas na área da fertilidade só avançam, mas o corpo humano é o corpo humano, tem seus ciclos, seu ritmo e, infelizmente, decai com o passar do tempo. E a produção de óvulos femininos não chega aos 50 anos com o mesmo viço do rosto das atrizes, cantoras e celebridades que não têm medo de agulha. Não existe botox ou preenchimento para ovários.

O mundo tem hoje mais de 8 bilhões de pessoas. Em toda a história, é calculado que já tenham passado pelo nosso planeta entre 105 e 106 bilhões de seres humanos. Todos eles, assim como eu, você, o Chico Buarque, a Dercy Gonçalves, os donos da boate Kiss e até Jesus Cristo nasceram porque uma mulher engravidou de uma hora para outra.

É muito injusto que a continuidade da raça humana, que até agora só tem esse caminho para continuar existindo, cause tanto constrangimento para as mulheres das classes baixas e médias no mercado de trabalho. Que afete o corpo, a autoestima e a psique de todas as mulheres também é uma enorme sacanagem gerada pela natureza, mas não é disso que trata este artigo.

A maternidade, assim como a criação, a educação e os cuidados com as crianças são uma das obrigações fundamentais de toda a sociedade. E isso está longe, muito longe de acontecer. Quase tudo cai nas costas das mulheres, que vivem exaustas, irritadas, com a sensação constante de que não conseguem fazer tudo o que precisam. Tem de mudar, e todo e qualquer movimento nessa direção é muito bem-vindo na sociedade.

Claro que exibir a barriga grávida, em vez de esconder e se envergonhar da silhueta rechonchuda que a domina, como já foi a prática, é um avanço importante e precisa ser reverenciado como tal.

Mas aí quem merece o crédito é Leila Diniz, a atriz brasileira que chocou a sociedade de conservadora brasileira em 1971, 52 anos atrás, quando foi fotografada grávida, de biquíni, na praia de Ipanema. Diniz morreu no ano seguinte, 1972, em um acidente aéreo, quando sobrevoava a cidade de Nova Déli, na Índia.

Depois do acidente, um parente da atriz viajou à Índia para trazer os seus restos mortais e encontrou um diário que ela estava escrevendo na época, com várias anotações. A última frase ficou incompleta e dizia "está acontecendo alguma coisa muito es...".

Muito provavelmente Diniz estava se referindo ao acidente. Mas certamente teria continuado chacoalhando o senso comum da época com sua disposição para viver a vida do jeito que bem entendia, sem dar bola para os preconceitos da época que vivia. No caminho, quem sabe, teria mudado o mundo para sempre.

A cantora Rihanna exibe a barriga de grávida ao cantar numa plataforma suspensa sobre o gramado no intervalo do Super Bowl, nos Estados Unidos, no domingo Gregory Shamus/Getty Images/AFP

Continuação da pág. C2

No YouTube, o clipe foi visto por mais de 200 milhões de pessoas em duas semanas.

Até o maior responsável pelo chifre, Gerard Piqué, faturou com a canção. Ele fechou uma parceria com a marca de relógios Casio e foi visto dirigindo um Twingo, patrocinado pela Renault. A única prejudicada foi a amante, que se internou com uma crise nervosa.

O single também foi parar nas manchetes dos portais de notícias. A letra foi destrinchada por fofoqueiros profissionais sedentos por descobrir detalhes da traição que estavam em cada verso.

"Bzrp Music Sessions 53" também virou tema de discussão. Críticos e especialistas em cultura pop acusam a cantora colombiana de ter exagerado ao expor a sua vida pessoal além da conta para lucrar.

Também acham que Shakira pegou pesado por ter exposto a amante e também a sogra.

Este jornal publicou uma análise sobre a onda de divas pop escreverem letras vingativas expondo ex-companheiros de forma tão visceral. A psicanalista Maria Homem descreveu como fetiche o fascínio pelo sofrimento das celebridades. O caráter mórbido dos fãs os levaria a se excitar com o chifre alheio, o que estaria moldando o mercado de consumo. Tanto que os singles mais recentes das cantoras Miley Cyrus e SZA são sobre traição e também foram parar no topo das paradas.

Falar explicitamente sobre desilusões amorosas, no entanto, não é uma exclusividade das divas pop. Muito menos de intérpretes e compositoras.

Justin Timberlake foi parar no topo das paradas ao cantar sobre ter sido traído por Britney Spears com seu amigo em "Cry Me a River". Em "Call Out My Name", o cantor The Weeknd confessa ter sido infiel com a sua ex-namorada Selena Gomez.

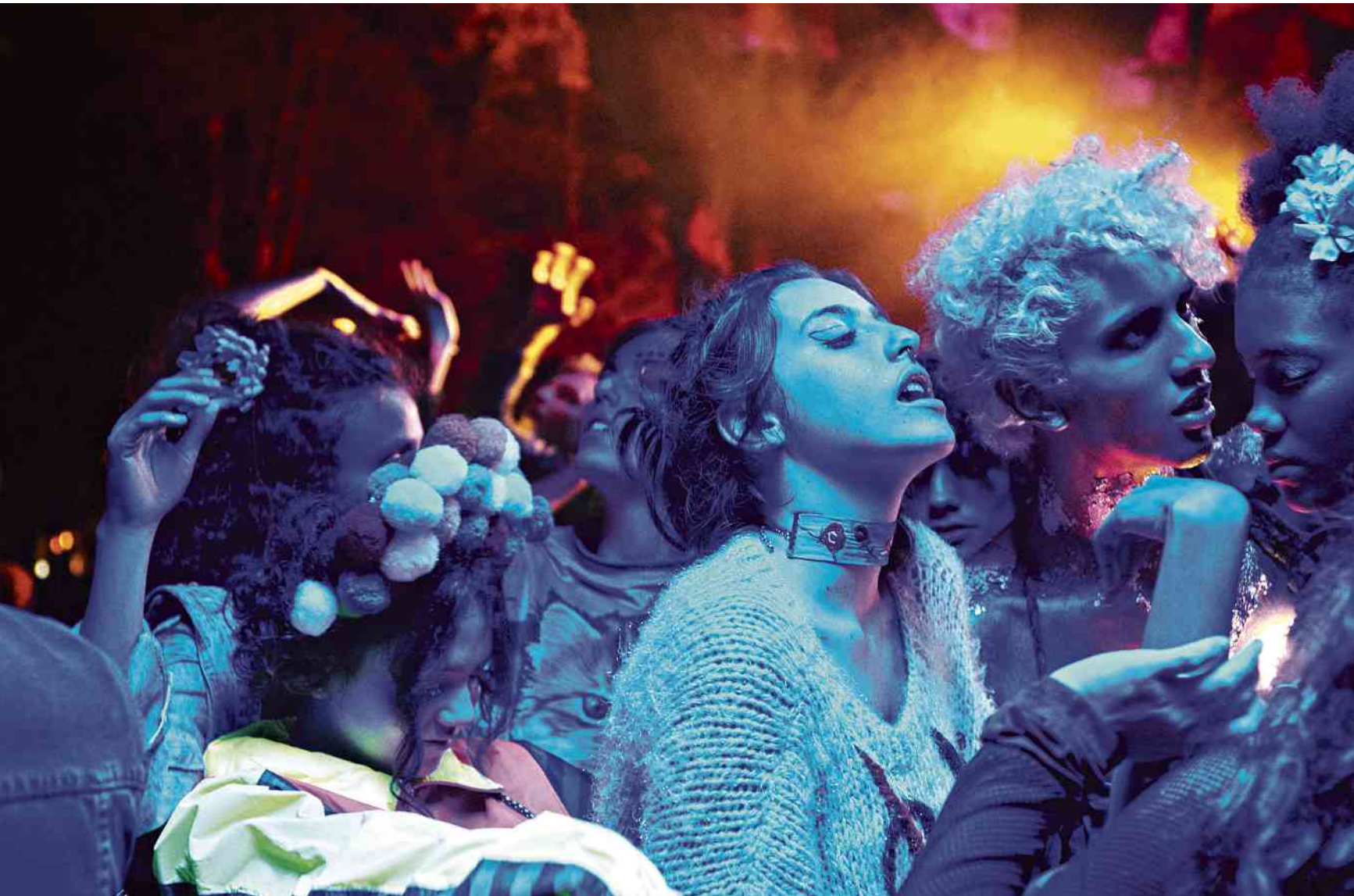
O músico britânico Ed Sheeran desabafou sobre ter sido chifrado pela ex-namorada, a cantora Ellie Goulding, com um integrante do One Direction, em "Don't". Kurt Cobain gravou uma versão de "Where Did You Sleep Last Night?", para uma edição do MTV Unplugged, como indireta a Courtney Love por suas puladas de cerca.

Os integrantes da banda Fleetwood Mac viviam expondo os problemas conjugais nas canções e viveram o mais famoso "quadrizal" —talvez o único— da história do rock.

No Brasil, Tim Maia reclama da namorada que o traiu com um dos seus sobrinhos em "Voltou a Clarear". Em "Drão", Gilberto Gil pede desculpas à ex-mulher por a ter traído e sido ausente no casamento. Herbert Vianna canta sobre ter sido trocado por outro por Paula Toller em "Uns Dias", dos Paralamas do Sucesso.

Mesmo assim, ainda há quem ache que Shakira deveria cantar apenas sobre quadris que não mentem. Mas podem perder as esperanças. A cantora pretende lançar um novo single falando de recuperação e recomeço. Se os versos seguirem a mesma linha do hit anterior, já podemos separar a pipoca para estourar.

[...]

Críticos e especialistas em cultura pop acusam a cantora de ter exagerado ao expor a vida pessoal além da conta para lucrar. Também acham que Shakira pegou pesado por ter exposto a amante e a sogra

Cena de 'Boca a Boca', série brasileira criada por Esmir Filho e lançada pela Netflix em 2020, produção que não deve ter novas temporadas, segundo o cineasta Vanessa Bumbeers/Divulgação

Fora do ar

Continuação da pág. C1

Quem gastou quase oito horas assistindo aos episódios de "1899", por exemplo, nunca vai descobrir a solução dos enigmas deixados em aberto.

A notícia de que uma série foi cancelada costuma ser dada pelos roteiristas, produtores, atores ou pela imprensa especializada —como foi com a maioria dos casos lembrados nesta reportagem. As plataformas raramente se pronunciam porque a decisão gera uma repercussão negativa e imediata para a marca, diz Paulo Ratz.

A Netflix parece mesmo desgostar da palavra "cancelamento", afirma o cineasta Esmir Filho. O criador do seriado "Boca a Boca", lançado pela plataforma em 2020, conta que a produção não deve ganhar novas temporadas apesar de a plataforma nunca ter decretado o fim do título.

"Também não gosto do termo. Dá a ideia de que a série fracassou, e eu não vejo 'Boca a Boca' como uma obra cancelada. É uma série que está lá para ser vista", ele afirma.

Procurada, a Netflix disse não ter um porta-voz para o assunto. Empresas como HBO Max, Amazon Prime Video, Disney+, Star+, Paramount+ e Globoplay também não quiseram falar com a reportagem.

O americano Ted Sarandos, um dos diretores-executivos da Netflix, quebrou o silêncio da empresa em entrevista ao portal Bloomberg em janeiro.

O empresário afirmou que a plataforma nunca cancelou uma série de sucesso. "Muitos desses títulos eram bem-intencionados, mas foram vistos por uma pequena audiência e tiveram um alto orçamento. O segredo é conseguir falar para pequenas audiências com baixos orçamentos. Se você faz isso bem, pode fazer para sempre", disse.

É um tema que inflama o público. "Ficar mantendo um streaming que só cancela séries novas é perda de tempo", publicou uma pessoa no Twitter. "A real é que a Netflix decaiu muito, cancela tudo o que presta, só renova série bosta de adolescente", escreveu outro fã na rede social.

Os envolvidos em produções descontinuadas tampouco ficam contentes. Jantje Friese e Baran Bo Odar, os nomes por trás de "1899", disseram sentir um peso no coração ao anunciarem o fim da série.

"Gentefield", seriado da Netflix que acompanha latinos vivendo em Los Angeles, foi cancelado em janeiro do ano passado, segundo o portal Deadline. Uma das criadoras, Linda Yvette Chavez publicou uma carta aberta no Instagram, na qual afirma que vivemos num mundo em que "arte revolucionária é mercantilizada". "Métricas e algoritmos nunca vão medir o verdadeiro impacto do que fizemos na série", escreveu ela.

Esmir Filho, de "Boca a Boca", faz coro à opinião de Chavez. "É delicado tomar decisões baseadas só no algoritmo. A gente perde a vontade de ousar e aí tudo fica chato, monótono e igual. É importante apostar em títulos que atingem só alguns nichos porque o público pode crescer depois", afirma.

Ratz, ex-gerente financeiro da Netflix no país, diz que "Boca a Boca" surgiu numa época em que ficção científica virou a principal aposta da plataforma por causa do sucesso da distópica "3%". Quando essa onda passou, quiseram replicar o sucesso de "Sintonia", que foi um fenômeno de audiência.

O cineasta confirma que há mesmo obsessões sazonais. "Satura porque fica todo mundo vendo as mesmas coisas. Talvez seja bom para os números, mas não funciona para a qualidade do produto."

Cerca de um mês é o tempo que uma série tem para mostrar bons resultados à plataforma e garantir a sua renovação, afirma Ratz. Depois desse período, o interesse pelo título pode cair vertiginosamente por causa do volume massivo de lançamentos.

Continua na pág. C5

Cartaz da série '1899', aposta dos criadores de 'Dark', os alemães Jantje Friese e Baran Bo Odar, outra produção cancelada pela Netflix pouco mais de um mês depois de sua estreia Divulgação

Velma de 'Scooby-Doo' agora é lésbica e debocha de brancos

Personagem estrela nova série adulta da HBO Max, que faz Fred de chacota

Guilherme Luis

SÃO PAULO Uma Velma de pele escura se apaixona por uma Daphne com traços orientais em "Velma", nova série adulta da franquia "Scooby-Doo" lançada pelo streaming HBO Max. O tesão entre elas surge quando se beijam para afastar entidades que assombram a mente da protagonista.

Sangue, piadas de teor sexual e um texto pró-minorias preenchem a nova animação que conta a história de origem da trupe de investigadores. Na trama, Velma apura assassinatos em série com a ajuda de seu colega Norville, o Salsicha, que nesta versão é negro. Fred, por sua vez, agora só serve de chacota por ser um homem branco estúpido.

Os últimos capítulos de "Velma" estrearam na plataforma de streaming na última quinta-feira depois de a série ser rechaçada pela crítica especializada e pelos fãs do desenho clássico.

Nas redes sociais, reclamam que a produção deturpou os personagens. "A DC decidiu lacrar. Se querem personagens gays, basta criar. Não precisa alterar os heróis clássicos", tuitou uma pessoa.

Não é o que pensa Fernanda Baronne, que dubla a Velma no Brasil há dez anos. "Não dá para comparar a série nova com a antiga. Ela atualiza a história com diversidade de raça e sexual. É uma homenagem", afirma a profissional.

"Velma" se tornou um dos seriados mais mal avaliados no IMDb, site que agrega resenhas de filmes e séries, com uma nota média de 1,4. Para a cineasta e artista visual Erica Modesto, que é LGBTQIA+, as pessoas podem estar incomodadas porque a produção rompe com o que há de patriarcal em "Scooby-Doo".

"Tinha o mocinho bonito, a mocinha indefesa, o alívio cômico e o pet fofo e atrapalhado. Se falam que a Velma agora pertence a um universo que os conservadores não estão prontos para assimilar, essas pessoas piram", diz.

O novo seriado é mesmo disruptivo. Velma agora é feminista e filha de uma mulher indiana. Daphne é adotada por duas mulheres lésbicas. O cabelo laranja do Salsicha foi substituído por dreads pretos. Já Fred é usado para lembrar o espectador dos privilégios de brancos ricos.

O roteiro da série é ácido e crítico. Toca em temas como racismo, violência policial, misoginia e pressão estética.

Baronne, a dubladora, não vê problema com as piadas sobre gente branca. Diz que são feitas com o mesmo humor americano que sempre zombou de minorias. Modesto, a cineasta, ecoa a opinião dela e acrescenta que os desenhos permitem uma abordagem simples e profunda de temas relacionados à diversidade.

A polêmica em torno da sexualidade de Velma ganhou força em 2020, quando Tony Cervone, o produtor de "Scooby-Doo", disse no Instagram que a personagem é lésbica.

O cineasta James Gunn, que escreveu o roteiro dos filmes "Scooby-Doo", de 2002, e "Scooby-Doo 2: Monstros à Solta", de 2004, já disse que os longas precisaram ser modificados para esconder a verdadeira sexualidade de Velma.

Uma cena de beijo entre Velma e Daphne foi gravada e depois cortada do longa de 2002. Quem confirmou foi Sarah Michelle Gellar, a atriz que interpreta o papel de Daphne.

Outro burburinho que rodeou "Velma" foi a exclusão de Scooby-Doo da trama. Charlie Grandy, um dos criadores da série, deu a entender que o teor adulto da história atrapalhou a inclusão do cão. A produção é recomendada para pessoas com mais de 16 anos.

"O que torna 'Scooby-Doo' um programa infantil é o Scooby-Doo. Não conseguiríamos fazer isso [incluir o personagem]. Coincidiu com a Warner dizendo que não podemos."

A justificativa pode parecer estapafúrdia, mas é verdade que a inocência do cachorro detetive pouco combina com as cabeças cortadas ao meio exibidas na série. "É delicado pegar um produto que passou anos sendo vendido para o público infantil e de repente embalar para os adultos", diz Erica Modesto, a diretora.

Apesar das críticas e do aparente fracasso da série, Channing Dungey, a presidente do Warner Television Group, deu a entender que a empresa já está trabalhando numa segunda temporada da série.

Baronne, a dubladora, celebra o título. "Temos que caminhar para um lugar em que o importante da história não seja se a Velma é lésbica, hétero, não binária ou transexual, mas sim quem ela é."

Velma
EUA, 2023. 16 anos. Na HBO Max

Velma e Daphne se apaixonam em 'Velma', nova série adulta do universo 'Scooby-Doo' lançada pela HBO Max Divulgação

Continuação da pág. C4

"Julie and the Phantoms", por exemplo, não chegou nem perto do resultado que era esperado, segundo ele. O cancelamento veio no fim de 2021, um ano após a estreia. Um abaixo-assinado que pede uma segunda temporada acumula mais de 220 mil assinaturas.

Renovações de seriados agora são tratadas como notícias bombásticas. Cancelamentos também geram burburinho.

O time de redes sociais da Netflix está de olho nas movimentações feitas pelos fãs na internet, diz Ratz, mas a empresa leva em conta fatores que vão além das vontades de uma parte dos espectadores.

"A empresa nunca foi focada em dinheiro, mas em criar estratégias para conseguir agradar a toda a família", afirma.

"A gente se apega porque quer ver um final para a história, mas é preciso entender que é uma empresa", diz o executivo. Segundo ele, é impossível manter uma série cara que agrade só a parte do público.

Gilberto Gil canta em "Rep" que o povo sabe o que quer, mas o povo também quer o que não sabe. Segundo Esmir Filho, essa máxima deveria ser adotada pelo mercado audiovisual. "Às vezes o importante não é o número de pessoas que a série alcança, mas o quão profundo as atinge", diz.

'O Mundo por Philomena Cunk' reflete cansaço das comédias políticas na época da polarização

ANÁLISE

André Boucinhas
Roteirista, historiador e autor do livro 'Da Revolução do Stand Up à TV Pirata'

RIO DE JANEIRO Política cansa. E, quando é vivida intensamente, chega a hora de despolitizar. "Cansei de lero-lero, dá licença, mas eu vou sair do sério", dizia Rita Lee nos anos 1980, no Brasil. Esse movimento já acontecera antes, nos Estados Unidos e na Europa.

Isso parece ser cíclico e volta a dar as caras com o excelente documentário-paródia "O Mundo por Philomena Cunk".

A fim de entender o efeito e a novidade de Philomena Cunk, vale a pena fazer um flashback para o fim dos anos 1960, quando os britânicos John Cleese e Graham Chapman perceberam que a sátira política estava saturada.

Os tipos de piada e de crítica se repetiam e, portanto, perdiam a graça. Nada mais desesperador para um comediante de verdade —são poucos. Era hora de algo diferente, que no caso deles se chamou Monty Python.

Do outro lado do Atlântico, o jovem Steve Martin "sentiu cheiro de rato morto" mais tarde. "O rato era a era de Aquário." Aposentou o visual hippie e piadas políticas e começou a se apresentar como comediante sem noção. Foi o primeiro profissional de stand-up a lotar um estádio.

As inovações da comédia parecem oscilar entre o engajamento e a irresponsabilidade —sem sentido pejorativo. Nos anos 1960, grandes humoristas estavam preocupados em defender ou atacar novas ideias progressistas e, à sua maneira, contribuir com o desenvolvimento do seu país.

A década seguinte viu a reação a isso. O humor mais inovador passou a querer ser engraçado e original, e só —o que na verdade não era pouco.

"O Mundo por Philomena Cunk" se inscreve na tradição de humor sem agenda política. Seus autores também sentiram o cheiro do rato morto.

Vivemos há duas décadas uma polarização intensa, com o fortalecimento de pautas progressistas por um lado e a ascensão de uma direita reacionária por outro, com o humor sendo usado em ambos como arma. O retorno triunfal da comédia sem preocupações sociais era uma questão de tempo.

À primeira vista, Philomena Cunk se parece com as retrospectivas cômicas de 2020 e 2021 da Netflix. Só que ali os entrevistados representavam tipos sócio-econômicos —o acadêmico conservador, o bilionário individualista, o revoltado de rede social et cetera—, algo ainda repleto de comentário crítico. Faltava um programa que conseguisse se afastar disso com qualidade e esse era justamente o propósito da série, segundo seus produtores. E não só foram bem-sucedidos, como inovaram o gênero.

Todos os elementos de um documentário histórico são subvertidos de maneira hilária —frases de efeito, atuação dramática, animação gráfica, atores vivendo figuras históricas. Nada escapa ao estilo.

Mas a originalidade está em outra parte. O objeto (história da civilização), os entrevistados (especialistas) e as informações são verdadeiras; o único cômico é a apresentadora. E é o suficiente.

Philomena Cunk é uma personagem genial da comediante Diane Morgan. Ignorante apesar de letrada, consciente disso, e ainda assim confiante e arrogante. Ela já ouviu falar dos assuntos a que se refere, tem opinião sobre eles e não está disposta a mudar de ideia. Isso por preguiça, e não por questão de convicção.

Diferente de Borat, a graça não é ver outros sucumbindo às suas loucuras sem saberem que se trata de ficção, uma estrutura da "pegadinha". Aqui não há dúvida sobre o aspecto ficcional.

Nós sabemos —e, lamento informar, os entrevistados também, embora as respostas sejam espontâneas— que é uma brincadeira. Afinal, ninguém pode mesmo pensar que "os gregos também criaram o teatro para as pessoas estúpidas, conhecido como esporte". Ou pode?

Tanto a comédia engajada quanto a irresponsável têm seu lugar, mas confesso que nos tempos turbulentos de hoje me acalmou ver a história da humanidade sem injustiças, crueldades. Opa, nada de papo sério por aqui, porque provavelmente você, como Rita Lee, cansou "de escutar opiniões de como ter um mundo melhor".

O Mundo por Philomena Cunk
Reino Unido, 2023. Direção: Diane Morgan, Charlie Brooker. Com: Diane Morgan. 16 anos. Disponível na Netflix

Tati Bernardi fala sem frescuras em videocast

Colunista conversa com Titi Müller, Monica Iozzi e outros em papos que prometem ser espinhosos, mas com humor

Diogo Bachega

SÃO PAULO Tati Bernardi estreia o videocast "Desculpa Qualquer Coisa" nesta quarta-feira, o primeiro de duas séries que fará em parceria com a Universa, do UOL. Criadora do podcast popular "Calcinha Larga", ela volta a abusar de irreverência, sinceridade e bom humor para abordar temas vistos como polêmicos.

O podcast se propõe a fazer os convidados —a maioria mulheres, mas não todos— falarem sobre o que não falariam em outros espaços. Bernardi quer fugir do politicamente correto, da perfeição simulada nas redes sociais, e sujar as mãos. Os episódio serão editados e disponibilizados no Canal UOL, no YouTube da Universa e nas plataformas de áudio toda quarta-feira. A ideia é que as conversas sejam longas, com mais de uma hora.

Tati Bernardi conta que o nome se desculpa por algumas coisas. Primeiro, por sua falta de experiência com o vídeo. "Sou escritora, não sou apresentadora. O que eu estou fazendo aqui?", questiona. Depois, pelos assuntos que pretende abordar —espinhosos, sem fugir dos temas difíceis. E ela já adverte que a ideia é falar mal dos outros, nada de conversa boazinha.

"A ideia é ter um papo inteligente e que causa provocações e incômodos, mas que seja positivo, uma coisa agradável de assistir", afirma. "Como eu falo muita merda, falo muito mal de mim, eu deixo a pessoa muito à vontade para contar os perrengues dela."

Tati Bernardi já conversou com as apresentadoras Titi Müller e Monica Iozzi, com a atriz Denise Fraga e a cantora Ana Cañas. Também tem conversas marcadas com a deputada estadual Erika Hilton e a cantora Karol Conká, atacada na internet após sua participação no Big Brother Brasil.

"As convidadas sempre vão ser pessoas que já sei que vão render papos profundos, interessantes, reais, que expõem vulnerabilidades, expõem buracos e medos", diz Bernardi.

Andressa Zanandrea, editora-chefe da Universa, afirma que o projeto vem em um momento em que o portal busca se concentrar cada vez mais em conteúdos audiovisuais. "Nós, UOL e Tati, demos match imediato, pois percebemos que estamos vivendo uma mudança no comportamento de consumo da informação, em que vídeos e áudios ganham ainda mais protagonismo."

"Outro fator consensual foi entendermos que o feminismo é fundamental, mas que não precisamos reafirmar isso o tempo inteiro", afirma.

"Temos de ouvir as pessoas e o que elas têm a dizer, em vez de ser 'palestrinhas' ou 'combativas'", diz Zanandrea. "Assim, podemos nos aproximar de mulheres que rejeitam o rótulo, mas estão interessadas por conteúdos, ao mesmo tempo, divertidos, informativos e transformadores."

Além desse podcast, Tati Bernardi vai lançar em março "Desculpa o Transtorno", também em parceria com a Universa. O videocast, quase um spin-off do irmão, contará com o professor e psicanalista Christian Dunker. Juntos, ele e Bernardi vão analisar e tentar explicar, de maneira didática e cômica, causos da mente humana enviados pelo ouvinte.

"A gente vai ler a carta e vai fazer uma análise selvagem da pessoa. O Christian é um puta professor de psicanálise, eu sou uma estudante, e a gente vai analisar essas cartas", afirma Tati Bernardi.

Ela já aplica seus conhecimentos de psicanálise em "Meu Inconsciente Coletivo", podcast produzido por este jornal em que ela entrevista especialistas da área para discutir sobre temas variados e atuais que são recorrentes nas sessões de terapia da escritora.

Desculpa Qualquer Coisa
No Canal UOL, YouTube da Universa e plataformas de streaming todas as quartas-feiras

Tati Bernardi em gravação do videocast 'Desculpa Alguma Coisa' Mariana Pekin/UOL

'37 Graus' capricha com as histórias unidas à ciência que falam ao pé do ouvido

ESCUTA AQUI
37 Graus
★★★★★
Nas plataformas de streaming ou no site oficial 37grauspodcast.com. Com Sarah Azoubel e Bia Guimarães

Reinaldo José Lopes

É difícil não sentir que há algo de obsessivo no capricho com que são produzidas as temporadas de "37 Graus", podcast que junta ciência e histórias humanas criado pela jornalista Bia Guimarães e pela bióloga Sarah Azoubel.

Os episódios conduzidos pelas duas mostram que é possível usar esse meio para criar uma lógica narrativa própria, combinando elementos de entrevista, radionovela e conversa ao pé do ouvido.

Em vez de contar uma história única e linear, o podcast se propõe a olhar grandes temas ou conceitos —a percepção que temos sobre o tempo e a linha que separa o real do falso, respectivamente— por uma diversidade de ângulos, e também de modo um tanto cíclico (o que ajuda a dar a sensação de começo, meio e fim para as temporadas).

É o tipo da abordagem que facilmente poderia produzir dispersão ou falta de clareza. A dupla, porém, quase sempre consegue caminhar nessa corda bamba com sucesso.

Um bom exemplo é o episódio em duas partes "Um Acidente de Memória", de setembro de 2021. Nele, as lembranças nebulosas de Guimarães sobre um acidente de carro que viveu anos atrás, e a tentativa de reconstruir o que de fato ocorreu voltando ao local da batida, abrem espaço para discutir como as memórias são construídas e reconstruídas no cérebro e para mostrar como os testemunhos pessoais precisam ser usados com cautela em contextos criminais.

Um dos pontos mais prazerosos para o ouvinte provavelmente são os momentos em que as apresentadoras parecem sentar juntas para tentar entender o que estão descobrindo sobre o tema do episódio, ou especular sobre o que virá em seguida. Nessas horas, o roteiro se metamorfoseia numa conversa informal e intimista, da qual o ouvinte parece estar participando.

Bia Guimarães, à esq., e Sarah Azoubel, à dir., apresentadoras do podcast '37 graus' Divulgação

As conversas também ajudam a injetar leveza e bom humor em temas complicados, como a busca pela imortalidade biológica no episódio "Procura-se Regina", de janeiro de 2021 —Regina é o apelido de uma planária, verme com uma capacidade quase miraculosa de regenerar o próprio corpo.

Há um cuidado particular com a "paisagem sonora", com trilhas composta pelo músico Gabriel Falcão, e nas boas sacadas para tentar reproduzir dados e conceitos científicos mais abstratos em forma de efeitos e ambientação sonora.

Dois episódios nos quais isso funcionou especialmente bem, ambos de outubro de 2021, são "Viagem pela Selva Elétrica" —sobre os porquês, peixes elétricos da Amazônia— e "Em Busca do Vale do Silêncio", sobre um radiotelescópio no sertão da Paraíba.

Guimarães e Azoubel também costumam compartilhar o que sabem sobre podcasts no site Cochicho.org, que traz dicas sobre como lidar com o formato, dos melhores gravadores de som e bancos online de trilhas sonoras gratuitas ao registro de propriedade intelectual. Podem ser úteis para os podcasters novatos.

REP Festival poderá ser multado em R$ 12 milhões

SÃO PAULO O Procon-RJ, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, pode multar os organizadores do REP Festival em até R$ 12 milhões pelaS falhas registradas no primeiro dia do evento, que aconteceu nO sábado (11), na zona oeste do Rio de Janeiro.

As fortes chuvas que caíram sobre a cidade transformaram o festival, maior evento de rap do país, num imenso lamaçal.

Os shows, que aconteceram numa fazenda em Guaratiba, atrasaram ou foram cancelados. Múltiplos artistas desistiram de se apresentar na última hora, alegando que corriam risco de vida nas condições dadas pela produção do evento.

Imundas, as pessoas xingavam os organizadores, chegando a avistar cobras e pererecas em meio à lama.

Pablo Neruda morreu envenenado, dizem cientistas

SÃO PAULO O poeta chileno Pablo Neruda foi envenenado com Clostridium botulinum, bactéria que causou sua morte em 1973. É o que concluíram os especialistas convidados para formar o terceiro painel dedicado a estudar a causa da morte do escritor.

Neruda morreu no dia 23 de setembro na clínica Santa María, em Santiago, 12 dias depois de Augusto Pinochet assumir o poder por meio de um golpe de Estado. A causa da morte alegada no atestado de óbito, foi descartada pela Justiça em 2011, mas voltou a ser defendida há dez anos pelo primeiro painel de especialistas dedicados ao caso.

Segundo o El País, as conclusões serão divulgadas em caráter oficial nesta quarta-feira, quando o relatório será entregue à juíza responsável por esse caso, Paola Paza.

Hmmfalemais

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Escolhido pela Áustria no Oscar reimagina a vida de famosa rainha

Corsage
Para compra ou aluguel no Now, 16 anos
O longa de Maria Kreutzer ficou entre os 15 semifinalistas ao Oscar de filme internacional deste ano e propõe uma leitura radical da trajetória da imperatriz Elisabeth da Áustria-Hungria, mais conhecida como Sissi. Vicky Krieps encarna a monarca aos 40 anos de idade, fase da vida em que as mulheres já eram consideradas velhas no século 19. Mas o roteiro toma inúmeras liberdades —põe em cena invenções que ainda não existiam em 1877, como o cinematógrafo, e ainda muda o desfecho da história.

As Leis de Lidia Poët
Netflix, 16 anos
Esta minissérie italiana conta a história real da primeira advogada mulher do país, que enfrentou obstáculos para exercer sua profissão.

O Melhor de Caçadores de Relíquia
History, 19h30, 10 anos
Uma seleção dos melhores episódios do programa em que colecionadores percorrem os Estados Unidos em busca de antiguidades, todas elas com uma história interessante por trás para descobrir.

Minha Bela Dama
Telecine Cult, 22h, livre
Chega à rede Telecine o clássico de 1964, inspirado no livro "Pigmaleão" de George Bernard Shaw e estrelado por Rex Harrison e Audrey Hepburn.

Legião Estrangeira
Cultura, 22h, livre
Alberto Gaspar discute com correspondentes estrangeiros o terremoto na Turquia e na Síria e o encontro entre os presidentes Lula e Biden.

A Volta ao Mundo em 80 Dias
Globo, 23h20, 14 anos
A sessão "Cinema do Líder" exibe os dois primeiros episódios da minissérie britânica baseada no famoso romance de Jules Verne. A temporada completa está no Globoplay.

Toda Nudez Será Castigada
Canal Brasil, 0h30, 16 anos
Um viúvo promete ao filho não se envolver com nenhuma mulher, mas se apaixona por uma prostituta. Arnaldo Jabor dirigiu em 1973 o que talvez seja o melhor filme baseado em Nelson Rodrigues, com uma atuação marcante de Darlene Glória.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

		3			9	4		
2				6		7		
9	4						3	2
					7			5
		4	2		5	3		
5			3					
4	9						1	3
		7		3				6
		1	8			5		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

7	5	3	1	2	9	4	6	8
2	1	8	4	6	3	7	5	9
9	4	6	7	5	8	1	3	2
1	3	2	9	4	7	6	8	5
6	7	4	2	8	5	3	9	1
5	8	9	3	1	6	2	7	4
4	9	5	6	7	2	8	1	3
8	2	7	5	3	1	9	4	6
3	6	1	8	9	4	5	2	7

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Equipamento que traça círculos perfeitos **2.** Cidade mineira da Zona da Mata **3.** As iniciais da cantora Rita, de "Balacobaco" / Salto que a cavalgadura dá, escoiceando **4.** A parte interior, mais compacta e escura, do tronco das árvores / As iniciais do ator fluminense Santoro, de "300" **5.** Aqueles nascidos no segundo menor estado do Brasil **6.** Planta utilizada como cerca viva / Indicação exata do tempo em que aconteceu ou acontecerá alguma coisa **7.** Sarrafo, ripa **8.** Que inspira respeito (fem.) **9.** (Pop.) Qualquer homem / Desse tipo **10.** (Contab.) Anulação de um lançamento errôneo por meio de um lançamento contrário **11.** Corrente fina usada em joalheria / Menina **12.** Poder de atração / O mais velho **13.** Uma faísca elétrica que prenuncia tempestade / Assento estofado, dotado de braços e encosto.

VERTICAIS
1. Que tem bom senso / Tecido de algodão leve, usado em camisas **2.** O músico Santos, de "Como uma Onda no Mar" / Ato de ir ver um amigo, parente etc. **3.** As iniciais do ator norte-americano Culkin, de "Esqueceram de Mim" / Muito irritado **4.** Pequena ave, parente da arara, da região amazônica / (Pop.) Corruptela de senhor **5.** Energia / A ator norte-americano Clooney, de "Gravidade" **6.** Que melhora as condições higiênicas de um ambiente / Em + um (pl.) **7.** O João celebrado em 24 de junho / Tanque ou aquário de peixes **8.** Pequena cavalgada / Um imposto bancário **9.** De + essa / Pode ser de soltura.

HORIZONTAIS: 1. Compasso, **2.** Canaã, **3.** RL, Pinote, **4.** Durame, RS, **5.** Alagoanos, **6.** Tuia, Data, **7.** Vigota, **8.** Venerada, **9.** Zinho, Tal, **10.** Estorno, **11.** Fio, Guria, **12.** It, Sênior, **13.** Raio, Sofá.
VERTICAIS: 1. Cordato, Zefir, **2.** Lulu, Visita, **3.** MC, Raivento, **4.** Papagainho, Sô, **5.** Ânimo, George, **6.** Saneador, Nuns, **7.** São, Natatório, **8.** Trotada, IOF, **9.** Dessa, Alvará.

Ariel Severino

Muito barulho por nada

Hoje todo governo precisa se preocupar em produzir conteúdo

Wilson Gomes
Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Na última vez em que Luiz Inácio Lula da Silva debutou na Presidência, a comunicação governamental era um recurso que se dominava com boas sonoras presidenciais nos telejornais do horário nobre, algumas entrevistas a órgãos selecionados e uns anúncios pagos.

Vinte anos atrás, a imprensa ainda ocupava o centro da esfera pública, distribuindo visibilidade, oferecendo insumos para a discussão dos assuntos de interesse comum e até registrando e promovendo o debate nacional.

Os governos e a sociedade reclamavam por não ter o controle da pauta da deliberação pública ou do enquadramento predominante dos problemas sociais e das respostas políticas que estes demandavam.

Na verdade, nem sequer tinham o domínio sobre que questões eram consideradas dignas ou não da atenção pública.

Quando as comunicações digitais entram em cena, desafiando a hegemonia do jornalismo profissional e superando-a em apenas 30 anos, o jogo muda.

Os ambientes digitais em que se discute política, problemas sociais e assuntos de interesse comum são mais horizontais que o sistema verticalizado e de vetor unidirecional da imprensa profissional; a conversação civil que aí se estabelece é muito mais ampliada e universal, permitindo o acesso de qualquer voz e ponto de vista.

A decisão sobre a agenda e o enquadramento, sobre os scripts dominantes para os enredos políticos, sobre a imagem de um político ou partido, tudo passa a depender principalmente das dinâmicas da atenção pública, fora do controle das duas dezenas de redações profissionais que ainda são lidas e ouvidas.

Hoje tudo se recombinou na ideia de que todo governo precisa "produzir conteúdo" e disseminá-lo pelas arenas digitais —de modo multiplataforma e multiformatos, para os mais variados públicos— se quiser conduzir o debate público e vender seus projetos e o seu ponto de vista sobre os problemas nacionais.

Se, em 2003, saber negociar com o Congresso e com os grupos de interesse e fazer uma gestão pública eficiente eram habilidades essenciais para governar, em 2023 nada disso tem a menor chance de dar certo se o governo não fizer política por meio da comunicação.

Isso inclui ganhar a disputa pela atenção pública, além de contar as histórias por meio das quais as pessoas entendem o que está acontecendo ao seu redor e decidem onde investir o seu afeto.

O cenário anterior dava aos governos, contudo, um álibi plausível para eventuais fracassos na condução da opinião pública, uma vez que tudo podia ser posto na conta de uma mídia acusada de adversária e de intencionalmente distorcida e manipuladora.

No novo ambiente horizontal, aberto, ubíquo e confuso das comunicações digitais, governos que não têm uma estratégia de comunicação para se impor no mar dos "conteúdos" em vertiginosa circulação provavelmente fracassarão. Por isso mesmo a demora e a hesitação que o governo do PT demonstra para ir a bordo são particularmente perturbadoras.

Lula desfruta ainda de um inédito período de boa vontade de quem produz conteúdo político, inclusive do jornalismo e dos grupos de interesse, mas vem dilapidando esse capital com o fatal hábito de produzir barulho em vez de comunicação. Teve sorte.

O apego ao sucesso eleitoral da frente ampla e a sensação de que a democracia foi restaurada mantiveram a conversa civil favorável ao presidente. Depois, a injúria do dia 8 de janeiro e o noticiário sobre a crise humanitária que afeta os yanomamis foram fundamentais para manter aquecido o desprezo pelo bolsonarismo.

Não fosse isso, a comunicação presidencial seria quase exclusivamente um rastro de tretas, busca ativa por provocar aliados recentes, criação de bodes expiatórios e retorno à retórica populista destinada à própria bolha.

Que fique atento, porém, pois o excesso de barulho é um sintoma de que não há estratégia alguma em curso: na falta de um plano, fazemos zoada.

Ou, pior ainda, o barulho pode findar por impedir uma estratégia bem arquitetada, pois a todo momento os articuladores e os planejadores precisam correr para apagar os incêndios que o presidente inicia, a dizer que "fomos mal interpretados" e que não é bem assim.

Chutar canelas é fácil, difícil é dizer para onde se quer ir e de que modo.

seg. Luiz Felipe Pondé | ter. João Pereira Coutinho | qua. Wilson Gomes | qui. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | sex. Djamila Ribeiro | sáb. Mario Sergio Conti

Cenas dos filmes 'Brasa Adormecida', de 1987, e 'Bocage: O Triunfo do Amor', de 1997, ambos do diretor Djalma Limongi Batista, morto nesta terça-feira, em São Paulo Divulgação

Morre Djalma Limongi Batista, de 'Asa Branca'

Diretor amazonense se destacou durante crise do cinema brasileiro e fez obras poéticas que precisam ser resgatadas

ANÁLISE

Sérgio Alpendre
Crítico de cinema

Toda vez que algum cineasta importante nos deixa, como aconteceu com Djalma Limongi Batista neste terrível 14 de fevereiro, sentimos vontade de rever seus filmes, retomar o contato com a sua obra.

No caso, a obra desse realizador amazonense que fez carreira em São Paulo é curta, com três longas e os curtas de formação. Bastava um dos longas, contudo, para pôr seu nome entre os mais importantes do país —"Brasa Adormecida", de 1987.

Dentro dele, um único momento é suficiente para percebermos o talento —quatro rapazes querem seduzir Bebel, personagem de Maitê Proença, e suas amigas na casa de campo onde passam um delicioso verão. Eles saem de trás das árvores, com danças cheias de movimentos másculos, típicos de jovens querendo impressionar.

A coreografia é pensada para ser poética e engraçada ao mesmo tempo. Bebel e as amigas respondem com entusiasmo, se sentem desejadas.

Até que surge, do outro lado da piscina, com um gavião em suas mãos, Ticão, personagem de Edson Celulari. Com ele, os rapazes não têm chance. Eles se tornam observadores do jogo de sedução.

Ticão mergulha na piscina, sob olhar interessado de Bebel, e quando sai, Batista o filma como uma divindade. Seu único rival é o primo Toni, vivido por Paulo César Grande, que chega de moto.

Temos um triângulo amoroso, duelo de belezas, Celulari e Grande, pelo coração de outra beleza, Proença. Lembra, embora com atmosfera diferente, um outro triângulo, o de Burt Lancaster, Alain Delon e Claudia Cardinale em "O Leopardo", de Luchino Visconti. Batista era alguém que via filmes e entendia de cinema, o que fazia diferença.

"Brasa Adormecida" foi realizado e lançado num momento, a segunda metade dos anos 1980, em que o cinema brasileiro passava dificuldades, com inflação descontrolada e as decadências da Boca do Lixo e da Embrafilme.

Batista não fazia parte da geração interrompida dos anos 1980, pois apesar de estrear em longas na década, ele começou de fato em 1968.

"Um Clássico, Dois em Casa, Nenhum Jogo Fora" não é só o primeiro curta de Batista. É o primeiro feito na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e o primeiro a ter uma representação frontal da homossexualidade masculina, em plena ditadura, pouco antes do AI-5.

Explosivo, dialoga com o cinema marginal que surgia. Os curtas seguintes mostravam a mesma capacidade de invenção, o que não possibilitou ao diretor passagem rápida ao longa. "Asa Branca: Um Sonho Brasileiro" viria só em 1981, oito anos depois do último curta, e comprovaria seu talento, na difícil tarefa de filmar um esporte infilmável, o futebol.

Edson Celulari faz Asa Branca, jogador que acompanhamos do início da carreira à glória. O filme se destaca pela poesia com que se filma a história de um vencedor, com lugar para melancolia e dúvida.

O elenco, aliás, faz com que já entre em campo vencendo —Eva Wilma, Geraldo Del Rey, Walmor Chagas, Gianfrancesco Guarnieri e a mais famosa chacrete da época, Rita Cadillac. O filme rendeu prêmios de melhor direção nos festivais de Brasília e Gramado.

Seu terceiro longa chegaria uma década depois do segundo, já no período da retomada. Falamos de "Bocage, O Triunfo do Amor", exibido no Festival de Gramado de 1997.

Esse longa-metragem traduz vida e obra do poeta português, famoso pela picardia dos escritos, e chocou o público da época com doses de nudez, palavrões e narrativa movida unicamente pela poesia.

Não foram poucos que o compararam a Peter Greenaway, que na época ainda estava na moda, graças a sucessos como "Afogando em Números", de 1989, e "O Cozinheiro, O Ladrão, Sua Mulher e o Amante", de 1990. Batista, ao que parece, vai à mesma fonte do britânico e faz cinema superior.

Essa fonte é a "Trilogia da Vida", de Pier Paolo Pasolini, cujo primeiro longa, "O Decameron", de 1971, é uma adaptação dos escritos do poeta satírico Giovanni Boccaccio, e o segundo, "Contos de Canterbury", de 1972, é uma adaptação da obra de Geoffrey Chaucer.

Pode ser traçada uma linha da safadeza na literatura universal que passe por, entre outros, Boccaccio, Chaucer e Manuel Maria Barbosa du Bocage. Batista estava consciente disso e se apoiou em Pasolini, e em Fellini, para realizar uma obra de assinatura pessoal e sem concessões.

No cinema, "Bocage" impressionava pela beleza das imagens. Quem quiser conhecer o filme, porém, terá de esperar um lançamento em DVD ou nos canais de streaming.

Perdemos Djalma Limongi Batista, um ótimo cineasta brasileiro. Precisamos ter cuidado para não perder também o seu cinema.